

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LAURA MIRANDA NONATO

**A DINÂMICA DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DE BABAÇU NO
PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS DE MIGUEL ALVES E
AGRICOLÂNDIA**

SÃO PAULO

2021

LAURA MIRANDA NONATO

**A DINÂMICA DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DE BABAÇU NO
PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS DE MIGUEL ALVES E
AGRICOLÂNDIA**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo

2021

NONATO, Laura Miranda. A dinâmica de comunidades extrativistas de babaçu no Piauí: um estudo de caso dos municípios de Miguel Alves e Agricolândia. 2021. 93 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antônio e Auricélia, pelos exemplos de cuidado, força e persistência tão essenciais a minha formação como pessoa. Fico honrada em poder estudar, um pouco, sobre o Piauí que lhes é motivo de orgulho e saudades.

Ao meu tio Edmilson pela companhia e as conversas compartilhadas nos trabalhos de campo.

À Ana e Teresinha da CPT que abriram os caminhos para que pudesse conhecer com elas o assentamento Laginha Apolinário em Miguel Alves e todas as reflexões compartilhadas durante o caminho. O compromisso com a justiça social é inspirador e necessário!

Agradeço imensamente à Gean e Samuel pelo apoio com as entrevistas remotas neste período tão conturbado com a pandemia.

Agradeço aos amigos especiais que fiz durante a graduação, pelas trocas, ensinamentos e apoio em nosso percurso até aqui de diversas formas. Thais, Nathalia, Patrícia, Douglas, Heven, Ariel, Mandi, Aninha, Ariel, Ariane, Fabi, Kauan, Felipe, Brigs e Victor.

Agradeço a professora Marta pela orientação neste trabalho, sempre criteriosa, mas também me ajudando a pensar possibilidades de seguir com o tema a distância, neste momento ainda remoto.

RESUMO

NONATO, Laura Miranda. A dinâmica de comunidades extrativistas de babaçu no Piauí: um estudo de caso dos municípios de Miguel Alves e Agricolândia. 2021. 93 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A formação territorial piauiense é profundamente marcada pela ocupação da pecuária e a concentração de terras decorrentes deste processo histórico. Desde a década de 1970, este estado vem passando por outros processos de modernização do campo, sob o aporte da agricultura capitalista. É notável a intensificação da inserção do Piauí à lógica agroexportadora a partir da fronteira agrícola que se configura, sobretudo, ao sul do estado. Por outro lado, as comunidades do campo se reproduzem socialmente sob outros modos de vida e compartilhamento de saberes, dos quais se destaca o extrativismo da carnaúba e do babaçu. É neste cenário que as mulheres quebradeiras de coco, historicamente, também se apropriam do território piauiense constituindo o extrativismo do babaçu juntamente à agricultura camponesa para finalidade da reprodução familiar. Este trabalho parte da concepção de que a inserção do capital no campo utiliza-se da força de trabalho assalariada como pressuposto básico e, caracteriza-se pela mecanização, pela monocultura, pela privatização da terra e pela supressão da cobertura vegetal originária. Dessa forma, a pesquisa buscou compreender, primordialmente, o modo de vida das comunidades de quebradeiras de coco piauienses e analisar como o acesso à terra perpassa tal modo de vida no território na dimensão cotidiana das mulheres quebradeiras de coco.

Palavras-chave: Extrativismo, Quebradeiras de Coco Babaçu, Modo de Vida Tradicional, Uso da Terra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
-------------------	----------

CAPÍTULO I

1.1 Formação territorial piauiense	15
1.2 A manutenção do sentido agrário exportador	20

CAPÍTULO II

2.1 Relações entre o agroextrativismo do babaçu e os saberes tradicionais	32
2.2 A expressão geoeconômica do circuito produtivo do coco babaçu	34
2.3 - As quebradeiras de coco babaçu e os movimentos sociais	38
2.4 - A dimensão geográfica do agroextrativismo do babaçu no Piauí	43

CAPÍTULO III

3.1 - Estudos de caso: contextualização de Miguel Alves e Agricolândia (PI)	51
3.2 Os modos de vida das camponesas quebradeiras de coco: troca de saberes	65
3.3 - Formas de aproveitamento	72
3.4 - A relação entre a terra e o modo de vida agroextrativista das quebradeiras de coco	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
-----------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata do modo de vida de comunidades extrativistas de quebradeiras de coco. Trata-se de uma tentativa de contribuir para o entendimento das dinâmicas que envolvem o trabalho com o babaçu atualmente no Piauí a partir da relação que as comunidades constituem com a terra.

A pesquisa aqui apresentada foi realizada durante o período de 2019 a 2021. Ainda em 2019 iniciei uma pesquisa de Iniciação Científica denominada “Territorialidade feminina: quebradeiras de coco babaçu frente a expansão de monocultivos. Nesse primeiro momento, atentei-me em compreender o modo de vida de quebradeiras de coco babaçu em contextos de privação de acesso às palmeiras de babaçu. Foi realizado um trabalho de campo de caráter exploratório em uma comunidade de quebradeiras de coco assentada e em um povoado.

A partir deste trabalho de campo exploratório, foi possível observar dois contextos distintos de acessar a terra onde estão as palmeiras. A situação pandêmica impôs adaptações a continuidade da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso. Nesse sentido, não foi possível realizar outros trabalhos de campo presenciais e foram realizadas entrevistas remotas.

As paisagens que integram os territórios de transição entre os biomas da Amazônia, Cerrado e Caatinga apresentam o ecossistema das Matas de Cocais, o ambiente particular de ocorrência das palmeiras de coco babaçu (*Orbignya Speciosa Mart. Ex Spreng*) (imagem 1). A distribuição das palmeiras no território brasileiro ocupa de 13 a 25 milhões de hectares nos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (MMA, 2009) (imagem 2). Os frutos destas palmeiras, o coco babaçu, historicamente integram modos de vida tradicionais de famílias no campo.

O conjunto das palmeiras, denominadas de babaçuais, referem-se a uma formação do tipo secundária (NOVAES, 2017). Esta espécie (*Orbignya Speciosa Mart. Ex Spreng*) surge em áreas cuja ocupação prévia ocorreu o desmatamento da vegetação primária. Além desse fator, o surgimento se relaciona com atributos naturais como o teor de umidade do solo e os compartimentos do relevo. De forma que o adensamento das palmeiras ocorre em áreas com formações de várzeas e vales de rios (VIEIRA, 2017).

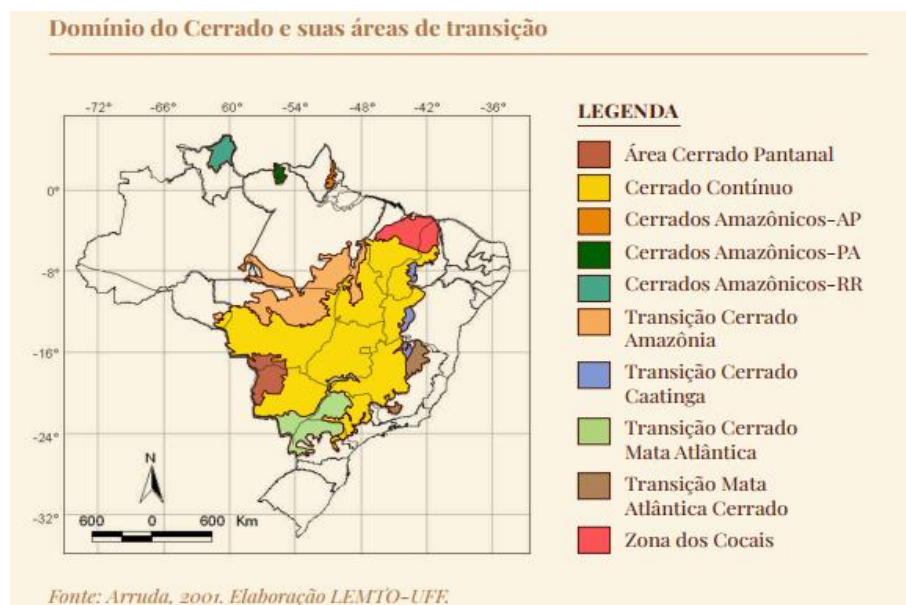
É por esse conjunto de fatores integrados que a incidência das palmeiras de babaçu se expande à outros ecossistemas para além da mata dos cocais, estando em transições dos biomas do cerrado com a caatinga. (NOVAES, 2017; VIEIRA, 2017).

Enquanto uma espécie secundária, as palmeiras acompanham outras espécies secundárias e formações vegetais. À exemplo da carnaúba, o buriti e o tucum, a capoeira e pastos (VIEIRA; MOREIRA; LOPES DANTAS, 2017; NOVAES, 2017).

Os povos no campo e indígenas tradicionalmente fazem o manejo dos frutos do babaçu (ANDRADE, 1990). Diferentemente do padrão de ocorrência da palmeira no território atualmente, de espécies homogêneas, sabe-se que “os antigos babaçuais estavam diluídos em meio às áreas de alta complexidade e variedade biológica” (SILVA, 2008).

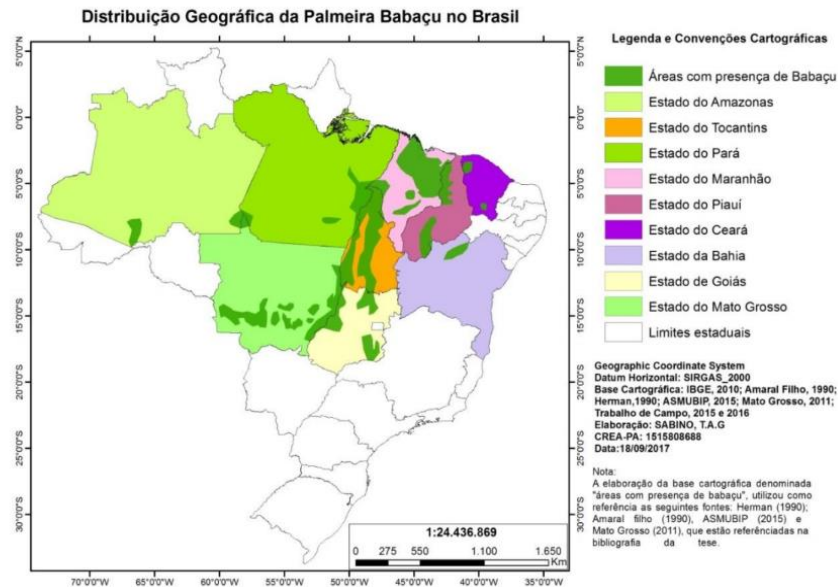
Além dos atributos naturais que condicionam o surgimento dos babaçuais, a espacialização das palmeiras também está relacionada com o uso e ocupação das comunidades. Historicamente, verifica-se que em terras com predominância da pastagem, o babaçu é mantido em pé em sistemas extensivos. Enquanto em pastagem sob sistemas intensivos, a palmeira é derrubada. (SILVA, 2008).

Imagem 1: Domínio do cerrado e suas áreas de transição- incluindo a Zona dos Cocais



PORTO-GONÇALVES (2019, p. 18)

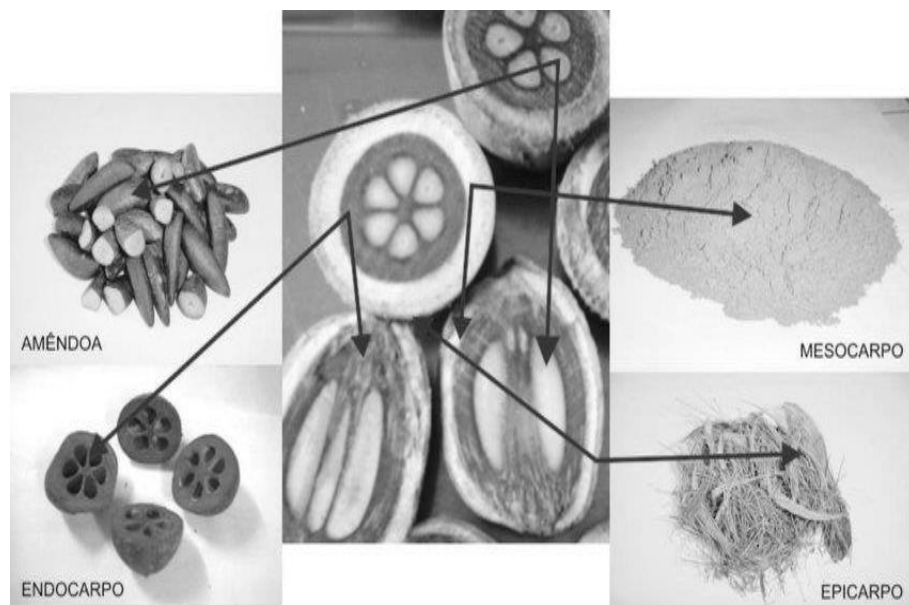
Imagem 2: Distribuição geográfica do babaçu no Brasil



AMARAL (2017, p.40)

O coco babaçu é composto por diferentes porções (EMBRAPA, 2007). O epicarpo refere-se a um material de fibras, enquanto o mesocarpo é composto por amido e tanino e o endocarpo refere-se a região que protege a amêndoa oleaginosa. (imagem 2). Os cocos aparecem na forma de cachos que variam de 240 a 720 frutos, em cada cacho. O pico de florescimento dos cachos ocorre entre janeiro e abril, mas o amadurecimento no período de agosto a janeiro. (SILVA, 2008)

Imagem 3 - Composição do babaçu (*Orbignya Speciosa Mart. Ex Spreng*)



Macedo Junior, G. de L., Sousa, L. F., Sousa, J. T. L. de, Borges, I., Silva, A. G. M. e, & Santos, R. P. dos. (2014, p.9)

O trabalho com o coco babaçu nas comunidades do campo é realizado majoritariamente por mulheres, que combinam o extrativismo com o trabalho doméstico e a agricultura familiar (AMARAL, 2017; NÓBREGA, 2019; ANDRADE, 1990). As quebradeiras de coco babaçu reproduzem e repassam às outras o saber socialmente construído sobre o uso do babaçu, comportando o componente tradicional deste trabalho que perpassa gerações de famílias do campo.

As comunidades agroextrativistas de quebradeiras de coco são reconhecidas como populações tradicionais desde 2016, conforme o decreto Decreto nº 8.750 de 09.05.2016. Neste decreto, são também reconhecidos do modo de vida tradicional de outros extrativistas como os raizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, catadores de mangaba, cipozeiros, andirobeiros, caçaras, caatingueiros, vazanteiros, pantaneiros, retireiros e outros (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, se faz necessário ressaltar dois componentes particulares do trabalho com o coco babaçu. A condição espacial, devido a integração de diferentes componentes naturais que ajudam a explicar a localização das palmeiras. O gênero é o outro componente relevante compreender a condição social bem como as relações de poder empreendidas no modo de vida das quebradeiras de coco.

O trabalho com o babaçu ocorre na maior parte em momentos coletivos. Inicialmente, é realizada a coleta do coco babaçu, posteriormente, o trabalho é para quebrar o coco e a partir disso estas comunidades aproveitam os recursos da palmeira para fins domésticos e também, historicamente, comercializam da amêndoa do coco, o azeite extraído destas, a farinha e derivados do mesocarpo.

Essa dimensão cotidiana do extrativismo do babaçu pode ser analisada pelo valor de uso que o coco tem para as comunidades. É também nesta dimensão cotidiana que atravessa a vida de muitas famílias no campo o que se atribuiu ao coco a sua importância afetiva para muitas pessoas destas famílias que por circunstâncias migraram para a cidade, como é o caso da minha. Nesse aspecto afetivo que os usos do babaçu possuem, o território dos babaçuais apresenta também importância simbólica RATTIS (2004).

De acordo com as informações reunidas no Atlas do Espaço Rural Brasileiro do IBGE em 2020, verifica-se que 95% dos estabelecimentos rurais que contém o extrativismo vegetal do babaçu estão nos estados do Maranhão e Piauí, respectivamente. Os dois estados concentram 92,2% das pessoas que trabalham com o babaçu.

A incidência dos babaçuais no Maranhão e Piauí já era ressaltado no início do século XX, conforme Valverde (1957). O autor registrou o adensamento das palmeiras próximas ao curso médio do Rio Parnaíba em trabalhos de campo. Estes registros, combinados com os dados atuais do extrativismo vegetal, revelam a importância do uso do babaçu nestes territórios.

A amêndoa é historicamente o principal item comercializado pelas quebradeiras de coco babaçu (ANDRADE, 1993; AMARAL, 2017; REGO, 2016). No Piauí, essa produção se destaca nos municípios que configuram o "território entre rios" e o território dos Cocais, respectivamente (LIMA, 2016).

Entre meus familiares piauienses o uso do babaçu, historicamente, é recorrente. Esta presença do coco se deu de duas formas: por meio da compra do azeite, produzido por quebradeiras de coco da região ou pelo apanhamento do coco na zona rural.

Por outro lado, ao perguntar sobre o trabalho das quebradeiras de coco à familiares e outros conhecidos piauienses, tive dificuldades em encontrar as mulheres quebradeiras de coco. Obtive respostas relatando uma diminuição deste extrativismo na região atualmente. Notei que atribuíram tal percepção à participação das quebradeiras de coco em programas sociais em expressões como *“isso não existe mais aqui não!”* ou *“Depois da Bolsa Família, diminuiu as quebradeiras de coco por aqui”*, um senso comum que me parece permear.

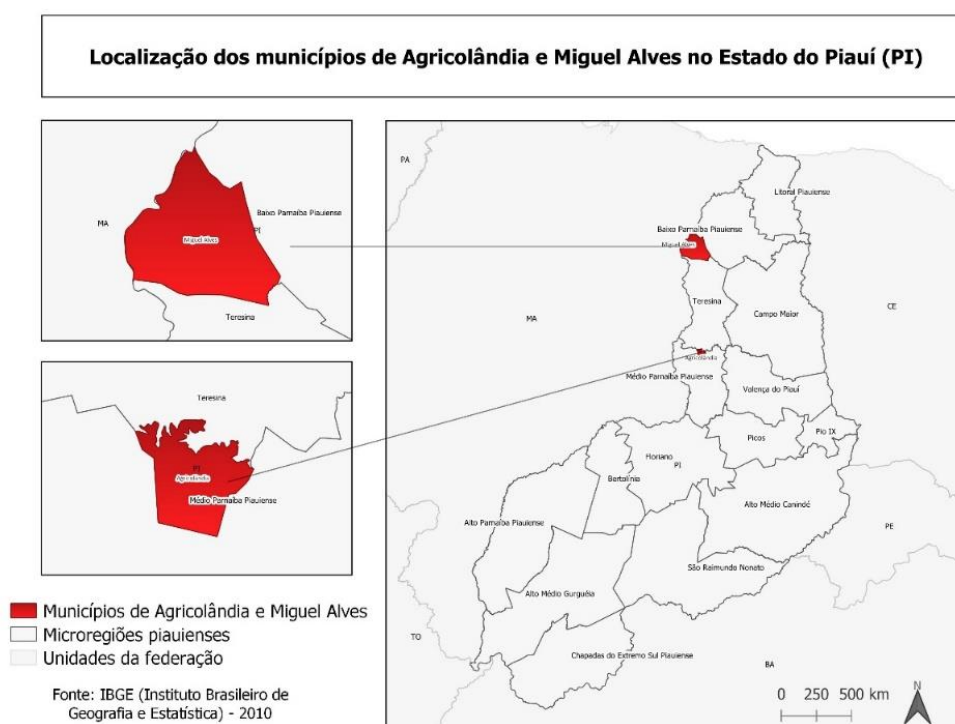
No entanto, é possível acompanhar experiências de resistência de famílias camponesas de quebradeiras de coco nos dias de hoje. Diversos materiais me possibilitaram acompanhar as quebradeiras de coco remotamente. Seja por meio de mídias de movimentos sociais do campo, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB), organizações de apoio e assessoria aos camponeses como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), ou mesmo em trabalhos de pesquisadores como Almeida (2000, 2006, 2008), Martins (2000), Shiraishi (2000), Araújo (2000), Silva (2000).

Nesse sentido, durante a Iniciação Científica, mantive contato à distância com a Teresinha, assessora das mídias sociais da Comissão Pastoral da Terra no Piauí (CPT-PI). A partir de Teresinha, realizei um trabalho de campos de caráter exploratório na associação de quebradeiras de coco no assentamento Laginha Apolinário. Tal

assentamento se encontra no município de Miguel Alves, localizado na microrregião de Teresina, a aproximadamente 109 quilômetros da capital piauiense.

Por intermédio familiar, realizei entrevistas com mulheres quebradeiras de coco no povoado Boi Morto, localizado no município de Agricolândia. Este município localiza-se a aproximadamente 98 quilômetros da capital, bem como faz parte da microrregião do Médio Parnaíba. (mapa 1)

Mapa 1 - Municípios visitados em 2019



Elaborado por Nonato, L.M. 2021

Não foi possível identificar no trabalho de campo contextos de conflitos causados por elementos externos às comunidades de quebradeiras de coco. Como exemplo de fator externo, a materialização do avanço de monocultivos nos territórios de babaçuais. No entanto, foi fundamental para conhecer grupos de quebradeiras de coco em contextos diferentes no que diz respeito à condição de acesso às palmeiras.

No assentamento, existe a garantia da terra para a reprodução social das famílias e, no povoado Boi Morto, as quebradeiras acessam as palmeiras para a extração vegetal por meio de acordos com os proprietários do terreno onde estas estão localizadas em maior incidência.

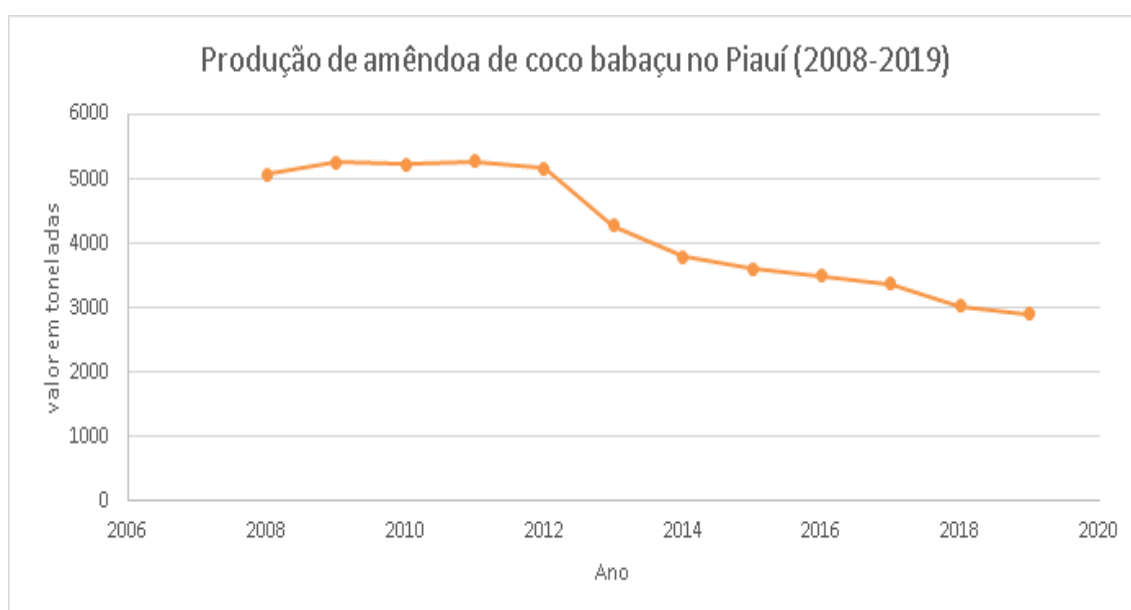
Ao analisar os dados que permitem mensurar a produção do extrativismo vegetal do babaçu é possível identificar uma diminuição da produção de amêndoas no Maranhão e Piauí, particularmente nos últimos 10 anos.

Tabela 1: Comparação da produção de amêndoa de coco babaçu em toneladas no Maranhão e Piauí (2008-2019)

Maranhão	104.479	45.166
Piauí	5.070	2.910

Fonte: PEVS (Produção da Extração Vegetale da Silvicultura), 2008 e 2019

Gráfico 1: Produção de amêndoa de coco babaçu no Piauí em toneladas (2008-2019)



Fonte: PEVS (Produção da Extração Vegetale da Silvicultura), 2008 e 2019

Se faz necessário caracterizar qual o pressuposto adotado neste trabalho por definição de circuito produtivo do babaçu. A partir da compreensão crítica do espaço geográfico, temos que este é uma instância da sociedade. Como instância, o espaço é formado pela indissociabilidade do conjunto de sistemas de ações e objetos. (SANTOS, 1996).

Nessa perspectiva, o conceito de circuito espacial produtivo definido em Santos (1986), permite compreender quais são os usos do território em meio a dinâmica de fluxos

e também identificar as relações da escala do lugar com a divisão territorial do trabalho, em uma escala nacional.

Longe de compreender o trabalho do babaçu enquanto uma ocupação econômica, unicamente, é possível compreender que o trabalho das quebradeiras de coco com o babaçu integra a unidade familiar destas. Existe uma complexidade nas relações de apropriação com o babaçu que permeiam categorias de terra, trabalho e família. Pois os usos do babaçu se encontram mediados pela necessidade familiar, isto é a produção do necessário para a reprodução familiar.

Além disso, o trabalho com o babaçu nas comunidades camponesas envolve o modo de vida no território apropriado pelas comunidades. A agricultura familiar é um componente que também faz parte do cotidiano das famílias de quebradeiras de coco.

Conforme será problematizado neste trabalho, os próprios levantamentos do IBGE referente ao trabalho com o coco babaçu registram apenas um produto, a amêndoa, dentre tantos outros que as comunidades de quebradeiras de coco realizam. (PORRO, 2019).

São priorizados neste levantamento a dimensão econômica do trabalho das quebradeiras de coco, no entanto, para analisar o extrativismo nas comunidades camponesas se faz necessário compreender que o circuito produtivo abarca usos cotidianos e todas as formas de aproveitamento do babaçu que não se restringem a expressão econômica e sim a reprodução da vida das quebradeiras de coco e suas famílias.

Este trabalho parte da concepção de que a inserção do capital no campo utiliza-se da força de trabalho assalariada como pressuposto básico e, caracteriza-se pela mecanização, pela monocultura, pela privatização da terra e pela supressão da cobertura vegetal originária. Para que a expansão da agricultura capitalista se realize territorialmente, demanda-se novas áreas para estabelecer a monocultura, e, por esta razão, este processo é acompanhado inerentemente pela concentração de terras, agravando a questão agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2015).

Dessa forma, mostra-se necessário investigar como a dinâmica do capital se impõe sobre as territorialidades de quebradeiras de coco no Piauí na tentativa de decifrar o circuito produtivo atual do babaçu nas comunidades camponesas de quebradeiras de coco.

Portanto, delineadas as problemáticas que tal movimento do capital apresenta às quebradeiras de coco acessarem as palmeiras de babaçu e se reproduzirem socialmente em territórios historicamente demarcados, geo-grafados (PORTO-GONÇALVES, 2008) por este determinado modo de vida tradicional agroextrativista, foram levantadas questões para este trabalho.

De que forma a forma de apropriação da terra onde localizam-se as palmeiras perpassa o modo de vida dessas camponesas quebradeiras? Quais tipos de relações se constroem entre proprietários de terra e quebradeiras de coco privadas do acesso às palmeiras? Além disso, como as diferentes condições de acesso aos babaçuais no espaço geográfico podem contribuir para interpretar o circuito produtivo do extrativismo vegetal no estado do Piauí?

Assim, procuro primordialmente compreender o modo de vida tradicional das camponesas quebradeiras de coco a partir de dois estudos de casos, o assentamento Laginha Apolinário e o povoado Boi Morto. No universo deste modo de vida, analiso a relação entre a terra e o circuito produtivo do coco babaçu nestas comunidades. A terra torna-se central para compreender a territorialidade comunidades camponesas de quebradeiras de coco, uma vez que a localização e forma de acesso às palmeiras podem apresentar diferenças na relação entre o babaçu e o modo de vida tradicional.

Para isso, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresento a formação territorial piauiense e papel agro exportador que o estado do Piauí possui no capitalismo. No segundo capítulo, caracterizo as relações entre o agroextrativismo do babaçu e os saberes tradicionais. Além disso, recupero a dimensão geoeconômica do coco babaçu, sobretudo a partir do século XX, bem como a expressão geográfica do circuito produtivo no Piauí. Já no terceiro capítulo, atentei-me em apresentar os territórios analisados e abordar os elementos que caracterizam o modo de vida das quebradeiras de coco. É neste capítulo que discorro sobre a relação entre a terra e o circuito do babaçu nas diferentes situações de acesso as palmeiras. Já o capítulo quatro refere-se as considerações finais sobre o trabalho.

CAPÍTULO I

1.1 - Formação territorial piauiense

A formação territorial do Piauí encontra-se profundamente comprometida com o período de colonização (ALVES, 2006). Os processos de ocupação e atividades econômicas instaladas condicionaram tal formação. A partir da dimensão geográfica no conceito de território, é possível situar no tempo e no espaço as diferentes apropriações e usos destes territórios.

O pressuposto de que o território não está isento de contradições também contribui para compreender a formação territorial. As definições das fronteiras políticas que configuram os estados são permeadas por relações de poder expressas nas territorialidades.

Por sua vez, territorialidades são as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e com a natureza em um espaço-tempo determinado. (PORTO-GONÇALVES, 2008). Dessa forma, verifica-se que território e territorialidade se mostram em intrínseca relação. Nessa concepção, o autor citado afirma:

“é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades.”

(PORTO-GONÇALVES, 2008, p.5)

A monocultura da cana de açúcar e algodão (OLIVEIRA, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2008) predominaram na ocupação econômica nas regiões litorâneas do Nordeste. O sentido desta produção, caracterizada pelo sistema de plantations, estava na exportação para a metrópole portuguesa. Em um movimento de viabilizar a acumulação do capital, no interior da economia predominante no litoral, duas famílias, Ávilla e Afense, instalaram fazendas para a atividade criatória de gado sobre as terras que hoje são conhecidas como piauienses no século XVII.

A ocupação dessas terras por meio da pecuária não ocorreu de forma neutra e pacífica. A expansão das fazendas de gado se sobrepôs a outras relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e com a natureza, ou seja, outras territorialidades.

Nesse período histórico, não havia a propriedade da terra. Os donatários eram concessionários, assim como os sesmeiros e a terra era domínio da Coroa Portuguesa. Os conflitos entre sesmeiros se davam diretamente com os posseiros e populações indígenas que historicamente ocupavam o que hoje conhecemos como o Piauí.

O confinamento, a escravização, o aldeamento e posteriormente a miscigenação de povos originários é o resultado violento do processo histórico de formação territorial piauiense. Esta forma conflituosa é característica do processo de formação e acumulação capitalista. Por sua vez, é possível de ser compreendida em uma totalidade que transforma contraditoriamente as relações sociais (TOLEDO, 2019).

Dessa forma, mostra-se fundamental destacar a formação social do Piauí. A ocupação pecuária fez com que fossem instaladas extensas fazendas em áreas dispersas, em meio ao caminho do gado. (MARTINS, 2017). Moraes (2006), sintetiza que nesse processo, a formação social piauiense passou a constituir-se por “netos dos sertanistas baianos e bandeirantes paulistas” (CASTELO BRANCO, 1970, p.68 em MORAES, 2006).

No cerrado, de forma geral, diferentes modos de ocupação econômica impactam historicamente as formações vegetais. Porto-Gonçalves (2007) ressalta que: “a criação do gado também trouxe a substituição das florestas, de cerrados e de outras coberturas vegetais pelos campos de pastagem”. No entanto, contraditoriamente a dinâmica da atividade de pecuária extensiva permitia a convivência das famílias camponesas.

A continuidade da reprodução social, nesse momento, se deu no interior das propriedades constituídas para a atividade criatória. Além das famílias do campo que estavam à margem pois os proprietários utilizavam a mão de obra camponesa na ocupação das fazendas.

O processo de ocupação colonial no Piauí iniciou-se na divisa deste estado com a Bahia, ao sul. Configurando a concentração de usos da terra próximos aos recursos hídricos e o padrão de “pastagens naturais, sem cercas nas propriedades, que fazia com que o gado vivesse solto”. (RUFINO, 2008).

A própria dinâmica populacional piauiense reflete a formação territorial relatada, caracterizada na constituição de povoados aglomerados sobre os chamados olhos d’água (ALVES, 2003), isto é, no entorno de lagoas e rios. As grandes propriedades se estabeleceram ao longo do principal rio, o Parnaíba (CARVALHO, 2019).

Mesmo na década de 1940 do século XX, os dados demográficos apresentavam a concentração populacional na região do percurso médio e baixo do rio Parnaíba, justamente nas proximidades dos rios navegáveis (PAOLIELLO, 2017).

As territorialidades que foram se estabelecendo no território compartilhavam os recursos da biodiversidade do Cerrado. Em particular, nas áreas de transição entre os biomas, como é a Mata dos Cocais, compartilha-se do extrativismo vegetal do babaçu, da carnaúba, do pequi, entre outras espécies secundárias com as pastagens naturais.

Assim, as comunidades camponesas inseridas na formação territorial do Piauí, possui documentado que historicamente viviam dentro das propriedades e por meio do seu trabalho na terra tinham o acesso aos meios de produção (PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017; GODOI, 1992). Sobretudo no Cerrado, os usos comuns dos recursos naturais localizam-se sobre os fundos de vales úmidos situados abaixo de formações de chapadas nas quais predominaram as atividades da pecuária, a caça e o extrativismo (ALVES, 2003).

A história de longa duração colonial justifica ressaltar a classificação social marcadamente étnico-racializada na formação do território e as contradições expressas (PORTO-GONÇALVES, 2020). No século XVIII, a população branca no Piauí era minoria no conjunto populacional e dentre tal minoria era masculina e adulta predominante nas fazendas (MARTINS, 2012).

A partir deste mesmo século XVIII, os povos indígenas que resistiram à ocupação colonial foram sendo caracterizados como mulatos, mestiços e mamelucos. (MARTINS, 2012). O apagamento étnico dos povos originários parece completo, pelo projeto colonial, se não fossem as resistências relatadas até os dias atuais.¹ A continuidade de práticas extrativistas, como o babaçu, pode demonstrar um não apagamento cultural, pois estas práticas possuem como origem os saberes indígenas (REGO, 2012).

A institucionalização da propriedade privada com a Lei de Terras instituiu o cativeiro da terra (MARTINS, 2000), pois a posse desta passou a ser justificada com a compra. A terra configurada enquanto uma mercadoria, passível de um valor de troca impacta a atual concentração fundiária que existe no Brasil e no Piauí não seria diferente.

Assim, a institucionalização da terra como mercadoria é um momento historicamente determinado. Foi imposta no contexto pós escravização dos negros trazidos na diáspora e na transição para o trabalho livre. Esse processo é caracterizado

¹ Primeiro território indígena reconhecido pelo Estado em 2020 no Piauí [520 anos depois, Piauí tem seu 1º território indígena reconhecido | Nova Cartografia Social Da Amazônia](#) acessado em 15/01/2021.

por diferenças sociais e geográficas. Lima (2016) sintetizou que “foram sendo constituídos os grandes latifúndios de terras pelos burgueses e empresários que eram donos de escravos e que, mesmo com a abolição, continuava a explorar a força de trabalho, mas agora livres” (LIMA, 2016, p.50).

Nesse sentido, compreendo que o processo de generalização do trabalho livre e a constituição da ocupação econômica dominante no Piauí, a pecuária, são elementos que justificam a complexidade das formas como as populações no campo continuaram a reproduzir-se socialmente. Para isso, o conceito de campesinato permite analisar as tensões sociais entre diferentes valores e visões de mundo sobre a terra e as possibilidades de reprodução a partir desta.

O camponês brasileiro possui especificidades no seu processo formativo. Conforme mencionado anteriormente, tal processo está fundamentado na apropriação da terra pelo latifúndio e o longo período histórico do escravismo.

A formulação de tal conceito não é aprofundada neste trabalho, mas considero importante ressaltar que se insere em debate teórico. Procura-se entender a permanência do campesinato no interior da agricultura capitalista. Esta permanência, historicamente, no campo é dialética e se contrapõe a paradigmas teóricos que enxergavam no campesinato a sua proletarianização a longo prazo, isto é, a expropriação definitiva dos meios de produção.

No entanto, ocorre que os camponeses, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que estão subordinados ao mercado, organizam suas produções sobre aspectos próprios (MARQUES, 2008). A reprodução capitalista é contraditória à medida em que recria relações sociais não capitalistas de produção, formando uma unidade dialética para que aconteça a reprodução ampliada do capital (PRIETO, 2017).

Portanto, admite-se o campesinato como classe social em meio a sucessão de processos que ampliam a acumulação primitiva e agravam a questão agrária brasileira. (MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2010; PRIETO, 2017). Visto que tal conceito historicamente se contrapõe a homogeneização do espaço por meio da territorialidade do capital, expressa no latifúndio. A continuidade da reprodução e recriação dos grupos camponeses no espaço geográfico permite “decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.” (MARQUES, 2008)

Desta forma, é importante destacar os conceitos norteadores desta pesquisa no que se refere a reprodução social camponesa. Ao conceber a terra como “base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico” (MARQUES, 2008), o modo de vida é constituído por valores cuja organização da produção baseia-se no trabalho familiar e o seu uso como valor (MARQUES, 2008). Além disso, a diversidade que compõe o modo de vida camponês, como é o caso estudado do agro extrativismo do babaçu, se relaciona diretamente com a condição social dos camponeses na reprodução capitalista, pois se diferem do latifundiário no acesso à terra.

Assim, as distintas formas de acesso à terra atravessam as quebradeiras de coco duplamente. Por meio do arrendamento, parceria e ocupação (NETO, 2000) elas se apropriam de terrenos com palmeiras de babaçu, precariamente (MORAES, 2016) e também se apropriam destas formas de ocupação da terra para a produção familiar da agricultura. Reafirma-se que substituir o termo popularmente conhecido por “quebradeiras de coco” para o conceito teórico-conceitual e político “camponesas quebradeiras” (AMARAL, 2017) implica reconhecer e posicionar tal grupo social na luta de classes historicamente determinada na reprodução capitalista que toma a terra como mercadoria:

“Nesse sentido, consideramos a “quebradeira de coco” como um ser social em marcha, parte da classe camponesa brasileira, que se particulariza a partir da relação que estabelece com a natureza, em especial, o coco babaçu.”
(AMARAL, 2017, p. 35)

1.2 - A manutenção do sentido agrário exportador

A pecuária introduzida com a ocupação colonial abasteceu o mercado regional, com destaque o litoral baiano e o mercado mineiro (CARVALHO, 2019). Porém, a crise do sistema de plantation, baseado no monocultivo de cana de açúcar da Zona da Mata no século XVIII, afetou o mercado consumidor dessa produção significativamente (ALVES, 2003).

Estas condições tinham relações com outras escalas da territorialização capitalista no Brasil, uma vez que a proibição da escravização, bem como a especialização da produção de ouro no Sudeste contribuíram para o declínio da economia açucareira dominante do Nordeste.

Até a metade do século XX, a economia piauiense baseada na pecuária extensiva se mostra em crise em relação a diminuição do mercado consumidor de outros estados nordestinos. A circulação dessa produção passou-se a restringir ao território piauiense. Nas palavras de Rufo (2015), essa mudança se caracterizou de tal forma que: “a produção pecuária passa a ser destinada à demanda de alimentação interna do Estado do Piauí, caracterizada, em algumas áreas, como um meio de subsistência.”

É possível analisar uma relação entre as diferenças internas, do ponto de vista econômico, no chamado Nordeste e a crise da produção do nordeste algodoeiro-pecuário. A partir da compreensão de que a reprodução capitalista se expressa no espaço geográfico por meio do desenvolvimento desigual, as especificidades regionais são produzidas e aproveitadas pelo movimento de acumulação do capital. Esse processo de acumulação determina uma divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil se insere como economia agrário-exportadora (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, a pecuária e as suas crises predominantes na produção do espaço piauiense não foram constituídas enquanto um ciclo econômico e momento regional. Ao contrário dessa percepção, analisa-se a pecuária como uma atividade que integra uma região econômica e política (OLIVEIRA, 2007). A região, por sua vez, é a expressão da formação territorial para a expansão da riqueza e acumulação de capital, de forma que:

“Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos processos de reposição.”

(OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Destaca-se que o Piauí, desde a crise com o mercado consumidor regional da pecuária instalada, passou por diferentes tentativas de diversificar a produção. Em 1700, introduziu-se o algodão, posteriormente a cultura da mandioca, feijão e milho. Pontualmente, houve aumento de exportação internacional com algodão, devido a Guerra de Secessão e a demanda por suprir tal produto estadunidense (CARVALHO, 2019).

Com o fim de tal conflito, declinou-se a exportação do algodão cultivado no Piauí. Nesse sentido, ocasionou-se para a tentativa de exportação da produção extrativista piauiense. A partir de então, passou a ser comercializada com mais intensidade a maniçoba, a cera da carnaúba e mesmo a amêndoa do babaçu.

No entanto, a matéria prima dos produtos extrativistas piauienses exportados foram, em pouco tempo, sendo substituídos por outras no mercado internacional. (CARVALHO, 2019). Nesse sentido, reafirma-se que até a metade do século XX, predominou-se as atividades pecuárias voltadas a abastecimento interno, apesar das tentativas de diversificação das fontes de renda estadual.

Verifica-se que a pecuária impactou profundamente o território piauiense e perdurou-se como a principal atividade econômica do estado. O processo histórico destacado da formação territorial, é marcado pela concentração de terra até os dias atuais. Muitas dessas grandes propriedades não refletem unidades produtivas da agricultura, sendo usadas historicamente como reserva de valor (ALVES, 2013; CARVALHO, 2019).

Ressalta-se que a mecanização da agricultura ocorre no Brasil a partir deste mesmo período, a partir da década de 1950. No entanto, este processo não ocorre de forma uniforme no território. Ao contrário, este se difunde de forma desigual no espaço e no tempo.

A partir da lógica agro exportadora, buscou-se novas formas de mercadorias para dinamizar a economia piauiense, a partir da metade da década de 1970. Essa diferença de tempo entre a chegada da agricultura mecanizada no território brasileiro e o início da mesma no Piauí, reforçam a lógica desigual de difusão territorial. Além disso, no Piauí, o Estado passou a intervir, via planejamento, para promover atividades deste modo da agricultura capitalista.

As mudanças a nível global do circuito produtivo da agricultura capitalista possibilitadas pela chamada “revolução verde” eliminaram dificuldades anteriores para a expansão de monocultivos. Do ponto de vista “técnico”, a adaptação das culturas exóticas na terra, considerando diferentes características físicas como o tipo de solo, fertilidade, umidade, etc. Este é o caso do Cerrado, pois os atributos naturais das terras deixaram de ser um empecilho no modo de produção da agricultura capitalista.

Como expressão da contradição da reprodução capitalista, a constituição das agroindústrias no Brasil mobilizou a migração de outros produtores para terras mais baratas no próprio cerrado, configurando a fronteira do MATOPIBA, ainda que inicialmente (PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017; ALVES, 2006; LEITE, 2016).

Além disso, o processo descrito impactou profundamente no confinamento territorial das comunidades camponesas que historicamente compartilharam as terras de uso comum. Por sua vez, as terras onde se localizavam diferentes espécies do extrativismo passaram pelo processo de cercamento. No Piauí, conforme Rufo (2015) analisou as terras de uso comum, sobretudo ao sul, passam a serem utilizadas para a frente agrícola por grandes empresas:

“Os grandes produtores e empresas hegemônicas ligadas à grande produção, hoje, buscam, em contrapartida, justamente as terras planas localizadas nas serras piauienses e não se interessam pelas áreas próximas aos fundos de vales, a não ser para destinação de áreas de reservas obrigatórias.”

(Rufo, 2015, p. 49)

Para PITTA (2019), do ponto de vista da acumulação do capital sobre o espaço geográfico, os proprietários de terras enxergaram a oportunidade de obterem com as terras de fronteira agrícola, a Renda Diferencial I. O que se atrela à promessa de mobilização de infraestruturas no território como estradas e ferrovias por parte do Estado e se expressa na especulação e efetiva expansão sobre os territórios de monocultivos, sobretudo da soja, na região dos Cerrados e transição, o que inclui o sul do Piauí (ALVES, 2006; PITTA, BOECHAT, MENDONÇA, 2017; VIEIRA, NÓBREGA & LIMA, 2019).

Ao estudar a modernização dos cerrados piauienses, Alves (2006) verificou que o Estado foi também responsável por transformar terras devolutas em propriedade privada. O autor analisou que houve o “repasso de grandes extensões de terras públicas as empresas interessadas em aquisição de áreas para a execução de pretensos projetos agropecuários e de reflorestamento.” (ALVES, 2008 p.173). Este movimento foi viabilizado por meio da COMDEPI (Companhia de Desenvolvimento do Piauí).

Assim, se agravou a concentração fundiária já existente da formação territorial piauiense. Esta característica tensiona a reprodução social das famílias camponesas por meio de conflitos agrários diretos (MORAES, 2016; GODOI, 1992). Além disso, ainda na década de 1970, já era possível verificar no uso da terra grandes cultivos da leguminosa da soja no sul do Piauí. (ALVES, 2006; CARVALHO, 2019).

A definição de Oliveira (2010) sobre a mundialização da agricultura capitalista permite compreender a inserção desta no campo brasileiro. Além de ressaltar as mudanças significativas observadas nos últimos 30 anos na agricultura capitalista. De forma que, a partir dos anos 1990: “sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e

de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais.” (OLIVEIRA, 2015, p.240).

Ocorre uma aliança entre setores da burguesia brasileira com a mundial e a formação de empresas monopolistas mundiais do setor de grãos, sucroalcooleiro e imobiliário. Nessa perspectiva, a globalização em curso carrega uma identidade própria no tempo e no espaço, mas também se ressalta as interações do local com o global como particular de cada formação socioespacial própria:

“Na face da terra, porém, tudo é combinação, porque o passado, graças às formas herdadas, não desaparece totalmente; mas os fatores dinâmicos de cada momento comandam os outros fatores e provocam mudanças. Da capacidade de perceber a mudança e os seus fatores centrais vem a possibilidade de construir uma análise válida. É assim que as épocas são definidas.”

(SANTOS, 2000, p. 15 apud OLIVEIRA, 2015, p. 231)

Sob a agricultura mundializada, as ações assumem dimensões políticas ao definir o lugar da produção e destino dos recursos (GONÇALVES, 2006). Além disso, a agricultura capitalista encontra-se profundamente atravessadas pela financeirização do capital. Na década de 1990, o Estado brasileiro passou a adotar políticas econômicas neoliberais, sobretudo de ajustes fiscais. Estas medidas reduziram a atuação do Governo Estadual no financiamento oferecido aos produtores interessados em desenvolver a agricultura capitalista, como no período da modernização conservadora anteriormente exposto.

A isenção fiscal para produtos agrícolas (como as exportações) e a maior seletividade dos beneficiados pelos empréstimos caracterizaram essa mudança na relação entre o agronegócio e o Estado no Piauí. A partir de então, o mercado passou a regular mais intensamente a agricultura capitalista (ALVES, 2006), enquanto o Estado, a mobilizar a infraestrutura para a circulação dessa produção primária, sobretudo.

Os anos da década de 1990 são também um marco da organização em movimentos sociais das comunidades camponesas. Almeida (1989) registrou a organização política das comunidades que se apropriam das terras de uso comum e praticam o extrativismo de um modo geral: quebradeiras de coco babaçu, faxinais, geraizeiros, entre outros.

A fundação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) em 1990 foi o principal expoente das quebradeiras de coco. Em meio ao

contexto de derrubada das palmeiras, cercamento e violência, que é característico do avanço da fronteira agrícola (MARTINS, 1997).

Martins (1997) problematiza a inserção da modernidade, como a agricultura capitalista, sobre diferentes visões de mundo, culturas e etnias presentes no campo. O encontro destas divergências caracteriza a situação de fronteira. A modernidade capitalista, na forma da agricultura, em seu limite revela a recriação de formas arcaicas de exploração para fins de acumulação “[...] o aparentemente novo da fronteira é na verdade expressão de uma complicada combinação de tempo históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e escravidão, bases da violência que a caracteriza.” (MARTINS, 1997, p.15).

A partir dos anos 2000, o cenário econômico e político favoreceu a continuidade da agricultura capitalista em curso, pois as commodities estavam com ciclos de altos preços (PITTA, 2017). Para além disso, com mudanças significativas no sistema financeiro, empresas intimamente relacionadas com o mercado financeiro aprofundaram a dependência entre a produção de mercadorias e a financeirização da economia, de forma que a produção destas esteja determinada na lógica especulativa.

A abertura de empresas como a BUNGE em Uruçuí, revela a expansão da agricultura mundializada no Piauí. (ALVES, 2006; PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017; ELIAS, 2017). Ao Norte, próximo da capital Teresina, o setor agronegócio sucroenergético é verificado com a expansão dos territórios da usina COMVAP - Açúcar e Álcool Ltda no município de União e avistadas no trabalho de campo (ARAÚJO; OLIVEIRA; MONTEIRO, 2016) (Fotografia 1 e 2).

Esta usina foi instalada em 1979 mediante a construção de estradas vicinais para facilitar o escoamento da produção, e a ampliação da rede elétrica (ARAÚJO, OLIVEIRA & MONTEIRO, 2016). No entanto, a empresa foi comprada em 2002 por um grupo recifense chamado Olho D’água. Com essa compra, ampliou-se o território da empresa, sob o aumento da área de plantio de cana, estendendo-se a municípios como José de Freitas, Teresina e em Caxias e Timon no Maranhão.

Os mapas 2 e 3 apresentam a comparação da área plantada de cana de açúcar no Piauí em 2008 e 2018. Verifica-se que existe uma contiguidade dos municípios com hectares cultivados de cana de açúcar nos 10 anos. Desta contiguidade, destaca-se o município de União, José de Freitas e Teresina.

Nota-se um espalhamento dos municípios com área cultivada a leste do Piauí em 2018. Esta diferença, pode ter sido realizado para o fornecimento de matéria prima à usina. (mapas 2 e 3).

Fotografia 1 – instalações da empresa COMVAP no município de União (PI)

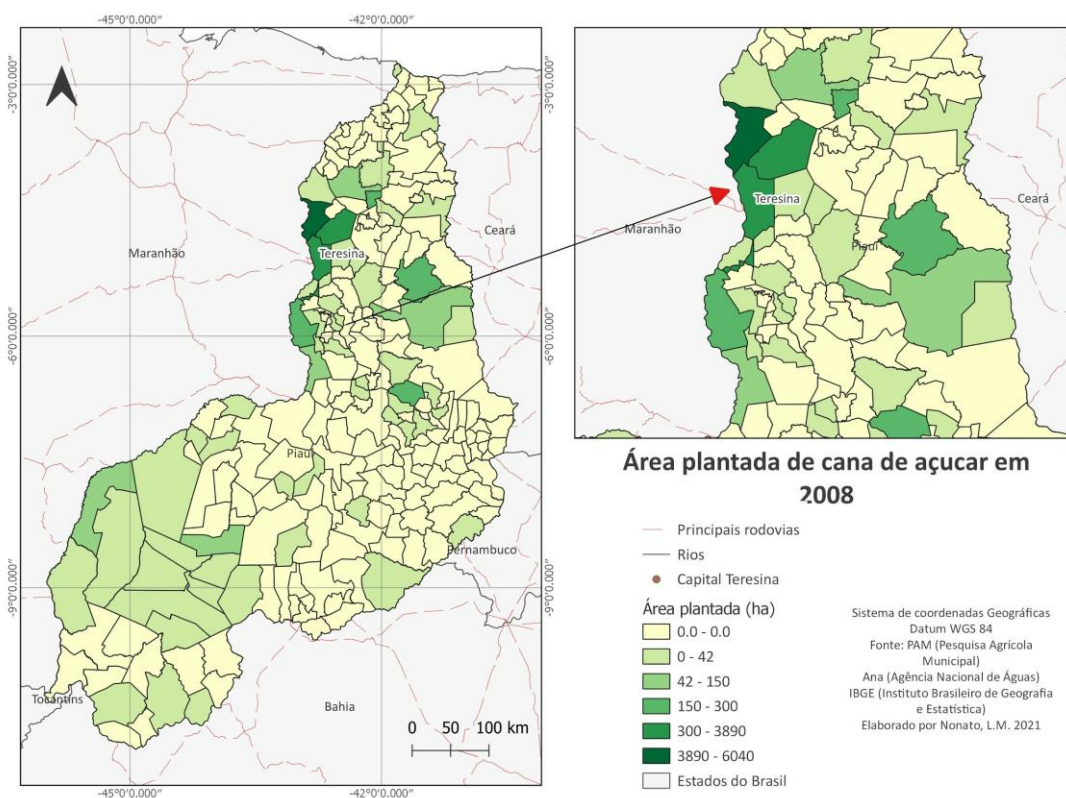


Fotografia 2 - Babaçuais ao fundo da plantação de cana de açúcar em União (PI)

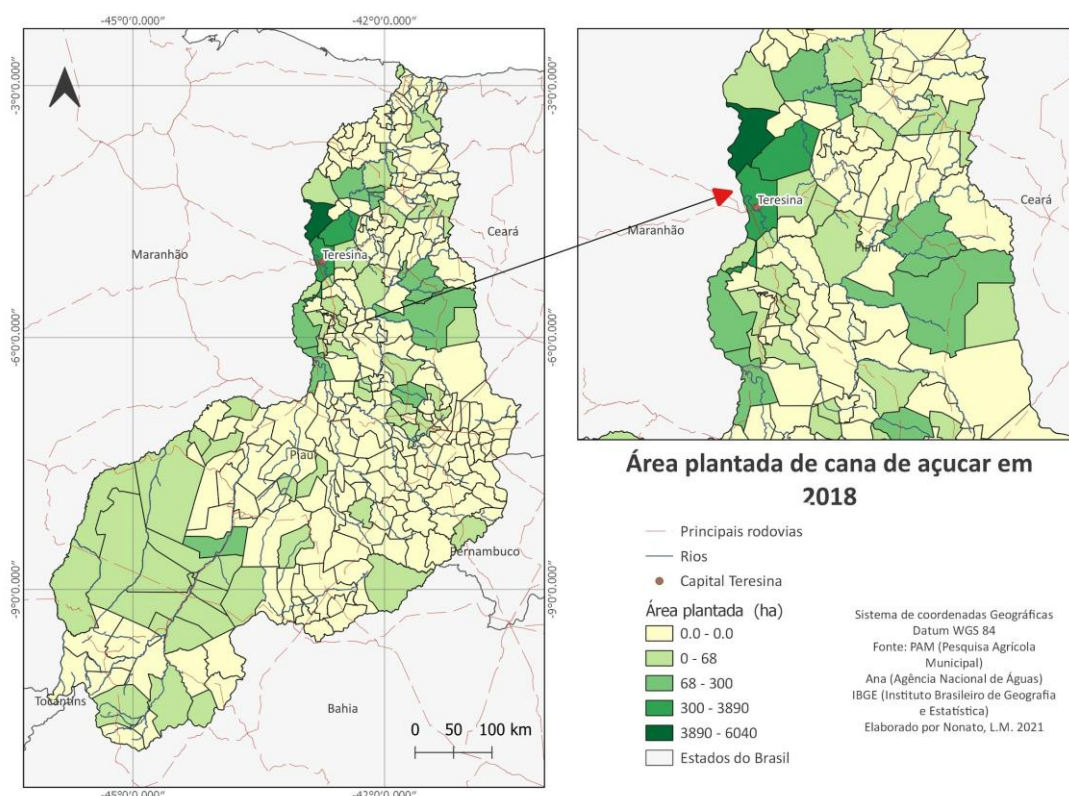


Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Mapas 2 – Área plantada de cana de açúcar no Piauí em 2008



Mapas 2 – Área plantada de cana de açúcar no Piauí em 2018



Além disso, houve a promessa da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose no município de Palmeirais (CARVALHO, 2019). Palmeirais, localiza-se na divisa com o estado maranhense e na microrregião do Médio Parnaíba. Esta microrregião é vizinha da microrregião de Teresina, que foi analisada anteriormente pelo cultivo da cana de açúcar. A instalação da empresa para produção de celulose também revela o processo de expansão da agricultura capitalista ao Norte do Piauí, a partir dos anos 2000.

A abertura da empresa Suzano não ocorreu no Piauí e sim no Estado do Maranhão. Especificamente no município de Imperatriz em 2010 (NÓBREGA, 2017). Imperatriz localiza-se na divisa do Maranhão com o estado do Tocantins. Tal mudança na instalação da empresa relaciona-se com problemas em relação ao licenciamento ambiental. As florestas plantadas de eucalipto impactariam os recursos do Rio Parnaíba aos municípios limites com Palmeirais, como registrado por Cavalcante (2017):

“Tais entraves em ações judiciais referem-se com relação às competências de licenciamento (estadual ou federal), visto que tal empreendimento no município de Palmeirais iria afetar não só o Piauí mas também o Maranhão

com a exploração dos recursos hídricos do Rio Parnaíba. Dessa forma, a justiça decidiu ainda em 2012 suspender o licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Produção de Celulose e Papel Suzano S. A.”

(CAVALCANTE, 2017, p. 47)

Mesmo assim, se faz necessário ressaltar que a região onde ocorreria a instalação da Suzano passou por transformações territoriais para dar suporte à empresa. Do ponto de vista da infraestrutura, foram melhoradas rodovias e efetuada a construção da Barragem de Castelhana para a geração de energia. Por outro lado, houve a migração de produtores chamados de “sulistas”, isto é, vindos de outras regiões brasileiras que passaram a comprar terras no Piauí (CAVALCANTE, 2017; CARVALHO, 2019).

Esses produtores foram atraídos pelo baixo preço de mercado da terra, para plantar eucalipto em municípios da microrregião do médio Parnaíba como Regeneração e Francisco Ayres no Piauí. Por esta razão, as fazendas, instaladas nesse período, têm substituído o cultivo de eucalipto pelo cultivo da soja, “justamente pelo mercado menos abrangente que o grão supracitado”. (CARVALHO, 2019).

A safra do ano de 2008 para 2009 foi registrada como a primeira levantada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) de produção da Soja na microrregião do Médio Parnaíba. O levantamento citou caracterizou uma fase atual de expansão moderada da área cultivada de soja na região. A partir da “incorporação e/ou aquisição de pastagens degradadas e áreas abandonadas ou subutilizadas” (HIRAKURI; CONTE; PRANDO; CASTRO; BALBINOT JUNIOR, 2018).

O período desta safra coincide com outras fontes sobre a dinâmica socioespacial nestes territórios. O fascículo do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia² sobre o babaçu no Piauí (2005) registrou a denúncia, pelas quebradeiras de coco, sobre derrubada de palmeiras em decorrência da expansão da sojicultura ao Norte do Estado:

“Essa derrubada ocorreu em agosto desse ano de 2005 e devastou 500 hectares de palmeiras de babaçu e bacuri para um experimento de plantio de soja. Esses empreendimentos de soja no Piauí, que antes se concentravam ao Sul do

² Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Coordenado pela Equipe da pesquisa Guerra Ecológica nos Babaçuais, composta por: Alfredo Wagner Berno de Almeida (PPGSCA-UFAM), Joaquim Shiraishi Neto (PPGDA-UEA) e Cynthia Carvalho Martins (PPGA-UFF). (2005)

estado, estão se ampliando para a região ecológica dos babaçuais, situada ao norte do estado.”

(ALMEIDA, 2005, p. 9).

Destaca-se que no estudo da EMBRAPA, referenciado, pode avaliar um aumento da produção e área plantada de soja na microrregião do Médio Parnaíba. A partir de 2010 a área cultivada de soja, em hectares, foi de 1.000 ha à 7.000 ha em 2016. A produção, em toneladas, passou de 3.900 em 2010 a 14.859 em 2016. (imagem 5)

Imagem 5: Diagnóstico da Produção de Soja na Macrorregião Sojícola 5

Área de Soja (em hectares)						
Microrregião	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Chapadinha - MA	45.520	50.400	57.140	58.557	64.965	63.690
Médio Parnaíba Piauiense - PI	1.000	1.500	2.500	4.020	5.789	7.310
Baixo Parnaíba Maranhense - MA	6.050	6.402	3.955	5.185	5.845	6.260
Caxias - MA	950	1.850	1.800	3.080	5.250	6.250
Coelho Neto - MA	960	1.250	1.450	1.470	2.230	4.020
Litoral Piauiense - PI	0	0	0	1.050	1.500	750
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	0	0	0	334	950	361
Teresina - PI	0	0	300	500	0	0
Somatório de área	54.480	61.402	67.145	74.196	86.529	88.641
Produção de Soja (em toneladas)						
Microrregião	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Chapadinha - MA	127.180	93.900	158.628	163.204	155.413	162.594
Médio Parnaíba Piauiense - PI	3.900	4.230	5.400	13.101	17.858	14.859
Baixo Parnaíba Maranhense - MA	20.840	14.062	6.875	16.057	10.933	13.982
Caxias - MA	2.565	2.775	4.320	8.690	15.484	13.173
Coelho Neto - MA	2.304	1.125	3.132	4.410	6.021	7.236
Litoral Piauiense - PI	0	0	0	3.213	1.350	1.800
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	0	0	0	854	855	975
Teresina - PI	0	0	504	1.650	0	0
Somatório de produção	156.789	116.092	178.859	211.179	207.914	214.619
Produtividade da Soja (em quilos por hectare)						
Microrregião	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Chapadinha - MA	2.794	1.863	2.776	2.787	2.392	2.553
Médio Parnaíba Piauiense - PI	3.900	2.820	2.160	3.259	3.085	2.033
Baixo Parnaíba Maranhense - MA	3.445	2.197	1.738	3.097	1.870	2.234
Caxias - MA	2.700	1.500	2.400	2.821	2.949	2.108
Coelho Neto - MA	2.400	900	2.160	3.000	2.700	1.800
Litoral Piauiense - PI	0	0	0	3.060	900	2.400
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	0	0	0	2.557	900	2.701
Teresina - PI	0	0	1.680	3.300	0	0
Produtividade	2.878	1.891	2.664	2.846	2.403	2.421

Fonte: HIRAKURI; CONTE; PRANDO; CASTRO; BALBINOT JUNIOR, (2018 p. 49)

Os mapas 3 e 4 apresentam a comparação da distribuição geográfica da área plantada de soja no Piauí, conforme os dados registrados pela PAM (Pesquisa Agrícola Municipal) do IBGE. Destaca-se que desde 2008, havia uma contiguidade territorial de área plantada nos municípios localizados ao Sul. Estes municípios são historicamente parte da região de expansão da fronteira agrícola consolidada do MATOPIBA, estudada por diversos autores (ALVES, 2013; LIMA, 2019; TOLEDO, 2019; CARVALHO, 2019).

No ano de 2008, destaca-se que ao Norte do Piauí, apenas dois municípios apresentaram cultivos de soja. Nota-se em Amarante, município localizado na divisa com o Maranhão, e em Piracuruca, localizado na microrregião do Baixo Parnaíba.

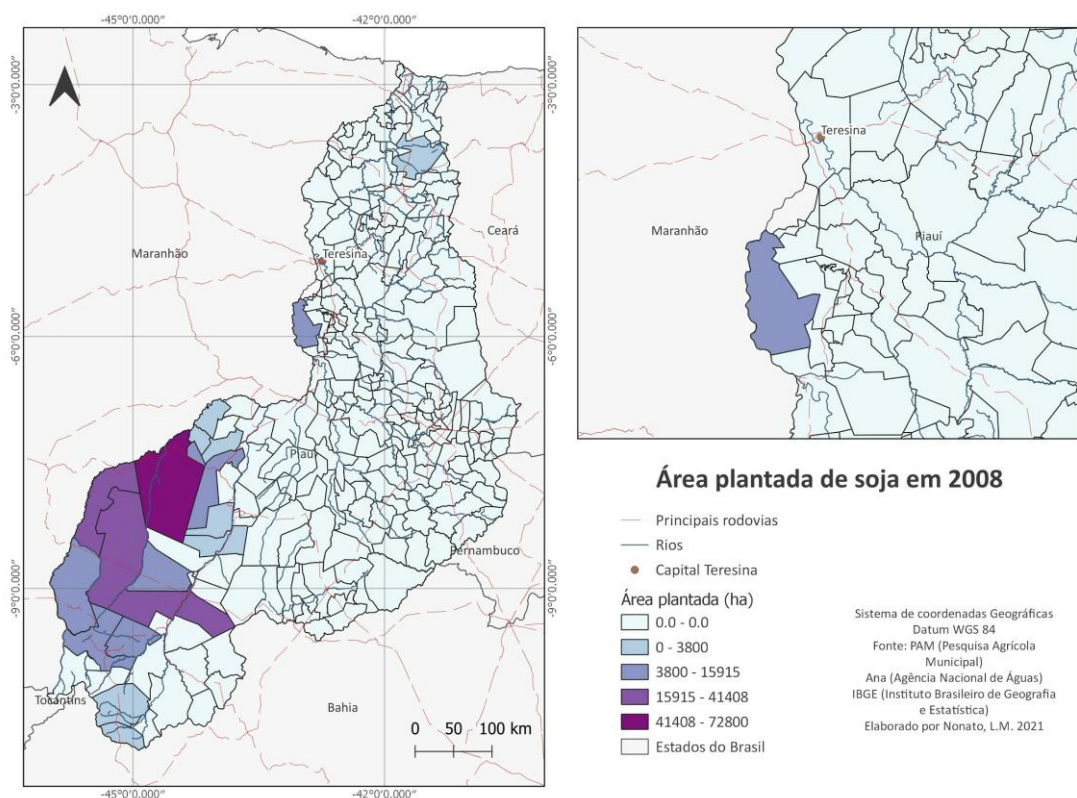
Nota-se em 2018 uma variação na distribuição geográfica apresentada em 2008. Verifica-se que os municípios ao Sul do Piauí mantêm as maiores quantidades de áreas plantadas em hectares. Por outro lado, é possível analisar um espalhamento de municípios com plantação de soja ao Norte.

No espalhamento identificado, destaca-se municípios da microrregião do médio Parnaíba. São eles: Curralinhos, Regeneração, Agricolândia, Hugo Napoleão, Passagem Franca do Piauí e São Francisco do Piauí, Tanque do Piauí e São Gonçalo. Verifica-se que estes municípios não fazem divisas entre si, mas a maioria encontra-se integrado por meio das principais rodovias. Além disso, nota-se que em comparação com 2008, Amarante deixou de apresentar áreas plantadas de soja em 2018.

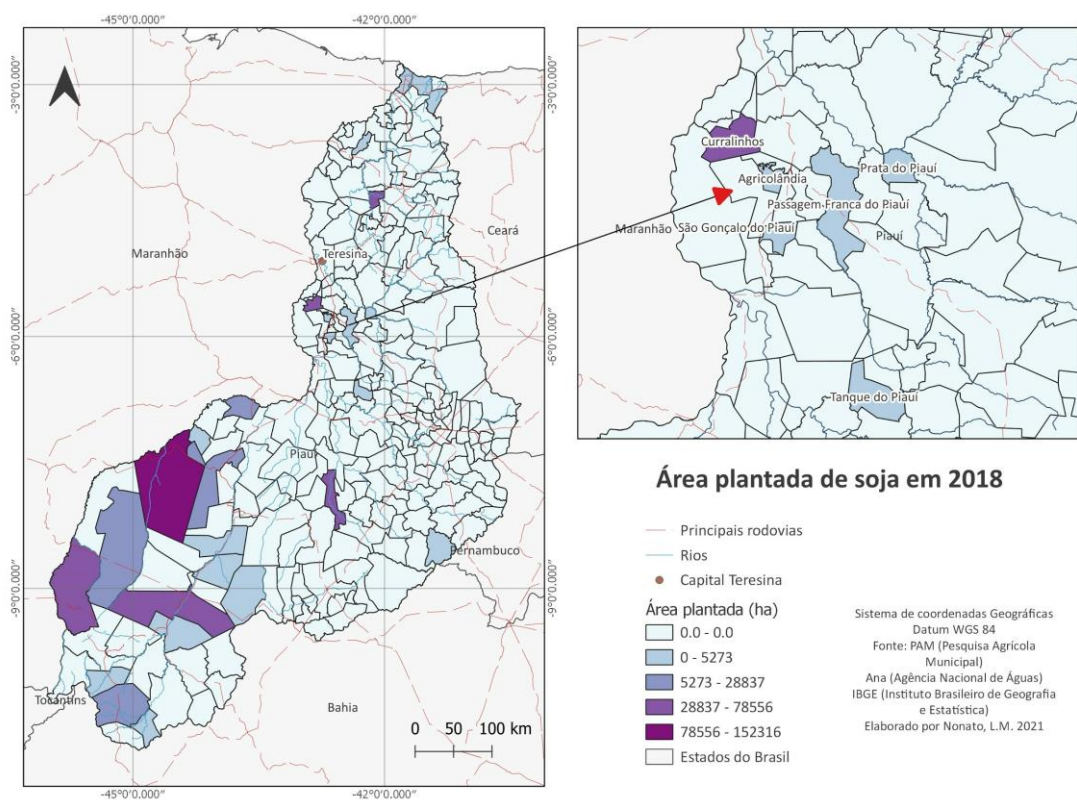
Assim, pode-se concluir que há em curso um avanço silencioso de produção de soja ao Norte, onde já existe uma concentração espacial consolidada de cana de açúcar.

Para compreender melhor a complexidade que envolve a reprodução social do agro extrativista do babaçu no Piauí e as relações com as territorialidades do capital em diferentes momentos históricos, o trabalho segue apresentando a qual a dimensão geográfica que o circuito produtivo do babaçu historicamente possui no Piauí.

Mapas 3 – Área plantada de soja no Piauí em 2008



Mapas 4 – Área plantada de cana de açúcar no Piauí em 2018



CAPÍTULO II

2.1 - Relações entre o agroextrativismo do babaçu e os saberes tradicionais

O agroextrativismo é compreendido por meio da relação entre comunidades camponesas e a natureza, diretamente com a coleta de produtos oferecidos pela natureza (FILHO, 2013). Esta prática encontra-se no campo do extrativismo, que pode ser verificado, historicamente, na produção do espaço brasileiro. Na ocupação colonial, por meio do extrativismo predatório do Pau Brasil (FILHO, 2013), como também por formas não predatórias, compreendidas pela harmonia dos povos no campo.

As comunidades agroextrativistas ocupam a região do Cerrado e as áreas de transição deste bioma, conforme anteriormente descrito. Ressalta-se a expressão territorial destas práticas, visto que o Cerrado corresponde a 36% do território brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2020). As formas de reprodução social nestes territórios têm sido estudadas por diferentes autores e são características do uso comum dos recursos da natureza pelas comunidades, denominadas de terras de uso comum. Para além do Cerrado, outros estudos apontam uma complexidade de formas de uso nas chamadas terras tradicionalmente ocupadas (ALVES, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2019; ALMEIDA, 2008).

No Piauí, o extrativismo é marcante em sua formação territorial, determinada pela ocupação das fazendas de gado e nas formações de povoados próximos ao Rio Parnaíba. Ao compreender a biodiversidade intimamente relacionada com os saberes dos camponeses e povos no campo, pode caracterizá-la pelo conceito de sociobiodiversidade (PORTO-GONÇALVES, 2020). A partir de tal conceito, é possível interpretar a riqueza dos saberes que os camponeses piauienses compartilham sobre a riqueza na variedade das formações naturais (FILHO, 2013).

Os principais itens do extrativismo piauiense são a carnaúba, a maniçoba e o babaçu. Para localizar a importância do babaçu no Piauí, sobre diferentes momentos históricos, se faz necessário destacar que a palmeira se apresenta no território acompanhada de outras espécies do extrativismo. São elas: Juazeiro comum no agreste, Tucum, Imbuzeiro que é típica do sertão, Macambira, Tingui, Buriti, Jatobá, Pequi, Bacuri, Copaíba, Angico e o Cajú (FILHO, 2013).

As condições para o crescimento destas espécies secundárias que acompanham a expressão geográfica dos babaçuais também estão relacionadas com o manejo da terra tradicionalmente ocupada. A incidência do babaçu pode estar relacionada com práticas como a coivara (NOVAES, 2017). Trata-se do tradicional corte e queima de um pequeno trecho da mata para cultivo de alimentos, de forma que a terra é posteriormente deixada para descanso podendo durar décadas mas recompõe o ambiente (SILVA, 2008).

As técnicas de uso e manejo da terra onde estão os babaçuais e outras espécies secundárias características do agroextrativismo possibilitam “a regeneração de áreas degradadas, a ciclagem dos nutrientes e o aumento da riqueza de espécies nos ecossistemas manejados” (SILVA, 2008).

Assim, a incidência dos babaçuais e sua expressão geográfica não estão alienadas dos processos de ocupação e formação territorial das chamadas terras de uso comum. Desde as técnicas que se relacionam com o aparecimento das espécies secundárias, como o babaçu, até a diversidade de usos do coco pelas comunidades extrativistas. São saberes transmitidos oralmente, de geração em geração, na escala local e historicamente desenvolvidos com conhecimentos de origem indígena e de outras populações tradicionais, como as comunidades negras quilombolas.

Esse acúmulo de saberes em movimento e a continuidade até os dias de hoje deste trabalho extrativo nas comunidades rurais revela que as relações capitalistas de produção, onde em limite último, atribui à natureza enquanto recurso de acumulação, não são hegemônicas no espaço geográfico. Além de representarem a potência do que pode vir a ser a relação nossa com a natureza enquanto sociedade.

2.2 - A expressão geoeconômica do circuito produtivo do coco babaçu

Neste sentido, apresento como historicamente se constituiu o circuito produtivo do coco babaçu nas comunidades do campo, sobretudo. Jair Amaral Filho (1990), ao estudar a Economia Política do Babaçu, focando no estado do Maranhão, sistematizou importantes contribuições para compreender a dimensão socioespacial deste extrativismo ao longo do século XX. Do ponto de vista das relações de poder entre as comunidades rurais e os proprietários de terra, se faz relevante analisar os dois momentos econômicos do babaçu no Nordeste para o autor.

Em um primeiro momento, o babaçu não possuía valor de troca. As relações de apropriação do coco eram caracterizadas por meio da “[...] sua coleta era feita de forma completamente livre em terras privadas e devolutas e, por conseguinte, totalmente apropriado pelos trabalhadores rurais.” (AMARAL FILHO, 1990, p. 30).

O segundo momento é marcado pelo valor de troca que o babaçu passa a ter no mercado, de forma que ocorre o aproveitamento comercial dos produtos realizados pelas comunidades agroextrativistas que historicamente produzem saberes sobre o babaçu. Para o autor citado, “a valorização da amêndoa acabou atraindo as atenções dos proprietários de terra e dos pequenos produtores de alimentos” (AMARAL FILHO, 1990, p. 31).

Para Valverde, a expressão geoeconômica do babaçu entre 1800 a 1900 era pouco significativa. Este autor verificou que ocorreram poucas menções sobre as palmeiras na literatura, referente a este período. Esta análise do Valverde coincide com a periodicidade caracterizada por Filho (1990).

A partir destas contribuições é possível inferir o momento do qual o agroextrativismo do babaçu passa a ter valor de troca. O coco passa a ganhar maior notoriedade entre os proprietários das terras, onde estes babaçuais se encontram.

A comercialização do babaçu é marcada pela conjuntura da Primeira e Segunda Guerra Mundial, no início do século XX e a demanda de exportação internacional. (VALVERDE, 1957; PAIOELLO, 2017; REGO, 2012). Os países envolvidos nas Grandes Guerras foram obrigados a importar alimentos e mantimentos de outros países. O principal componente comercializado do circuito do babaçu pelas comunidades agroextrativistas, desde esse momento, é a amêndoa do coco. Isto ocorre devido à possibilidade de extrair desta parte o óleo vegetal.

O pico de exportação dos produtos do coco babaçu ocorreu junto com outras comunidades que se relacionam com o extrativismo. Este momento, a primeira metade do século XX, também é o caso dos seringueiros na região da Amazônia e o ciclo da borracha (PORTO-GONÇALVES, 2001).

O artigo de Orlando Valverde em 1957 para o Boletim Geográfico, denominado “Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte”, caracterizou o período de crescimento das exportações do extrativismo vegetal do babaçu. O autor registrou os variados aproveitamentos pelas comunidades que realizavam o extrativismo da palmeira,

além de demonstrar a expressão geográfica deste circuito produtivo, predominante entre os estados do Piauí e Maranhão na metade do século XX.

Dessa forma, verifica-se que a exportação do babaçu foi um momento efêmero no circuito produtivo deste. Ao ser substituído por outra matéria prima, em cenário internacional, voltou-se a se restringir à comercialização regional. No entanto, esta valorização do babaçu, atribuiu aos produtos do coco a dimensão do lucro possível enquanto recurso da natureza, e não mais como um bem comum e livre. Esta racionalidade impacta as comunidades no campo que se relacionam com as palmeiras e os proprietários das terras onde estão o babaçu.

As palmeiras espacialmente apresentavam maior densidade no percurso médio do rio Parnaíba que divide estes dois estados. A expressividade do extrativismo no Meio Norte era tamanha que Manoel Correia de Andrade em “Paisagens” caracterizou a cultura a ela vinculada como constitutiva da civilização do babaçu (AMARAL FILHO, 1990).

O olhar geográfico sob a perspectiva regional é mobilizado por Valverde (1957) para compreender as relações socioespaciais no território dos babaçuais. O grupo de estudos, do qual o autor fazia parte, tinha como preocupação viabilizar uma racionalização do circuito produtivo do coco babaçu realizado nas comunidades camponesas. Assim, atribuía um planejamento territorial para resolver, primordialmente, a demanda por infraestruturas que viabilizassem a circulação da produção realizada pelas comunidades extrativistas envolvidas, naquele período. Além disso, foram apresentadas sugestões de mecanização do extrativismo vegetal, sobretudo a quebra da amêndoa.

No entanto, é possível identificar que a perspectiva de racionalização da produção extrativista nas comunidades camponesas compromete o contexto do qual o circuito produtivo está inserido. Por sua vez, a reprodução familiar das quebradeiras de coco.

Destaca-se que a mecanização do extrativismo vegetal chegou a ocorrer pontualmente nos territórios de babaçuais. REGO (2016) identificou um levantamento de estudos com o objetivo de viabilizar a produção de biocombustíveis a partir do coco babaçu. AMARAL (2017) e ARAÚJO (2000), abordaram conflitos entre quebradeiras de coco e a instalação de siderúrgicas para a produção de carvão vegetal industrial a partir do coco babaçu, o caso da CELMAR no Maranhão.

Ao tomar o pressuposto, inclusive teórico, do extrativismo como uma ocupação econômica, alienada de territorialidades e modos de vida que são constituídos de racionalidades que não pressupõem o lucro, mas a reprodução social das famílias envolvidas, o coco babaçu foi mobilizado como recurso de valor de troca para empreendimentos (públicos e privados) que se apropriam do conhecimento construído localmente.

O conflito com as quebradeiras de coco é materializado no território de diferentes formas. O uso do babaçu pelas siderúrgicas, como o exemplo da Celmar, pressupõe a queima do coco direto do cacho. Tal tratamento do coco impossibilita a diversidade de usos que as quebradeiras de coco fazem deste mesmo recurso.

Além disso, o caso das siderúrgicas que utilizam do coco babaçu reforçam a perspectiva teórica da contradição na reprodução capitalista no campo. Uma vez que o capital cria as condições para que os camponeses permanecendo no campo produzam as matérias primas necessárias à indústria, no caso particular, a coleta do coco babaçu pelas comunidades de quebradeiras de coco.

As comunidades extrativistas, incluindo as quebradeiras de coco, se relacionam com a natureza enquanto um bem natural que possui função ecológica e, sobretudo, social. (NÓBREGA, 2017). A problemática contida na territorialização do capital sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelo agroextrativismo revela a dialética entre apropriação e propriedade (SEABRA, 1996).

Sob a percepção dualística da natureza, a sociedade moderna capitalista tem naturalizado o homem enquanto elemento externo a esta (SMITH, 1988). Tal abstração da natureza exterior ao ser social, permite concebê-la enquanto recurso mobilizado como valor de troca unicamente voltado ao lucro e satisfação das necessidades criadas na sociedade moderna capitalista.

Nesse sentido, mobilizo a concepção teórica que identifica o caráter social da natureza para delinear a diferença da natureza para os povos tradicionais, os povos do campo do agroextrativismo, povos indígenas, etc, que também se difere entre si pois estão relacionadas com o modo de viver no território. Apesar de suas particularidades de leituras da natureza, sobretudo as cosmologias e valores que mediam a relação com a natureza, esta é produto do acúmulo e produção do conhecimento socialmente estabelecido por estes sujeitos (SMITH, 1988).

A partir deste ponto de vista, é possível identificar como as diferentes espécies vegetais que compõem os territórios do agroextrativismo, sobretudo a diversidade presente no Cerrado (GONÇALVES, 2019), refletem relações próprias de apropriação da natureza para a reprodução social. Diegues (2000) aborda o debate sobre a domesticação das espécies e a problemática de conceber a natureza como intocada pela sociedade ali existente: “As espécies são objeto de conhecimento, de domesticação, e de uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais, e finalmente, de mercadorias nas sociedades modernas.” (DIEGUES, 2000, p. 1)

Dessa forma, quando Chica Lera, quebradeira de coco piauiense, afirma: “onde há babaçu há quebradeira de coco” (SANTOS, 2019), está implicando que a presença da palmeira revela no espaço geográfico a dimensão do uso. Esse uso comporta os saberes e relações diferenciadas do território dos babaçuais.

Às paisagens destes territórios e os saberes tradicionais compõem também o pequi, a faveira, o bacuri, o buriti, o caju e entre tantas espécies encontradas na região do cerrado e de transição, como é aqui analisada a zona dos cocais. Trata-se da narrativa contrária à que atribui a conservação da natureza, como um produto da biodiversidade alienada das relações sociais de apropriação da natureza.

A terra para as comunidades camponesas é aqui interpretada a partir da categoria terra de trabalho. Nessa categoria, a legitimidade da posse da terra somente pode ser obtida mediante ao trabalho (MARTINS, 1991). Tal trabalho, não se insere na lógica da reprodução da mais-valia, ainda que em uma sociedade dividida em classes, mas enquanto um trabalho de “mediação fundamental para a reprodução da vida camponesa sendo a impossibilidade da reprodução da vida (fome e privações diversas) o horizonte negativo da impossibilidade da manutenção da família” (PRIETO, 2017, p.818).

2.3 - As quebradeiras de coco babaçu e os movimentos sociais

Os saberes tradicionais presentes nas relações diferenciadas no território expressam-se, portanto, em diferentes modos de vida, é onde estão contextualizadas as comunidades de quebradeiras de coco babaçu, dentre outras que realizam o agroextrativismo.

É fundamental contextualizar a particularidade que o trabalho com o coco representa nas comunidades camponesas quebradeiras. As diferentes etapas de trabalho

fazem com que muitos momentos proporcionem a reunião das quebradeiras de coco, a troca de saberes e estratégias de resistência para a reprodução social a partir deste trabalho. As canções populares compostas nestes momentos coletivos expressam que trabalho e cultura não estão separados nesta lógica de apropriação territorial, que é bastante característica no Nordeste.

Na medida em que majoritariamente participam desse trabalho extrativo as mulheres das famílias camponesas, elas assumem a identidade de quebradeiras de coco em diferentes contextos socioespaciais. Estas mulheres, no contexto da divisão do trabalho que ocorre nas comunidades camponesas, se dividem entre o extrativismo, a agricultura, mas também a atividade doméstica (MORAES, 2016). O gênero é um componente que se inscreve neste modo de vida a todo momento.

Para Federici (2019), as questões de gênero encontram-se intimamente relacionadas com relações de poder e violências. A autora, motivada a compreender a perpetuação e intensificação da violência contra as mulheres na sociedade moderna capitalista, relaciona que este fenômeno tem profundas relações com os processos contínuos de acumulação do capital, tornando-os inseparáveis. A partir deste ponto de vista, é necessário reafirmar a dimensão do patriarcado entre corpos, e gênero, na produção do espaço geográfico.

Na América Latina, as mulheres indígenas têm atribuído ao conceito de corpo-território as experiências de resistência aos contextos que vivenciam de violência. Mediante os conflitos acontecerem na escala do corpo e do lugar de diferentes formas. A instalação de mineradoras, monoculturas, extrativismo mineral, a privatização da água, a construção de mega infraestruturas, etc, impactam profundamente a reprodução familiar de populações tradicionais, sobretudo. Na medida em que são impedidas a continuar a reprodução de seus tradicionais modos de vida, os processos de intensificação da ocupação capitalista mostram-se inseparáveis das violências que as mulheres vivenciam na escala do lugar. Tratam-se de contextos socioespaciais em que o “corpo-território” é mobilizado como ferramenta de luta. (HAESBAERT, 2020; FEDERICI, 2019).

A partir disso, compreendo que as situações de conflito que as quebradeiras de coco atravessam na escala do corpo-território, individualmente ou coletivamente, denunciados sobretudo a partir da década de 1990 por meio de mobilizações sociais, não estão alheios a esta dimensão do patriarcado no território. Federici (2019) ressalta que:

“Há cada vez mais evidências de que as causas na raiz dessa atual onda de violência são as novas formas de acumulação de capital, que envolvem a desapropriação de terras, a destruição das relações comunitárias e uma intensificação do corpo e da mão de obra das mulheres”

(FEDERIC, 2019, p. 88)

Conforme apresentado anteriormente, as quebradeiras de coco, historicamente, acessam de maneira precária as florestas de babaçu, quando se localizam em propriedades privadas (MORAES, 2016). Com as palmeiras, não mais “livres” na natureza, se materializam no território conflitos diretos, sujeições de renda da terra, por meio da apropriação do trabalho extrativo pelos proprietários das terras. Conforme o último Censo Agropecuário, há a probabilidade de estes proprietários serem, majoritariamente, homens brancos³.

Também com base nos registros do Censo Agropecuário, são diferentes formas de apropriação da terra pelos que exercem atividade extrativa do babaçu. Dessa forma, as quebradeiras de coco acessam o coco por meio de arrendamento, parceria ou ocupação da propriedade onde a palmeira se localiza (NETO, 2000). Esses dados revelam a condição social das comunidades de quebradeiras no campo e a precariedade do acesso as palmeiras. Butler (2018) utiliza o conceito precariedade para agregar os sujeitos vulneráveis, em uma sociedade de classes e profundamente marcada por diferenças de gênero e raça:

“A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determina das populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.”

(BUTLER, 2018, p. 40)

Assim, a apropriação dos babaçuais e da terra onde estão as comunidades de quebradeiras de coco não ocorre sem conflitos. A sobreposição da territorialidade da propriedade privada no domínio dos cocais encontra a resistência dessas mulheres e suas famílias.

³ <https://www.terra.com.br/economia/ibge-8-em-cada-10-proprietarios-de-grandes-estabelecimentos-rurais-sao-brancos,0a326ab575f856784c083455b2420408vsppz6ld.html> acessado em 22 de fevereiro de 2021.

Os relatos de mulheres quebradeiras de coco revelam na escala do lugar resistências. (AMARAL, 2017; ANDRADE, 1993; NÓBREGA, 2017; SANTOS, 2019; OLIVEIRA, 2016). No Piauí, há registros de resistências empreendidas na medida em que foi imposta a determinação em comercializar o coco apenas aos proprietários das terras onde estavam localizadas as palmeiras. A indignação e ação por parte dessas comunidades de mulheres quebradeiras marcam conflitos no território dos babaçuais, ainda na década de 1970 no Piauí, como ressaltou Chica Lera em sua bibliografia (SANTOS, 2019).

A luta pela defesa dos babaçuais como um movimento político que passou a disputar a visibilidade na cena pública e até internacional. Pode se dizer que tomou notoriedade na década de 1990, a partir da organização do Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu (SANTOS, 2019; AMARAL, 2017; MORAES, 2016; LIMA, 2016).

Nos registros de algumas camponesas quebradeiras de coco que atuam, ao relembrar o histórico das mobilizações organizadas por elas que abriram os caminhos para a formação desta organização a nível interestadual, era recorrente negligência por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais com as pautas que elas levavam para as discussões centrais. (MORAES, 2016; SANTOS, 2016).

Dessa forma, havia uma certa dificuldade das quebradeiras de coco serem ouvidas nos espaços tradicionais de organização. Em certo sentido, era um contexto que implodiu a organização autônoma destas mulheres para reivindicar melhores condições para o trabalho extrativo, discutir estratégias de resistência ao desmatamento dos babaçuais, materializado no MIQCB. Dentre os objetivos do movimento estão:

“pressionar representantes do governo em todas as suas esferas, discutindo alternativas que levem em conta os conhecimentos locais para o desenvolvimento sustentável das regiões de babaçuais, promovendo intenso debate sobre questões ligadas a povos agroextrativistas, à preservação do ecossistema, ao acesso às florestas e o direito à terra.”

(MORAES, 2016, p.4)

Essas resistências tomadas no sentido político de organização e expressas na formação do MIQCB revelam um acúmulo histórico de processos de conscientização e reivindicação política das comunidades envolvidas. Nos territórios com comunidades de

quebradeiras de coco que estão presentes o MIQCB, é possível notar a participação camponesas em diversos espaços políticos anteriormente a formação do movimento.

Como exemplo os Clubes de Mães, registrado por AMARAL (2017) na região do Bico do Papagaio, a presença da CPT que pude notar em Miguel Alves. A presença da Igreja Católica também se encontrou relacionada a este acúmulo. A figura do Padre Ladislau, a partir dos relatos de dona Chica Lera em Esperantina no Piauí, bem como nos Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) também na região do Bico do Papagaio no Pará, conforme relatado por Cledeneuza em sua bibliografia, entre outras formas cotidianas. Cledeneuza, no seu livro biográfico, sintetiza esse período: “nós trabalhamos muito a conscientização das mulheres: com música, com encontro, com passeata, com protesto.” (OLIVEIRA, 2017, p. 88).

Os cantos de trabalho das quebradeiras de coco babaçu⁴ refletem esse processo cotidiano de conscientização e mobilização política. É possível analisar que os cantos estão associados a uma apropriação territorial que se difere da sociabilidade capitalista. Como parte da experiência do modo de vida (MORAES, 2016), as relações de apropriação e uso do babaçu, assim como em outras comunidades extrativistas, são mediadas “por meio da fala, consenso entre corpos presentes, sem pretensões universais a partir de um conhecimento local.” (GONÇALVES, 2006).

“[...] Babaçu livre é a decisão.

Se derrubar é a destruição.

Meio ambiente só se vê falar

Queremos a reserva para preservar.”

Nesse sentido, é possível identificar que as camponesas quebradeiras de coco para se libertarem das sujeições em relação a terra onde estavam as palmeiras de babaçu, historicamente têm se organizado politicamente. Das resistências cotidianas, sem

⁴ Letra do “Canto das Quebradeiras” (1995). Letra e música de Raimunda Gomes da Silva, de São Miguel do Tocantins. (As Encantadeiras, 2014). As Encantadeiras foi um projeto que reuniu Quebradeiras de coco babaçu de diferentes territórios para registrarem as composições que historicamente cantam nos momentos coletivos de trabalho. Estas canções refletem as condições de trabalho, os saberes sobre o babaçu, etc. MORAES (2016) chama de cantos de trabalho, no campo da sociologia. Além disso, há relações com o universo da cantoria presente no Nordeste, expresso no repente e a improvisação poética.

dúvidas, a conquista da Lei nº 231/2007 “Babaçu livre” reposiciona politicamente as mulheres quebradeiras de coco no território.

Uma vez que a Lei do babaçu é uma conquista garante o acesso das quebradeiras de coco às palmeiras de babaçu em: “terras públicas e privadas para exploração familiar, além de proibir a derrubada das palmeiras, os cortes dos cachos e o uso de herbicidas” (IBGE, 2020). A aprovação da lei em âmbito nacional e estadual encontra resistências até os dias atuais. De forma que as comunidades organizadas politicamente têm reivindicado também essa aprovação em esfera municipal. (SILVA, 2020)

Nesse sentido, compreendo como parte desse processo de mobilização por reconhecimento e valorização dos saberes destas comunidades, o fato de que desde 2009, as palmeiras de babaçu são reconhecidas na legislação brasileira como produto de sociobiodiversidade (MORAES, 2016). Assim, integram o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

No Piauí, não há asseguuração jurídica como a Lei do Babaçu Livre em âmbito municipal ou estadual. Existe a Lei 6.669 que dispõe ao dia 24 de setembro o dia Estadual das Quebradeiras de Coco no Piauí. Foi possível verificar por parte MIQCB, conforme a bibliografia de Chica Lera as pautas que vêm mobilizando o movimento das quebradeiras no Piauí:

“Atualmente, a luta está focada na realização de um Cadastro Rural Ambiental (CAR) coletivo justo; no impedimento da derrubada dos babaçuais pelo avanço do agronegócio, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento do MATOPIBA como área de fronteira agrícola dentro de uma área de Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia; e na luta pela lei do babaçu livre, que tem como obstáculo a propriedade privada impedindo o livre acesso das quebradeiras aos babaçuais. “São os maiores fazendeiros que tão na Câmara de Vereadores, Assembleia Estadual e Federal” (p.86), conta Dona Chica Lera.”

(BRITO, 2020, p. 226)

2.4 - A dimensão geográfica do agroextrativismo do babaçu no Piauí

As florestas de babaçu ocupam 8% do território piauiense, o que significa aproximadamente entre 19.776 km² a 25.093 km² (MORAES, 2016). Dada essa

expressividade, se faz necessário analisar a distribuição espacial e as características do circuito produtivo do babaçu neste território.

Para isso, se adota o recorte temporal de 10 anos entre 2008 e 2018, pois este período está profundamente relacionado às mudanças de uso da terra e avanço da agricultura capitalista no estado e seus decorrentes impactos a territorialidade camponesa, analisadas por pesquisadores bem como denunciadas por movimentos e povos do campo a partir dos anos 2000.

O relatório do Atlas do Espaço Rural, produzido pelo IBGE a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 possibilita analisar as características da produção de amêndoas de babaçu no Piauí. Para este trabalho, utiliza-se duas variáveis nesse conjunto de dados: pessoas ocupadas com produção vegetal de babaçu e características do estabelecimento com tal extrativismo vegetal.

A variável “agricultura familiar” é relevante para interpretar a produção camponesa, bem como analisar o gênero das pessoas envolvidas com o trabalho do babaçu. Além disso, os mapas com a distribuição geográfica da produção de amêndoas de babaçu foram produzidos a partir dos dados da Pesquisa de Produção, Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) do IBGE dos anos de 2008 e 2018.

Nesse sentido, a partir do Censo Agropecuário de 2017, verifica-se que no Piauí 19.813 pessoas ocupavam estabelecimentos com o extrativismo do babaçu. Desse total de pessoas, 16.941 realizam a produção sob a “agricultura familiar” sendo 6.735 mulheres. (imagem 5) Os estabelecimentos com produção vegetal da amêndoa de babaçu no Piauí contabilizam 6.260 e concentram aproximadamente 6.650 kg da produção de amêndoa. São comercializadas pelas comunidades camponesas de quebradeiras de coco, aproximadamente, 2.700kg e o 3.000 kg aproveitados pelas famílias, no ambiente doméstico, à medida em que não são comercializadas. (imagem 6).

Imagem 5: Pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários de babaçu (coco ou amêndoa) por Estado em 2017

Tabela 2 - Pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários produtores de babaçu (coco e/ou amêndoa), da agricultura familiar e não familiar, por relação de parentesco com o produtor e sexo, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2017

Unidades da Federação	Pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários produtores de babaçu (coco e/ou amêndoa)											
	Com laços de parentesco com o produtor						Sem laços de parentesco com o produtor					
	Total		Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Maranhão	50 578	4 163	27 781	2 461	22 797	1 702	8 045	2 767	7 659	2 410	386	357
Piauí	13 594	1 714	8 086	1 029	5 508	685	3 347	1 158	2 955	998	392	160
Tocantins	2 183	175	1 308	105	875	70	197	64	191	55	6	9
Pará	339	66	231	36	108	30	121	701	96	534	25	167
Demais	2 793	343	1 565	238	1 228	105	100	98	x	87	x	11

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Fonte: Atlas do Espaço Rural Brasileiro - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - p. 19

Imagem 6: Estabelecimentos agropecuários de babaçu (coco ou amêndoa) e o tipo de extração por Estado em 2017

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários produtores de babaçu (coco e/ou amêndoa), quantidade produzida e tipo de extração manual e autônoma, por tipologia do agricultor, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2017

Unidades da Federação	Produtores de babaçu (coco e/ou amêndoa)											
	Estabelecimentos		Quantidade (kg)				Com extração artesanal e autônoma					
			Produzida		Vendida		Total		Não mecanizado		Mecanizado	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Maranhão	21 318	2 042	68 310 350	5 486 327	19 195 832	959 457	20 572	1 979	20 484	1 971	100	9
Piauí	5 457	803	6 649 038	631 762	2 782 713	199 312	5 164	785	5 075	779	97	7
Tocantins	588	61	1 652 192	93 896	425 881	68 932	563	55	553	54	12	x
Pará	80	8	400 824	733 940	65 333	720 240	70	7	x	7	x	...
Demais	673	123	1 845 188	337 436	1 168 749	276 444	663	119	651	117	12	x

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Fonte: Atlas do Espaço Rural Brasileiro - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - p. 19

É necessário levar em consideração as características físicas das palmeiras de babaçu e o ciclo natural da palmeira para analisar o circuito produtivo do babaçu. Estas características interferem na incidência das palmeiras no território, na quantidade de cachos, na quantidade aproveitável de amêndoas, etc. Cada floração produz aproximadamente 500 frutos. Sobre as condições naturais do desenvolvimento das palmeiras, Silva (2016), caracterizou:

“O desenvolvimento da palmeira depende das condições de luz, sendo que numa floresta fechada necessita de mais tempo do que em locais abertos para chegar à idade adulta. Suas folhas arqueadas medem até oito metros de comprimento e suas flores se aglomeram formando cachos, que podem chegar a seis metros por palmeira. Os frutos são em formato oval alongado, de coloração marrom claro, que na palmeira ficam em cachos pêndulos. O fruto não é uniforme, varia de tamanho e de quantidade de amêndoas por cacho,

podendo pesar entre noventa e trezentos gramas, apresentando entre duas até cinco amêndoas.”

(SILVA, 2016, p.56)

Os mapas 6 e 7 apresentam a distribuição geográfica da produção de amêndoa, por microrregiões piauienses, entre 2008 e 2018. Verifica-se que em 2008, 7 microrregiões que apresentavam produção da amêndoa. Eram elas: Baixo Parnaíba, Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba, Bertolândia, Alto Parnaíba, Alto Médio Gurguêia e Chapada do Extremo Sul. Dessa forma, é possível visualizar a contiguidade entre as microrregiões ao norte e ao extremo sul do estado. Além disso, a maior incidência dessa produção concentrava-se no Baixo Parnaíba, Teresina e Médio Parnaíba, respectivamente.

O mapa de 2018 apresenta diferenças em relação a distribuição geográfica de 2008. Apresentam a produção de amêndoa as microrregiões do Baixo Parnaíba, Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba, Alto Médio Gurguêia e Alto Parnaíba. Nota-se que as microrregiões verificadas em 2008, Bertolândia e Chapada do Extremo Sul, neste último mapa deixaram de apresentar a produção de amêndoas. É possível analisar que a microrregião do Baixo Parnaíba mantém a maior quantidade de produção em toneladas. No entanto, verifica-se mudanças na quantidade das microrregiões que se caracterizavam com as maiores produções de amêndoa em 2008, dentre elas a de Teresina, Campo Maior e o Baixo Parnaíba. Estas microrregiões passaram a apresentar menor quantidade desta produção, correspondendo 7% do estado.

As tabelas 2 e 3 apresentam os municípios com maiores produções de amêndoas em 2008 e 2018. Em ambas tabelas, predominam os municípios localizado no Alto Parnaíba. É importante ressaltar que nesta região estão localizadas as sedes do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) no Piauí. Atualmente estas unidades estão localizadas nos municípios de Barras, Esperantina, Campo Largo, João Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Morro do Chapéu, Nossa Senhora dos Remédios, Porto e São João do Arraial (MORAES, 2016). A localização destas sedes é importante para reafirmar a expressiva presença de comunidades camponesas agroextrativistas.

Verifica-se também que houve a diminuição da produção de amêndoas na microrregião do Médio Parnaíba, onde localiza-se a comunidade Boi Morto estudada

neste trabalho. Campo Maior e o Médio Parnaíba em 2008 apresentaram até 27% do total e em 2018 representavam 7% da produção. É possível observar que os municípios Palmeirais e Curralinhos, localizados no Médio Parnaíba, deixaram de estar entre os 20 municípios com maior expressividade de produção de amêndoas em 2018.

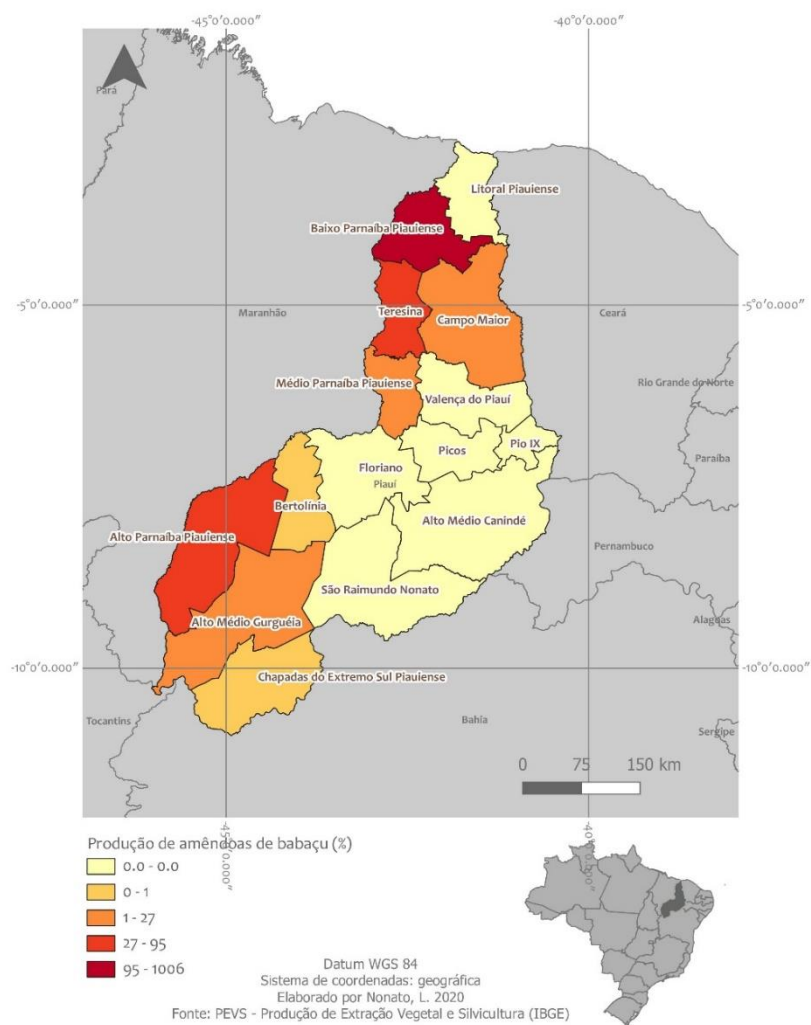
Além disso, em ambos os mapas se apresenta a produção da amêndoa ao sul do Piauí. As comunidades de quebradeiras de coco envolvidas no projeto mapeamento social do Projeto Nova Cartografia Social, se mostraram surpresa com tal aparecimento. Este fato reforça a necessidade de registrar esse modo de vida no Piauí:

“Esse projeto da Nova Cartografia foi uma coisa maravilhosa, foi onde a gente do MIQCB foi tomar pé de saber como era muita coisa. Tinha umas coisas que a gente não tinha consciência que existia. Através da cartografia tomamos novos rumos e novos passos. Foi aí que descobrimos onde tem as quebradeiras e onde têm os babaçuais. É assim, muita gente dizia que em um lugar como Bom Jesus (sul do Piauí) não tinha babaçu e através da cartografia foi descoberto que lá também tem babaçu. Em vários lugares tem babaçu, isso foi maravilhoso para nós e para eu conhecer”

(SANTOS, 2019) grifado por mim

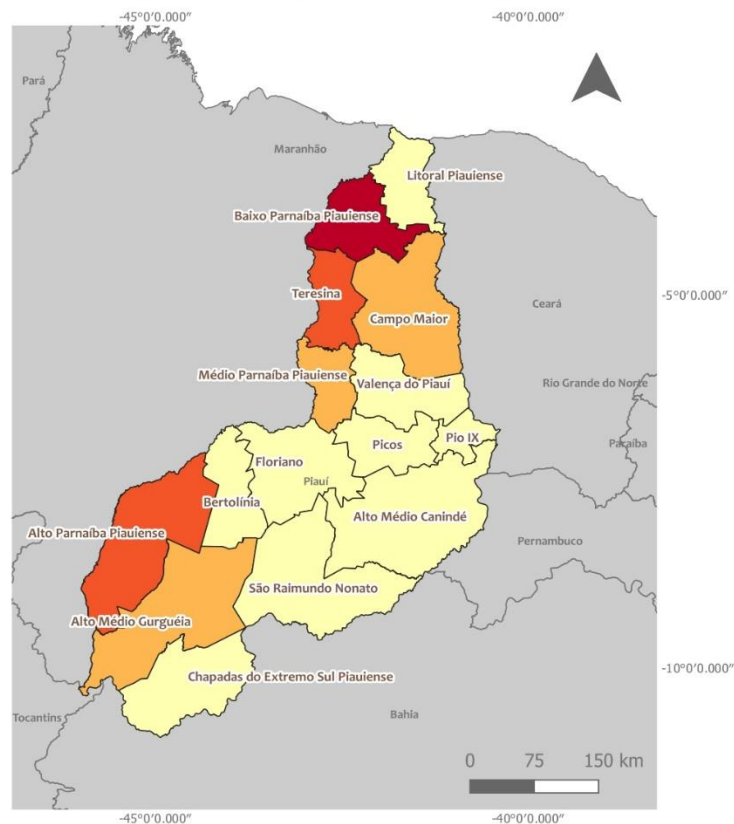
Mapas 6 - Produção de amêndoas do babaçu, em toneladas, nos estabelecimentos com produção vegetal por microrregião geográfica em 2008.

**Produção de amêndoas do babaçu em 2008
(por microrregião geográfica)**



Mapa 7 - Produção de amêndoas do babaçu, em toneladas, nos estabelecimentos com produção vegetal por microrregião geográfica em 2018

Produção de amêndoas do babaçu em 2018 (por microregião geográfica)



Produção de amêndoas de babaçu em toneladas (%)

0 - 0,08

0,08 - 2,20

2,20 - 7,72

7,72 - 81,80

Estados Brasileiros



Datum WGS 84

Sistema de coordenadas: geográfica

Elaborado por Nonato, L. 2020

Fonte: PEVS - Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE)

Tabela 2 – Os municípios do Piauí com maior produção de amêndoa de babaçu, em toneladas, 2008

MUNICÍPIO	PRODUÇÃO DE AMÊNDOA
MIGUEL ALVES	867
BARRAS	805
UNIÃO	755
ESPERANTINA	333
LUZILÂNDIA	296
CAMPO LARGO DO PIAUÍ	203
LAGOA ALEGRE	201
PORTO	169
BATALHA	143
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	121
MATIAS OLÍMPIO	119
SÃO JOÃO DO ARRAIAL	114
TERESINA	108
ALTOS	107
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	101
PALMEIRAIS	91
CABECEIRAS DO PIAUÍ	73
JOSÉ DE FREITAS	71
CURRALINHOS	47

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), 2008

Tabela 3 - Os municípios do Piauí com maior produção de amêndoa de babaçu, em toneladas, 2018

MUNICÍPIO	PRODUÇÃO DE AMÊNDOA
BARRAS	370
UNIÃO	310
MIGUEL ALVES	282
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	223
SÃO JOÃO DO ARRAIAL	190
CAMPO LARGO DO PIAUÍ	166
ESPERANTINA	156
LUZILÂNDIA	155
PALMEIRAIS	147
LAGOA ALEGRE	94
MATIAS OLÍMPIO	92
PORTO	89
ALTOS	86
JOSÉ DE FREITAS	69
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	68
URUÇUÍ	65
TERESINA	56
JOCA MARQUES	46
CABECEIRAS DO PIAUÍ	45

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), 2018

Assim, no que consiste à produção vegetal com o babaçu registrada nos dados secundários do IBGE, verifica-se que existe a presença significativa do extrativismo vegetal no Piauí. Essa produção concentra-se ao norte, nas tradicionais regiões da mata dos cocais. No entanto, é possível inferir, com tais registros do IBGE, a diminuição na produção sobretudo nos municípios de outras microrregiões. Este panorama então

apresenta a necessidade de compreender o que pode estar resultando nesse movimento do circuito produtivo do babaçu característico no Piauí.

Outros pesquisadores registraram dificuldades que as comunidades de quebradeiras de coco apresentam no Piauí (SILVA, 2011; SILVA; ARAÚJO; BARROS, 2015; MESQUITA, 2000; SHIRAISHI, 2020). O escoamento da produção é um dos impasses, a inserção da monocultura em municípios como Miguel Alves, a concorrência do azeite de coco babaçu comercializado pelas quebradeiras de coco com oleaginosos derivados da monocultura no mercado, a escassez de políticas públicas para o fortalecimento da produção nas comunidades de quebradeiras de coco, bem como a derrubada das palmeiras foram os principais fatores atribuídos ao circuito produtivo do babaçu no estado.

A sobreposição de territorialidades no espaço geográfico pode ser evidenciada nos discursos hegemônicos produzidos por parte dos proprietários de terra que cercam as palmeiras e controlam o acesso das quebradeiras de coco a elas. Sabe-se que a partir da possibilidade de acumular capital com a terra, em diferentes momentos históricos há a sujeição do trabalho da quebradeira de coco à terra, de modo que o trabalho é aproveitado pelo proprietário ou também impedido, para ocupar a terra com outros usos (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Em contextos de acirramentos da crise da própria reprodução capitalista, onde a rentabilidade do uso da terra é maior apenas cercando-a para a especulação, o discurso do proprietário para com o trabalho da quebradeira de coco passa a impossibilidade de conviver com o trabalho da camponesa quebradeira de coco na mesma propriedade.

Em territórios onde ocorre a pecuária intensiva, outros pesquisadores apresentaram discursos que passaram a inviabilizar a presença das quebradeiras de coco na propriedade onde estão as palmeiras de babaçu, ora afirmando que o extrativismo era prejudicial ao gado, ora no cercamento das propriedades. (NETO, 2020; REGO, 2012; PORRO, 2019). Há relatos de que jagunços cortam as cestas produzidas pelas quebradeiras para carregar o coco até o povoado onde a comunidade se reúne para quebrar o coco, etc. (GOUVEIA, 2017; ALMEIDA, 2000).

Portanto, essas violências e sujeições que historicamente quebradeiras de coco atravessam para acessar as palmeiras em propriedades cercadas, não se restringem ao Piauí e se relacionam com a territorialização do capital no campo. Este movimento tem

pressuposto no campesinato, enquanto classe social, a sua reprodução social de forma contraditória (OLIVEIRA, 1991). Dessa forma, os relatos das quebradeiras de coco, as dificuldades encontradas para realizar o trabalho é fundamental para interpretar a dinâmica desse circuito produtivo a partir do centro.

Por outro lado, é notável que existe uma priorização por parte do Estado Nação, representado pelo IBGE, em registrar o extrativismo do babaçu a partir da amêndoa. No entanto, conforme será melhor demonstrado neste trabalho, o trabalho das quebradeiras de coco babaçu não é centrado na amêndoa. Ao contrário, existe uma diversidade significativa de usos das comunidades de todos os elementos que a palmeira do babaçu possibilita. Dessa forma, é necessário salientar que ao priorizar a dimensão econômica do extrativismo, esses levantamentos corroboram com a interpretação de que o Estado Nação não reconhece a dimensão social e cotidiana das quebradeiras de coco.

CAPÍTULO III

3.1 - Estudos de caso: contextualização de Miguel Alves e Agricolândia (PI)

Em julho de 2019, foi possível realizar trabalho de campo exploratório no assentamento Laginha Apolinário, em Miguel Alves (PI) e no povoado Boi Morto, em Agricolândia (PI). Registrei outras entrevistas semi-estruturadas de modo virtual durante o desenvolvimento deste trabalho, devido às restrições da crise sanitária em função do Covid-19.⁵

No povoado foi possível acompanhar o momento coletivo em que as camponesas quebradeiras de coco se reúnem para quebrar o coco. Este momento mostrou-se rico pois o grupo presente quebrava o coco, como atividade do extrativismo, mas também ocorria intensa troca de saberes, mediados por diálogos sobre histórias de vida, o cotidiano, etc. Conheci cinco delas: Raimunda, Antônia, Edileusa, Teresinha e Gean, um jovem morador do povoado, que estava acompanhando e aprendendo a quebrar coco com as quebradeiras.

As fotografias 3 e 4 registram o momento do trabalho de campo no povoado em Agricolândia. Neste dia, as quebradeiras de coco mencionadas e Gean estavam participando do

⁵ Tinha a pretensão de retornar ao Assentamento ainda em Julho de 2019, para o evento de comemoração dos 50 anos da CPT. Este evento estava agendado para acontecer na comunidade Laginha Apolinário, no entanto este foi cancelado e não pude retornar. Com a situação pandêmica, realizei entrevistas, via chamadas de vídeo, com as mulheres quebradeiras de coco que conheci em Agricolândia.

momento da quebra do coco e separação das amêndoas e as cascas. É possível notar a quantidade de coco que foi coletado e coletivamente iriam quebrar, nos próximos dias.

O município de Agricolândia possui a extensão territorial de 112,42 quilômetros quadrados. A população total soma aproximadamente 5.139 habitantes e o povoado visitado, 120 famílias. Agricolândia está localizada a 80 quilômetros da capital, na microrregião do Médio Parnaíba.

Conforme analisado anteriormente, o Médio Parnaíba está inserido em um contexto de mudanças no uso da terra, como a instalação de fazendas de soja e eucalipto, bem como apresenta uma diminuição da produção de amêndoas, conforme os registros do IBGE.

Por outro lado, é um território com atributos naturais do bioma Cerrado. Apresenta na paisagem, sobretudo nos povoados rurais, a presença de palmeiras de coco babaçu, buriti, pequi, entre outras espécies secundárias. Além disso, não coincidentemente, a toponímia de povoados próximos ao Boi Morto, são popularmente conhecidos como “baixão do coco”, “olho d’água”. Estes nomes revelam os componentes da natureza desses territórios, característicos do extrativismo.

O mapa 9 apresenta uma comparação do uso da terra no município de Agricolândia entre 2008 e 2019⁶. Nota-se no mapa de 2008, há a predominância de formações vegetais no município de Agricolândia. É possível destacar duas categorias para tais formações: ao norte, se concentra a “formação florestal” e o restante do município “formação savânica”. A classe savânica, pode ser interpretada como a característica do bioma Cerrado.

Além disso, há outras categorias pontuais na classificação de 2008. A infraestrutura urbana mostra-se em formato de mancha à sudeste do município, enquanto é possível verificar outros usos, que caracterizam pastagem, dispersos no território.

O mapa de 2019 apresenta significativas mudanças de uso da terra em relação ao mapa de 2008. Verifica-se que a mancha caracterizada pela classe “infraestrutura urbana” se expandiu. Além disso, é possível identificar um espalhamento da pastagem ao centro, bem como em direção ao sudoeste de Agricolândia. Tais manchas de pastagem ocupam 122,78

⁶ Mapa elaborado com dados do projeto Map Biomas. Nestes mapas, o uso e ocupação da terra é anualmente mapeada em formato matricial (30x30 cm) a partir de imagens de satélite Landsat. Sob a metodologia de análise por especialistas em sensoriamento remoto e a classificação do IBGE. Utilizei neste trabalho a Coleção 1 (2008-2015) e a Coleção 5 (1985-2019).

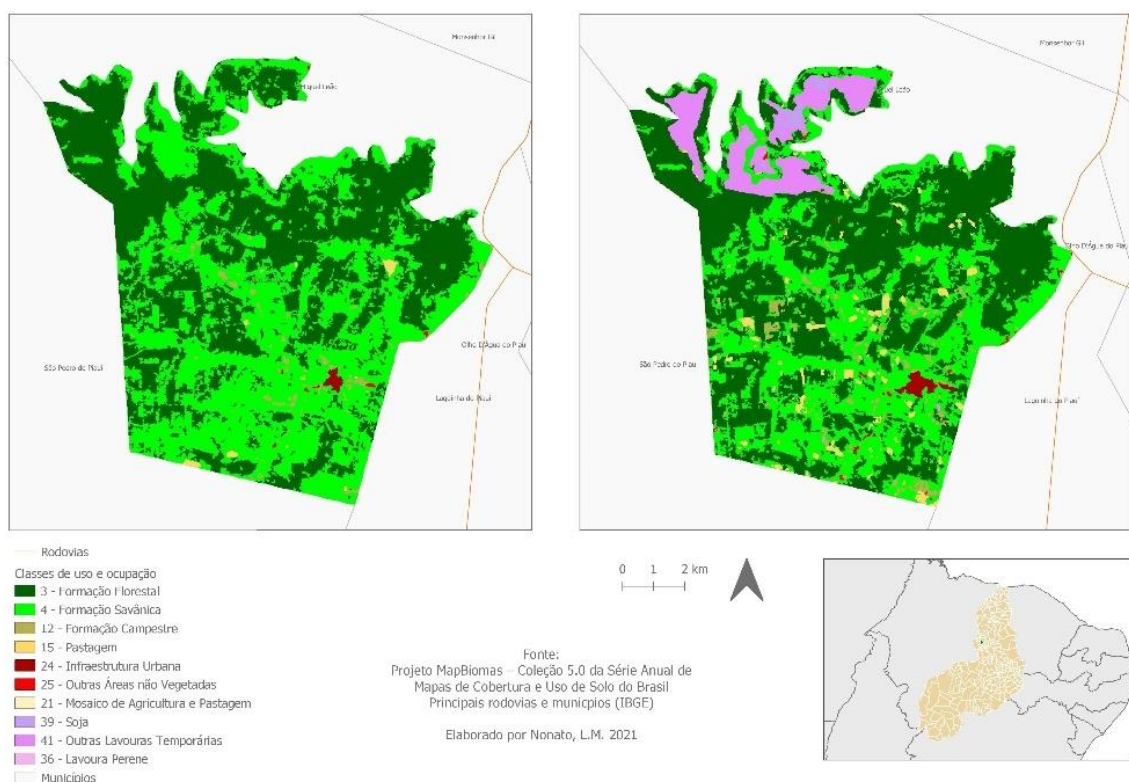
hectares do território. É perceptível a incidência de cultivo de soja, à extremo noroeste do município, onde em 2008, apresentava apenas o predomínio de vegetação. Essa mancha de soja representa, aproximadamente, 58 hectares.

O Projeto Nova Cartografia Social, publicou em 2018 um trabalho cartográfico desenvolvido com comunidades de quebradeiras de coco em toda a “Região ecológica do babaçu”. Este mapeamento incluí o território piauiense. Por meio da simbologia do trabalho, é possível identificar diferentes agentes, e, portanto, territorialidades sob os babaçuais no Piauí.

No mapa do projeto, foram identificadas comunidades na região que compreende o Médio Parnaíba (imagem 8). É possível identificar o desmatamento de palmeiras inscritas no símbolo de uma palmeira vermelha. A presença de atravessadores é representada pelo símbolo verde claro, próximo a Miguel Leão. Também está representado no material, a prática caracterizada por “arrendamento” e plantios sobre bambu e eucalipto nos municípios de São Pedro do Piauí e Hugo Napoleão.

Mapa 9: Usos da terra em Agricolândia (2008 e 2019)

Uso da terra em Agricolândia (2008 e 2019)



Fotografia 4 - trabalho da quebra do coco babaçu no povoado Boi Morto (PI)



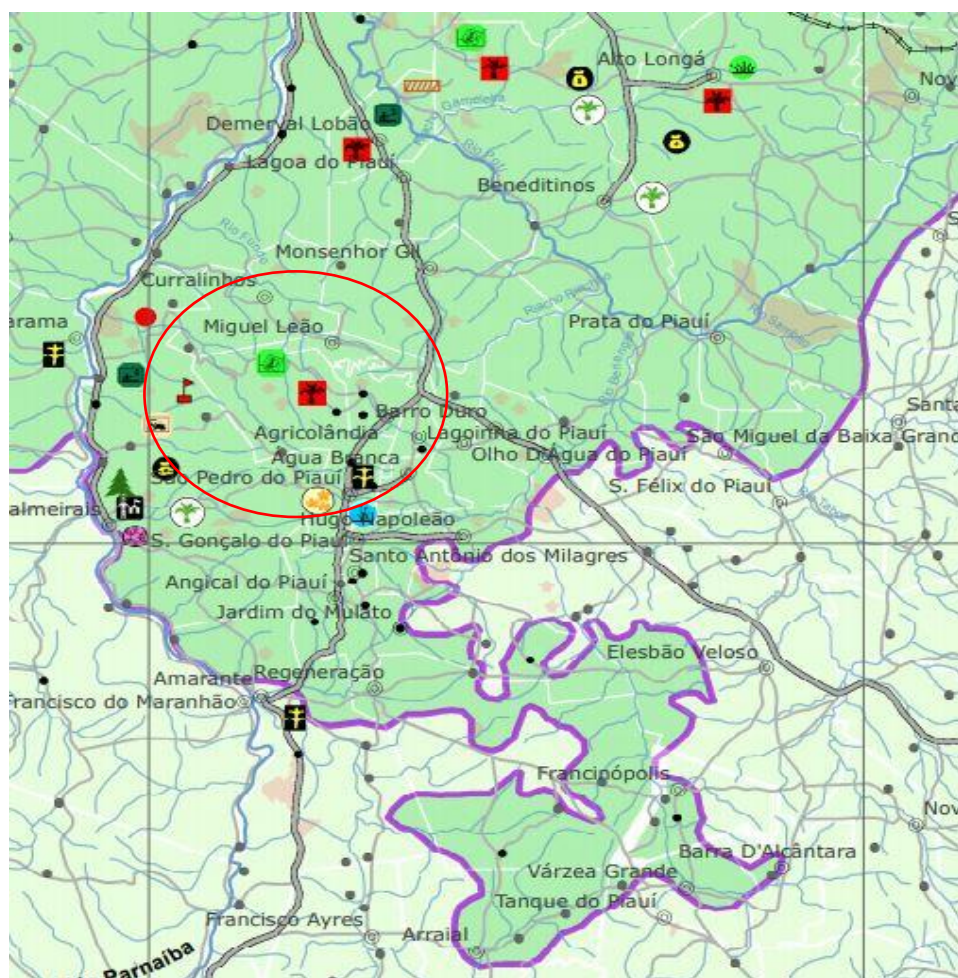
Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 5 - trabalho da quebra do coco babaçu no povoado Boi Morto (PI)



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Imagem 6: trecho da cartografia participativa elaborado com comunidades de quebradeiras de coco no Piauí pelo projeto Nova Cartografia Social dos Babaçuais.



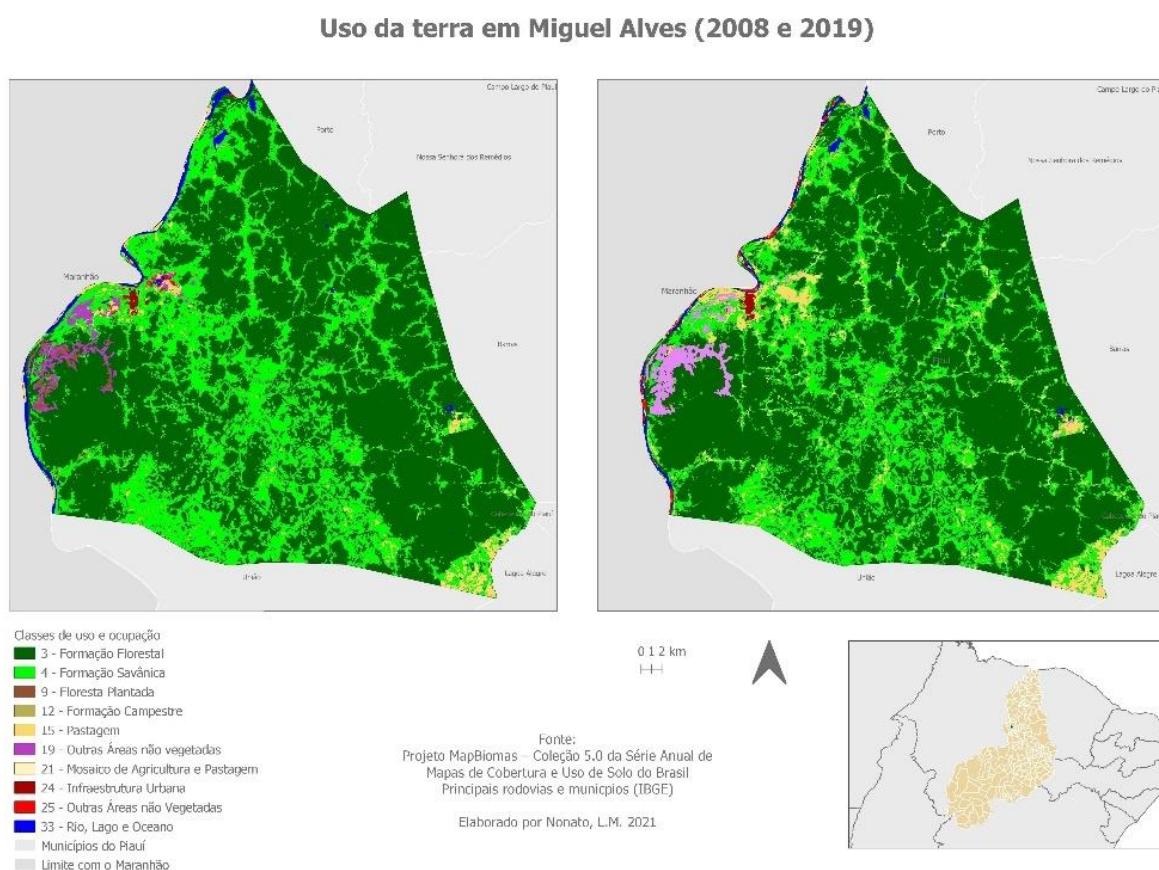
Fonte: Nova Cartografia Social dos Babaçuais, 2018, p.1

A outra comunidade de quebradeiras de coco visitada localiza-se em Miguel Alves (PI). Este município está na microrregião de Teresina, em uma distância de 117 quilômetros da capital. O município apresenta uma extensão territorial maior em relação a Agrolândia, sendo 1.394 quilômetros quadrados.

Miguel Alves também se insere no bioma do Cerrado, mas apresenta atributos do ecossistema da Mata dos Cocais (VIEIRA, 2017). A incidência das palmeiras de babaçu é visivelmente destacada na paisagem do assentamento visitado, conforme as fotografias apresentadas. O município apresenta uma extensão territorial maior em relação a Agricolândia, sendo 1.394 quilômetros quadrados e residem aproximadamente 32.289 habitantes.

Conforme o levantamento de VIEIRA (2017) sobre as florestas de babaçu no norte piauiense, verifica-se que os babaçuais ocupam 77,23% de todo o território do Miguel Alves. Esta porcentagem representa, aproximadamente 1.076 km². Ao analisar a comparação sobre o uso da terra nos últimos 10 anos, o registro sobre a expressividade do babaçu ajuda a interpretar com mais certeza que a classe “formação florestal” predominante são territórios de babaçuais. Além disso, nesse período de tempo é possível observar que não houve mudanças significativas como a nítida instalação de uma fazenda para o plantio de soja em Agricolândia.

Mapa 10: Uso da terra em Miguel Alves (2008 e 2019)



No assentamento Laginha Apolinário residem 33 famílias, das quais 18 convivem na agrovila visitada. O assentamento possui 1.094,5811 ha e está na fase três de estruturação (03) pelo INCRA (INCRA,2016). Foi criado em 30 de novembro de 2011, a partir da desapropriação

da terra. Até a criação do assentamento, anos de luta pela terra marcaram os anos anteriores dos moradores. Desde 2008 a comunidade Laginha esteve impedida de continuar ocupando o povoado Laginha.

Além disso, ressalta-se que em Miguel Alves ocorreu a desapropriação de outras terras para a criação de assentamentos ao longo dos anos 2000 (COSTA, 2006). Este é um município do qual se nota a atuante participação de movimentos sociais que fortaleceram a comunidade nos conflitos agrários. À exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a assessoria dos movimentos sociais, CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O relato de Dona Balbina, quebradeira de coco de 86 anos, do assentamento Laginha, contextualizou a memória sobre a luta pela terra para a apropriação do território onde hoje é o assentamento. Em seu relato, é possível compreender que houve um momento de desapropriação das famílias que ocupavam os antigos povoados de morada na região. Houve o mandado de despejo da comunidade Laginha, onde moravam em uma área de fazenda. A atual comunidade assentada de São Benedito também é parte desse processo e foi se estabelecer em outro território.

“Foi o tempo que a briga se estendeu mesmo, aquele sofrido, aquele negócio e gente na porta da delegacia, cartório, brigar por aquilo ali tudo. Não sei o que aconteceu que o outro lado se desmandou e foi nós, fiquemos no pau só e os outros entraram lá, saíram para outra área plantar e deixou nós. E aí, foi o tempo que a gente foi pro despejo, debaixo das lonas...”

(Depoimento de Dona Balbina, registrado em julho de 2019)

A partir do despejo, os camponeses de Laginha se mobilizaram politicamente no território para garantir a reprodução social de suas famílias. Em um primeiro momento, os camponeses se abrigaram na área do STR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Miguel Alves. Posteriormente a esse abrigo temporário, os camponeses foram ocupar um terreno em Miguel Alves onde viveram por 5 anos:

“Laura: A senhora disse que tinha sido até cinco anos sem terra? Como foi?

Dona Balbina: Aí entrou-se na luta por a terra. Aí foi que foi dividido os outros povos do outro lado que hoje é o assentamento de São Benedito. Aí nós fiquemos só, escuta a gente arrumar pra ver se sabe... terminar aquela questão. E aí terminou fazendo despejo de nós e aí lá no sindicato passemos um mês, passamos pelo menos um mês

lá no sindicato. Quando liberou pra gente ir lá na área deles, passemos bem uns cinco anos acolá. Aí, fizeram uma cazona grande onde todo mundo se socou de baixo.”

(Depoimento de Dona Balbina, registrado em julho de 2019)

O trabalho de campo em Lagingha esteve imerso ao evento de inauguração de um projeto agroecológico. A fotografia 5 demonstra o cartaz do projeto do qual é fruto de uma parceria com a Fundação Banco do Brasil. A finalidade do projeto era a inauguração de 5 hortas agroecológicas no assentamento. Essas hortas vinham sido produzidas pela Associação de Produtores e Produtoras da Comunidade Lagingha que reúne os assentados. Foi destinado o valor de R\$ 210.000 com o objetivo de aumentar a capacidade de produção no assentamento.

Se ressalta que a Fundação Banco do Brasil também fomentou outro recurso anteriormente a comunidade. Em 2018 se iniciou a construção de unidades de beneficiamento do coco babaçu neste território. As comunidades de Lagingha, Retrato do assentamento Maracá e do assentamento Riacho do Conrado atualmente realizam parte do trabalho com o babaçu em uma dessas unidades.

A imagem 7 apresenta a unidade de processamento inaugurada em 2008 na comunidade. Além disso, estas unidades recebem o nome em homenagem à outras mulheres da comunidade: Dona Paixão e Expedita Araújo. A primeira foi uma quebradeira de coco da comunidade. A segunda homenageia a missionária da CPT que esteve presente nos anos em que os camponeses estavam desabrigados lutando pela terra. Sobretudo na época do despejo, quando os camponeses ocuparam áreas desapropriadas próximos a estradas do povoado. Este período foi relatado por Dona Balbina:

“Na beira dessa estrada que fica acá, próximo a entrada que fica pra cá. E aí eu não gosto de me lembrar do sofrimento que nós passemos lá. Aí como já tinham resolvido tudo a questão que estava por terminada que ninguém ganhava mais nada foi que a Expedita veio, muitas das meninas aqui da CPT veio ajudar muito nós. Na época da expedita era a irmã Rosa, a irmã Zélia, aquela... irmã Rosa, que disse que foi transferida para onde? Desse mundão?”

(Depoimento de Dona Balbina, registrado em julho de 2019)

Estas inaugurações recentes que ocorreram no assentamento – a casa de produção e projeto agroecológico – revelam a continuidade das lutas dos camponeses e a mediação presente de movimentos sociais e organizações da Igreja Católica com o intuito de mobilizar

recursos provenientes do Estado para a melhorar as condições de reprodução social camponesa nos assentamentos da região.

Através da criação da Associação de Quebradeiras de Coco e Associações de Produtores Rurais, os camponeses se apropriam de novas formas de organização social. Na condição de assentados, a partir da institucionalização do assentamento, estão lutando para garantir ao território todas as condições necessárias para viver. Francisca, quebradeira de coco de Laginha e atual presidente da Associação de Quebradeiras de Coco, revelou que essas formas de organização política foram iniciadas com a conquista da comunidade ao direito à terra:

“Nós entramos na associação através de um **presidente da associação de homens do assentamento, já era assentamento, no comecinho do assentamento** aí o presidente disse assim olha é bom as mulheres participarem de uma reunião de mulheres, assim da CPT, aí tem a irmã Expedita, ela lutou bastante, a irmã Rosa, a irmã Zélia, várias irmãs por nós. Várias. Ajudaram nós bastante. Dou graças a deus, primeiro a deuse e elas”

(Depoimento de Francisca Oliveira em julho de 2019)

Grifo meu

Fotografia 3 – Cartaz de inauguração do Projeto Agroecológico



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Imagem 3 - Unidade de Beneficiamento em Miguel Alves



Fonte: Corbani; Menezes, 2018

É notável também que o assentamento com 10 anos de institucionalização ainda carece de infra estruturas. A fase de estruturação dos assentamentos, conhecida como fase 3, é destinada à construção de obras para garantir infraestrutura ao assentamento. No entanto, detalhei anteriormente os investimentos mobilizados para a instalação da chamada “agricultura moderna”, consolidada sobretudo ao Sul do Piauí.

A lentidão para materializar infraestruturas necessárias à reprodução da vida no assentamento, revela a parcialidade do estado para com os territórios camponeses, produzidos por uma classe social não dominante na sociedade capitalista.

No mesmo dia do trabalho de campo também foram inauguradas a caixa d’água e a pavimentação da estrada de acesso ao assentamento. Nas entrevistas semiestruturadas, Dona Balbina e Francisca recuperaram a memória de como era o assentamento quando passaram a morar nele. Se faz necessário destacar nestes depoimentos que muitas das infraestruturas básicas para o convívio no lugar, foram construídas autonomamente pelos camponeses.

Além disso, Francisca hesitou em afirmar que as melhorias conquistadas para a reprodução camponesa e também do agroextrativismo do babaçu estão relacionadas com as lutas realizadas pela comunidade no contexto de despojados da terra:

“Dona Balbina: Não, não tinha nada. A energia, **a gente lutou muito aí vieram.** Viemos em dezembro de 2006. Em dezembro de 2006.

Laura: E hoje aqui?

Dona Balbina: Ah, hoje não tem nem comparação. Hoje aqui, a ve maria... Eu só acho ruim que hoje o finado meu pai está só no lugar de baixo. No lugar de baixo já se sabe...

Teresinha: Ah, a boa viagem...

Dona Balbina: É. Eu acho que aqui eu não tenho vontade de sair daqui não. Aí, hoje tem água, tem energia, aí a gente fez os projetinhos, **nós fizemos o açude pra ali**, no inverno tem muita água, no verão. No ano passado ele não secou, aí fica pouquinho mas não seca, daí o povo lavar as roupa, o que não tem é peixe que ninguém tem condição de botar peixe pra lavar roupa lá... e banha e aí a água é só pro povo...”

(Depoimento de Dona Balbina em 18/07/2020)

Grifo meu

Laura: Francisca, e como você avalia essas mudanças com a associação das quebradeiras?

Francisca: Até que agora, com essa fundação, está indo... está melhorando, agora está bem mais melhor porque hoje em dia, **nós lutamos...** as meninas, agora, já estão fazendo a entrega para prefeitura pelo PNAE, então é um bem pra elas, né? Está bem melhor. Só que a nossa casa lá não tem mão de político não, aquela casa lá não foi

feita por políticos, se eles disserem “ah, porque essa casa aqui...” não, não tem nada a ver com política.”

(Depoimento de Francisca Oliveira em 18/07/2020)

A religiosidade da comunidade também é um componente que destaco para compreender o território do Laginha. Além do histórico envolvimento da CPT com os camponeses, estes participam e expressam a religião católica.

A inauguração das hortas agroecológicas teve início com uma cerimônia religiosa realizada pelo padre do povoado, com participação expressiva da comunidade. As falas de lideranças do Sindicato e da Associação das Quebradeiras de Coco dos assentamentos da região, Katia e Francisca, respectivamente, reafirmaram a memória da luta pela terra. Sob muita emoção, comemoraram a chegada de oportunidades para a geração de renda com a comercialização da produção camponesa presente, expressa nas hortas inauguradas no assentamento como cheiro verde, tomate, ovo, galinha.

Fotografia 5 - liderança da associação das quebradeiras de coco, CPT, Sindicato dos trabalhadores rurais



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 6 - participação da comunidade no evento para encenação religiosa no evento de inauguração do projeto agroecológico



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

O projeto agroecológico produzido pelos camponeses mantém um sistema de mandalas. Nesta organização a sustentabilidade agroecológica (MARCOS, 2001) é reproduzida com apropriações diferenciadas da natureza. Os dejetos dos animais criados na comunidade, como as galinhas, são aproveitados como adubo para a roça. Essas são irrigadas e organizadas em formato circular na terra. As flores e outras espécies de maior altura altos fazem sombras aos mais baixos enquanto o adubo e restos alimentam as galinhas, configurando um ciclo.

As fotografias em seguida demonstram a organização agroecológica das hortas no assentamento. Na fotografia 7 é possível visualizar a o sistema de mandalas e o plantio organizado para o sombreamento. Já na fotografia 8, verifica-se o sistema de irrigação circular da horta e ao fundo o espaço destinado as galinhas. Por fim, a fotografia 9 demonstra o material a frente da horta que será utilizado como adubo da horta.

Assim, as experiências relatadas sobre as condições de vida no assentamento revelam que as melhorias para a reprodução camponesa no território não se dissociam do agroextrativismo e da luta pela terra.

Fotografia 7 - horta agroecológica



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografias 8 – sistema de irrigação circular



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografias 9 – preparação do adubo natural



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

3.2 Os modos de vida das camponesas quebradeiras de coco: troca de saberes

Apresentada a descrição sobre os territórios deste estudo de caso, procuro nesta etapa da pesquisa analisar o modo de vida das camponesas quebradeiras de coco. A partir dos relatos destas mulheres ouvidos em campo e de modo remoto. Atentei-me em sintetizar as características comuns que apareceram nas entrevistas, mas ao mesmo tempo, atentando-se aos contextos socioespaciais diferentes que atravessam a reprodução social destas.

Os relatos contidos nas bibliografias de lideranças quebradeiras de coco do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) como Chica Lera em Esperantina no Piauí, bem como Cledeneuza Oliveira no Pará são importantes fontes que também auxiliaram esta análise.

O espaço mediado pelo trabalho do extrativismo do babaçu perpassa pela terra. A terra para este trabalho é onde está a roça da família, os quintais para a quebra do coco, as áreas comuns entre a comunidade de quebradeiras, quando existe, e enfim onde estão localizadas as palmeiras do babaçu. Dados os diferentes lugares que compõem o território das quebradeiras de coco, verifica-se que esse extrativismo não se limita aos recortes individuais da propriedade privada, que eventualmente as famílias das quebradeiras de coco possuem.

A memória sobre esse trabalho, bem como a identidade de afirmar-se como quebradeira de coco não está dissociada dos momentos vividos ainda na infância e juventude. Na totalidade dos relatos registrados por mim, o momento do qual este grupo social começou a aprender o extrativismo do coco babaçu está atrelado ao universo da produção camponesa familiar.

A necessidade de reprodução da família é o motor dessa produção no campo pelas famílias camponesas e as quebradeiras de coco viam a oportunidade de com o trabalho do coco, enquanto mulheres jovens e adultas, manter o sustento dos filhos.

As falas de Francisca e Dona Balbina, moradoras do assentamento Laginha Apolinário bem como a de Dona Nega, moradora do povoado Boi Morto, ouvida remotamente, destacam esse aspecto:

“Laura: E a senhora é quebradeira de coco a quanto tempo?

Dona Balbina: Ah, por tempo demais menina. Desde que eu me entendi no mundo eu já... garotinha desse tamanho já era quebrando coco. Trabalhando em casa de família, trabalhando na casa daquelas pessoas daí quando saía de lá ia pro machado quebrar coco. Ajuntava coco demais, aí juntava aquelas quebradeiras, aí quando troca de dia aí uma quebrava pra uma outra quebrava pra outra, ajuntava aquele monte de coco e aí chamava aquelas mulheres pra quebrar coco, aí quebrava aquele montão, arribava meio saco, um saco de coco.”

(Depoimento de Dona Balbina em Miguel Alves, julho de 2019)

“Tenho quarenta e nove anos e partir dos oito anos quebro coco, ainda continuo. Antigamente a dificuldade era mais, não era como hoje em dia que está mais avançado. Antigamente nós quebrava o coco, as amêndoas só pra vender, pra poder comprar o missão pra gente comer. O feijão, o arroz, o açúcar, naquele tempo não o açúcar não vinha embalado como hoje, era tudo diferente era enrolado assim em um papel pesado e o café em um caroço, não existia café moído. Se existia mas não aqui onde nós morava só se for em outro lugar, mas era café em caroço minha mãe ia torrar, minha mãe ia pisar no pilão. A gente torrava o coco, pisava no pilão e apurar daquele óleo. Era assim que a gente fazia. Então toda vida eu fui quebradeira de coco com a minha família.”

(Depoimento de Francisca Torres em Miguel Alves, julho de 2019)

“Dona Nega: Pois é, to com 72 anos e to quebrando coco ainda, peguei quebrar coco desde menina ainda hoje eu quebro com 72 anos eu ainda tô quebrando coco ainda, ainda, ainda.... Eu não nasci aqui não mas tá com mais de 30 anos que eu vim aqui pro Boi Morto

Laura: E a senhora aprendeu a quebrar coco aí mesmo? Como foi?

Dona Nega: Eu quebro coco desde menina, eu morava nos baixão e pra lá só tinha coco, criei meus filhos tudinho só quebrando coco, ainda hoje eu consigo quebrar ainda...pouquinho.”

(Depoimento de Dona Nega no povoado Boi Morto, ouvido remotamente, fevereiro de 2021)

Os saberes tradicionais sobre como manejar e realizar o trabalho com o coco babaçu são repassados coletivamente. Ocorre no ambiente familiar bem como pela reunião de mulheres quebradeiras de coco. O tradicional é construído por uma rede de saberes intimamente relacionados com o território apropriado, compartilhado e também pela criação de elos solidários coletivos. (NÓBREGA, 2017).

Chica Lera, ao refletir sobre as permanências e mudanças do agro extrativismo do babaçu em sua comunidade na bibliografia, expressou um importante depoimento que reforça o que é uma comunidade tradicional e sua potência enquanto outra relação entre os saberes tradicionais e a apropriação do território:

“Não temos que deixar a nossa tradição. Isso é que é comunidade tradicional. Comunidade tradicional é aquela que vive sua tradição, que não deixa a tradição morrer; que não se esquece de fazer as trempezinhas, botar os paus debaixo, fazer sua comida e de pisar umas coisas no pilão. Não jogar suas lamparinas no mato porque foi o que iluminava a terra. Essa que é a comunidade tradicional que vive sua tradição. Vive as tradições que tínhamos das benzedeiras, das rezaadeiras, de pai de santo. Eu até falei e um homem lá de Batalha disse: “Aí tia, eu gostei!” Porque eu falo em comunidade tradicional e explico qual é o sentido da comunidade tradicional. O sentido é esse que estou te falando: é você não deixar sua tradição morrer.”

(SANTOS, 2019, p. 115)

Nesse sentido, o princípio de “não deixar morrer” permeia todas as adaptações e transformações de um saber em movimento. O conhecimento tradicional ajuda a compreender a permanência do extrativismo do babaçu nos territórios estudados, sobretudo entre mulheres mais velhas, pois é necessário entender o que motiva a continuar tal prática, diante das dificuldades.

A experiência em campo no povoado do Boi Morto, como ressaltai anteriormente, foi bastante enriquecedora no sentido de registrar o momento coletivo deste trabalho. É neste momento que os saberes são também compartilhados. Partindo do pressuposto de que a migração é um elemento comum na trajetória de comunidades camponesas, como estratégia de

reprodução social, tentei compreender se as camponesas quebradeiras do povoado Boi Morto migraram em algum momento. Foi revelador identificar como o saber sobre o trabalho do babaçu foi se constituindo na territorialidade camponesa:

“Laura: E vocês são daqui também? Da região de Agricolândia?

Teresinha: Eu sou daqui mesmo. Nasci e me criei aqui nesse lugar. E a Raimundinha? Veio dos baixão, foi?

Raimundinha: Foi.

Laura: Baixão do Coco? Ou Baixão Grande?

Teresinha: Não, rumo do Mundoca, Brejo do Mundoca pra cá. Agora a Toinha nasceu e se criou aqui não foi Toinha?

Toinha: Foi. Nasci aqui e ainda to aqui.

[...]

Edileusa: Ainda hoje esta aqui quebrando coco

Teresinha: Eu nunca aprendi a quebrar coco, eu vim pra cá todo mundo quebrando coco aí eu fui quebrar também e saia só aqueles petucito ó, só a bagaceira mas passei três dias pra tirar três litros. Todo dia era um litro. Lá no pilão, torrava e chega ficava aquela garapinha.

Toinha: Aí botava no fogo pra cozinhar?

Teresinha: Aí dava um litro de azeite.

Teresinha: Oh, rapaz não dá não, se desse ao menos um litro de azeite.

Laura: Teresinha e como foi isso? Em algum momento alguém foi lá e ensinou como quebrar o coco?

Teresinha: Não. Só que aqui ninguém criava azeite, quebrava os coco aí e ia pisando aqui pra tirar o azeite, aí temperava. Depois que chegou pra cá foi que disse não minha gente vamo tirar o azeite que lá pro baixão do coco pra lá foi tirado, aí foi que começaram

Laura: Elas vieram de onde?

Teresinha: De Água Branca ela. Aí os pais dela vieram morar no baixão do coco e aí lá foi que ela aprendeu a tirar o azeite aí ela casou com o Corroió e disse “não, quebra o coco e tira o azeite” aí foi que o povo aqui começaram a fazer isso

Laura: Tirar o azeite?

Teresinha: Uhum”

(Diálogo registrado em Agricolândia, julho de 2019)

Por mais que este grupo de mulheres estejam há muitos anos se encontrando para quebrar o coco no povoado do Boi Morto, também estão aprendendo no momento do encontro novas possibilidades de uso do babaçu que cada sujeito aprendeu durante a trajetória particular como mulher e quebradeira de coco:

Os momentos coletivos do agroextrativismo do babaçu referem-se na maior parte do tempo dedicado ao trabalho entre as camponesas quebradeiras de coco⁷. Além da quebra do coco, Antônio, moradora do Boi Morto, me explicou melhor que o momento inicial de juntar o coco é também coletivo.

“Laura: Quais os momentos são coletivos em grupo neste trabalho?

Antônia: O Trabalho ele coletivo do momento do ajuntamento dos coco até processo da quebra de coco é tudo trabalhando coletivo, o momento que trabalho é feito só no momento de torrar o coco, moer coco babaçu e tirar o azeite babaçu.”

(Depoimento de Antônio, ouvido remotamente, fevereiro de 2021)

Esse aspecto coletivo também pode ser observado na solidariedade entre as camponesas quebradeiras de coco norteando a produção agroextrativista. Quando a mulher quebradeira e coco fica mais velha e passa a ter dificuldades para quebrar o coco, por muitas horas, faz o pagamento a outras quebradeiras de coco para quebrar o coco em seu quintal.

O trabalho de campo no quintal de Teresinha revela esta prática comum entre as quebradeiras. Nóbrega (2017) ao analisar os mutirões em comunidades camponesas contribui para analisar estas trocas: “[...] mesmo que a produção seja em benefício individual há realização de um trabalho coletivo, no qual as quebradeiras costumam trocar os dias de trabalho por mutirões.” (NÓBREGA, 2017, p. 94)

Como parte da rede de trocas de saberes que os momentos coletivos que o agroextrativismo do coco proporciona, é possível também verificar uma dimensão afetiva com que estas comunidades interagem com as palmeiras. Para além da fonte de renda das quais as camponesas quebradeiras garantem a partir da comercialização dos excedentes do babaçu, ocorre o aproveitamento para uso doméstico de todas as partes da palmeira, assumindo-as enquanto um bem comum. Francisca Torres, do assentamento demonstrou essa sensibilidade ao falar das palmeiras e os conflitos que envolvem o seu acesso:

“Francisca: [...] hoje em dia pega o coco eu tô cansada de dizer ‘moço quem plantou as palmeiras foi Deus, Deus é quem semeou essas palmeiras pra todos nós’. A gente

⁷ Os momentos de trabalho coletivo expressam o encontro da agricultura camponesa com o extrativismo no campo. No Piauí, é possível encontrar práticas como a “Farinhada”, onde grupos de famílias camponesas dividem os aproveitamentos do cultivo da mandioca após a reunião para descascar a mandioca, cortá-la e produzir a farinha. Esta prática encontra-se combinada com o calendário da roça e a colheita da mandioca, geralmente, em Julho. Esta atividade foi percebida por mim em campo, tanto no povoado da minha família em Água Branca (PI) e também em Agricolândia (PI).

só tira o coco, ninguém vai tirar a palmeira, ninguém vai tirar o terreno, nada não. A gente aproveita o coco e nasce outro cachinho de coco pra poder outra pegar de novo, ninguém vai arrancar a palmeira e aproveita só as amêndoas e o mesocarpo. Aí eles derrubam as bichinhas, meu deus do céu... e olha o tamanho do cacho... lindo.”

Depoimento de Francisca em Miguel Alves, julho de 2019

Além disso, o ciclo natural do coco babaçu mostra-se outro aspecto fundamental para compreender o modo de vida das quebradeiras. As entrevistas revelam uma sabedoria de planejar o trabalho a partir do calendário natural do babaçu, somado a outros fatores que afetam a “safra” dos cachos de coco, como o regime de chuvas.

Os meses de maior trabalho com o coco babaçu pelas comunidades de camponesas quebradeiras estão diretamente relacionados com seus períodos de queda dos cachos nas palmeiras. O calendário agrícola, produzido pela família camponesa na qual as quebradeiras de coco integram também é mediado por este ciclo natural da natureza das palmeiras.

Os meses de chuva ocorrem entre janeiro e fevereiro e é caracterizado como “inverno” na região. Como toda unidade familiar compõe o trabalho na agricultura, são realizados neste período o plantio dos cultivos. Até maio, segue o trabalho de preparar a terra para a colheita.

Assim, “de janeiro a julho, coincide parcialmente com a entressafra do babaçu, que dura de fevereiro a setembro, quando o coco coletado serve apenas para o consumo doméstico” (ALMEIDA, 2000). De setembro a dezembro, as quebradeiras de coco concentram-se ativamente do trabalho coletivo do extrativismo. Esta etapa consiste na quebra do coco, enquanto os homens trabalham na agricultura.

Raimunda relatou que em setembro é quando: “É aí quando cai é tudo de uma vez”, em relação ao coco do cacho natural da palmeira. O diálogo registrado em campo também caracteriza essa organização da produção camponesa e o extrativismo do babaçu:

“Gean: E teve muito esse ano a safra

Teresinha: Foi boa mesmo

Laura: Choveu muito no inverno desse ano, né?

Gean: Mas também só dá uma vez no ano, né? Agora em setembro que começa a cair e vai cair mesmo lá pra outubro.

Edileusa: Outubro que começa a cair mais.”

(Diálogo registrado em Agricolândia, julho de 2019)

Teresinha e Gean ressaltaram que existe uma estratégia da parte da comunidade de quebradeiras para a realização da comercialização do azeite. Foi destacado que o grupo

compartilha de uma estratégia para que o azeite fique no melhor estado para o consumo. Isso possibilita que as famílias não convivam com a falta de azeite nos períodos de “inverno”.

“Gean: agora a produção que saí mais que o povo quer mesmo é na Semana Santa, tá chovendo e tem azeite aí o povo fica todo desesperado por uma torta.

Laura: Mas aí nessa época tem menos azeite, né?

Gean: É

Laura: E aí como vocês fazem?

Gean: Guarda dentro de uma garrafa de refrigerante de dois litros só porque ele tem a duração de um ano, então ele tem que ser bem apurado pra não ter água dentro porque se tiver água aí fica ruim, ele cria umas ligas. A gente põe ele aí dentro com água aí bota no fogo aí ele vai evaporar e fica só o azeite.

Laura: E tem que deixar bastante tempo?

Gean: Uhum. Aí pra pessoa ter a noção que tá boa é porque a pessoa pega o azeite e bota na brasa aí pega fogo. Tem uma ciência danada, igual sabão com o óleo.

Teresinha: Ele fica sequinho, antes eu tinha coragem de fazer mas agora eu não tenho mais não. Os médicos passam até pra ferimento, pra lavar e sem contar que uso no cabelo também

Laura: Mas aí usa o sabão...

Gean: Ela disse que não tem tanta coragem de fazer porque o azeite é difícil, porque o azeite dá trabalho.”

(Diálogo registrado em Agricolândia, julho de 2019)

Esta estratégia de produzir sabão para uso doméstico no período “entressafra do babaçu” ressaltada no diálogo anterior foi sistematizada no calendário agrícola por ALMEIDA, 2000 no livro “Economia do Babaçu: Levantamento Preliminar de Dados”, (imagem 4). Neste calendário é possível observar que o uso doméstico do babaçu pelas camponesas quebradeiras está relacionado a entressafra do babaçu. Isto significa que antes do coco voltar a cair naturalmente dos cachos, o volume coletado no ano é utilizado ao longo do ano na reprodução social das famílias de quebradeiras de coco babaçu.

Assim, essa sistematização do calendário da produção camponesa se relaciona com o extrativismo do babaçu e sobretudo respeita o ciclo natural de nascimento dos frutos desta. Essa relação é reforçada também no relato de Cledeneuza Oliveira, em sua bibliografia, ao retratar: “[...] uma trabalhadora rural enquanto está na entressafra, está sendo Quebradeira, quando não está, está sendo trabalhadora rural (colher, arroz, feijão, milho), enfrentando a luta, garantindo o sustento da nossa família” (OLIVEIRA, 2017, p. 114).

De modo remoto, foram reveladas com maior ênfase às estratégias adotadas pelas camponesas quebradeiras em relação ao extrativismo do babaçu no inverno. O calendário da

produção camponesa portanto está relacionada com o ciclo natural dos cultivos e o surgimento dos frutos como o babaçu, no entanto, mostra-se mais como uma caracterização de maior concentração de determinadas atividades no campo. Visto que as quebradeiras, no período do inverno, adaptam a coleta e quebra do coco em seus quintais também:

“Laura: Vocês se juntam toda época do ano? Como é?

Edileusa: É agora, tá mais ruim, é por causa do Inverno porque fica tudo molhado aí os cocos ficam assim verde aí fica ruim de largar mas aí as pessoas bota o coco dentro de casa, de baixo de um pau mas é muito bom.”

(Depoimento remoto com Edileusa do Povoado Boi Morto, fevereiro de 2021)

Imagem 4 – Calendário da produção agrícola e extrativista em região piauiense de quebradeiras de coco babaçu

CALENDÁRIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E EXTRATIVISTA DA REGIÃO DE ESPERANTINA-PJ												
Atividade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Roca	Plantar e Capinar. "Nas primeiras chuvas de dezembro ou janeiro, no mês de janeiro 'costuma fazer um verão'. Planta-se então arroz, milho, feijão e mandioca".	Plantar e Capinar. "Nas primeiras chuvas de dezembro ou janeiro, no mês de janeiro 'costuma fazer um verão'. Planta-se então arroz, milho, feijão e mandioca".	Capinas e Colheita (feijão de corda)	Capinas e Colheita (feijão de corda)	Colheita do feijão verde e arroz.	Colheita do feijão verde e arroz.	Colheita (feijão verde), mandioca e milho (Batição). Farinhada (somente farinha seca)	Broca ("roçar primeiro os matinhos mais pequenos") e a colheita do milho e da mandioca. Farinhada (somente farinha seca).	Derruba ("derrubar as árvores mais grossas"), Acerar (é limpar os limites da roça que será queimada), Queimada (é o momento de queimar o mato resultante do trabalho da broca e da derrubada) e Corte ("cortar os	Encoivarar (juntar os pedaços de pau, os garranchos e limpar) e Cercar (não pode plantar antes de acabar a cerca).	Ecoivarar e Cercar.	
Divisão do Trabalho	As mulheres também participam desta atividade.	As mulheres também participam desta atividade.	Mulheres e Homens	Mulheres e Homens	Mulheres e homens	Mulheres e homens	Os homens é que torram a farinha.	Brocar - homens. Os homens é que torram a farinha.	Mulheres e homens	Mulheres e homens	Somente os homens.	
Babaçu	Inverno - Entressafra, período difícil, os produtos da roça já acabaram	Inverno - Entressafra, período difícil, os produtos da roça já acabaram	Inverno - Entressafra, período difícil, os produtos da roça já acabaram	Período de pouca participação feminina na quebra do coco. Época da colheita, quebra só para tempero.	Período de pouca participação feminina na quebra do coco. Época da colheita, quebra só para tempero.	Período de pouca participação feminina na quebra do coco. Época da colheita, quebra só para tempero.	Período de pouca participação feminina na quebra do coco. Época da colheita, quebra só para tempero.		O coco começa a cair			
Divisão do Trabalho	O homem só está na quebra do coco num período: "o homem quando termina a capina da roça, antes da colheita, ele junta o coco babaçu e muitos deles quebram o coco".											
Babaçu das Soltas	"Ele cai. Aquele que cai no inverno dura mais, se eles caíram da palmeira. Ele tem que ser quebrado logo, não pode armazenar o coco. Nem mesmo ele quebrado, ele pode ser armazenado, ele tem que ser beneficiado logo. Depois que juntou tem que quebrar em pouco tempo (pode passar até um mês sem quebrar)". "Se ele cai em abril, maio, quando tá em junho tá bom de quebrar". "A safra começa em setembro, se ele cai aí em setembro, ele tem que ser quebrado até dezembro todinho, senão ele cria gongo e estraga". "O sol seca mais rápido e dá bicho mais cedo".											
Babaçu das Matas	"O que cai no verão estraga mais rápido. No inverno o encharcamento ajuda o coco a não estragar. Tem mulher que gosta de quebrar o coco encharcado. Tem o coco novo (que não encharca) e o coco velho (que tá encharcado)" (encharca mais e conserva mais nas regiões de mata, menos exploradas e devastadas). Conforme entrevistadas do Tocantins e Imperatriz											

3.3 - Formas de aproveitamento

Foi possível registrar outros aproveitamentos pelas comunidades de quebradeiras de coco, para além da amêndoa do coco. No quintal de Teresinha, do qual estavam as camponesas quebradeiras em Agricolândia, era possível notar a palha proveniente das palmeiras cobrindo o espaço reservado para a quebra do coco. Estas palhas estavam servindo como sombra, bem como as palhas formavam o material utilizado para confeccionar os próprios cestos utilizados nos momentos de coleta do coco. (fotografia 10). Neste cenário, tive a oportunidade de conhecer outro uso do babaçu em outros espaços, que são as caieiras (fotografia 11).

Nas caieiras são aproveitadas as cascas do coco babaçu para a produção de carvão vegetal. Este produto é inteiramente utilizado no preparo do alimento. A produção do carvão se realiza com o trabalho da queima das cascas e posteriormente estas são cobertas e enterradas ao nível do horizonte do solo por um período de tempo (fotografia 12).

No contexto doméstico o carvão, os restos da casca e as palhas da palmeira são todos aproveitados. Este uso ocorre no preparo de adubo utilizado na agricultura camponesa (fotografia 13). Teresinha detalhou como ocorrem os processos da produção da caieira e também ressalta que é apenas utilizado no consumo da família:

“Teresinha: Aí o fogo sai. Fica queimadinho desse jeito, só que é maior o cavado, né?

aí a gente tampa, joga água pra apagar aquela lavareda aí tampa

Laura: Com o que a senhora tampa?

Teresinha: Com o barro, ó bota um papelão, botou umas palhas,

Laura: as palhas do babaçu?

Teresinha: é, aí tampa com barro. Aí no lugar que fica saindo uma fumacinha assim, ah, minha filha como todinha quando vai tirar tá só a cinza, só que é maior o carvão.

Laura: E onde utilizam ele depois?

Teresinha: É em casa, ascende o fogareiro, bota ele e aí bota a panela pra fazer o de comer. Aí ninguém vende é só pro consumo mesmo porque aqui todo mundo tem, quase todo mundo tem... olha as palmeiras aí, ó...aí aqui a gente vai cavando aqui ó essa pedra e vai tapando ó pra tampar.

Laura: Tem bastante mesmo aqui no seu quintal! E vocês esperam os nove meses?

Teresinha: é acolá ó, o cachinho

Laura: pois é, ó

Teresinha: Tem deles que é grande.”

(Entrevista realizada no povoado Boi Morto, Agricolândia (PI), julho de 2019).

A produção do carvão vegetal por meio das caieiras mostra-se importante para a reprodução familiar, aproveitado domesticamente, mas também este processo de queima se mostra conflituoso. É conhecido localmente no território dos cocais que as caieiras, historicamente, são feitas em locais mais abertos, de mata, onde estão as palmeiras e também onde ficam as casas do coco.

No entanto, Edileusa, reforçou que a fumaça resultante deste procedimento tem incomodado vizinhos novos no povoado. Verifica-se que este conflito pode estar indicando dinâmicas no espaço geográfico, como pessoas novas que não se apropriam diretamente do extrativismo do coco babaçu. Além disso, pode indicar a diminuição das terras livres, comuns, onde as quebradeiras produzem o carvão, restando o quintal, elemento da unidade familiar camponesa (ANDRADE, 1990), para tal trabalho.

“Laura: E você faz a caieira aí também no seu quintal?

Edileusa: É nos faz as caieiras... só que as caieiras tá difícil de fazer aqui porque o pessoal aqui não gosta... tô aqui com um horror de casca e não posso fazer as caieiras por causa de um vizinho aqui que não deixa

Laura: Ele se incomoda com a fumaça?

Edileusa: é ele se incomoda... aí meu esposo não gosta de fazer confusão aí não fez mais.... aí eu até chamei uma pessoa pra fazer... mas aí no cercado a fumaça vai tudo pra lá

Laura: E esse vizinho é novo aí no Boi Morto?

Edileusa: É ele é novato é porque ele cria os porcos lá longe aí ele reclamou que a fumaça não pode tocar os porcos... aí tem que carregar as cascas lá pra longe a fumaça... porque o carvão é muito bom, economiza demais.”

(Depoimento remoto com Edileusa do Povoado Boi Morto, fevereiro de 2021)

Fotografia 10 - coco babaçu coletado e pronto para a quebra no terreno



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 11 – cascas do coco separados durante a quebra



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 12 – cestos artesanais produzidos a partir das palhas do babaçu



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 12 – caieira no quintal coberta pela vegetação e o solo



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 13 – exemplo de carvão vegetal produzido nas caieiras com a casca do coco



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

Fotografia 14 – adubo preparado com os restos do coco como as palhas e cascas



Fonte: Arquivo pessoal, julho de 2019

As respostas anteriormente apresentadas possibilitam afirmar que o respeito ao ciclo da natureza é também central para o planejamento do trabalho deste extrativismo. Trabalho este que se encontra relacionado com a autonomia da produção camponesa. Nota-se que existem estratégias de armazenamento, produção, tempo de trabalho, que são recriadas no cotidiano das camponesas quebradeiras de coco a fim de garantir a reprodução familiar.

Foram ressaltados outros elementos que podem interferir no trabalho para estas comunidades. Ao mesmo tempo que com autonomia em relação a produção, nota-se que é as comunidades realizam adaptações para a manutenção deste modo de vida. Assim, apareceram nas respostas elementos interferentes como o regime de chuvas, o período de maior procura do

azeite, a comercialização, a composição do grupo de mulheres que estão com boas condições para realizar o trabalho, a diminuição do núcleo familiar.

Verifica-se que o extrativismo no contexto das camponesas quebradeiras de coco não se trata de uma relação de apropriação da natureza enquanto recurso que possibilita a acumulação de capital. A relação que se estabelece com a natureza está no aproveitamento total dos componentes deste recurso para a reprodução da família. Existem componentes que são comercializados, mas também diversos deles que são aproveitados na escala doméstica. Francisca do assentamento Laginha ressaltou tal princípio: “[...] uma palmeira dessa, não se destrói nada, nada dela é destruído. A palha, o talo, a da palmeira mesmo é feito o estrume dela.”

Dessa forma, é possível analisar que das palmeiras tudo é aproveitado pelas camponesas quebradeiras de coco. No entanto, há diferença qualitativa na produção camponesa que se relaciona com a propriedade da terra.

A ampliação do conhecimento sobre as possibilidades de aproveitamento a partir do coco potencializou qualitativamente a produção camponesa das comunidades de quebradeiras na condição de proprietárias da terra onde estão as palmeiras. O assentamento permite que a coleta do coco não seja mediada pela propriedade privada de outros.

Francisca, detalhou que com a conquista da unidade de processamento para as quebradeiras de coco foi possível diversificar os usos. Produtos como a farinha e consequentemente a produção de biscoitos do babaçu tudo foi possível a partir do aproveitamento do mesocarpo presente no babaçu. Ao longo da fala, Francisca apresentou outros exemplos de usos domésticos com os diferentes componentes do babaçu:

“Francisca: [...] Aí naquela época, sofremos muito quebrando coco mas hoje em dia... naquela época era muito sofrido mas agora está mais avançado, bem avançado. Nós não conhecia se tinha o mesocarpo, ninguém descascava, nós não tirava.

Laura: Isso de fazer a massa?

Francisca: Isso, fazia a massa. Então, hoje em dia as meninas elas já tiram a massa, já tá indo pra vários lugares que eu não conheço, estão fazendo a entrega para prefeitura do biscoito e da massa. O biscoito são as bolachinhas que elas fazem, só do mesocarpo.

Então entregando agora de vinte quilo, aí vai aumentando tá entendendo? Aí está bem avançado a tecnologia, hoje lá tem a casa que foi feita pelo projeto do Banco do Brasil, a casa toda equipada, forrada de cerâmica toda bonita, tem tudo de fazer a massa, tem tudo.

Então as meninas hoje, nós mulheres estão de parabéns, nós sofremos, continua ainda ensinado pros mais jovens. Tem muito jovem que estuda na escola que vão fazer

entrevista com a gente, aqui tem uma escola agrícola, eles vão fazer entrevista e a gente dá, explica tudo como é, como não é, tem que ter conhecimento. Uma palmeira dessa, não se destrói, nada dela é destruído. A palha, o talo, a da palmeira mesmo é feito o estrume dela. Porque do coco mesmo você tira o anti casca que é a polpa, aí da casca faz o carvão pra gente cozinhar, a amêndoa dá um olhozinho branco e dá um mais moreninho, dá o leite pra você dá em peixe, e galinha em tudo, só dá amêndoazinha, de um caroço faz três tipos de coisa porque tira dois tipos de azeite que é o cozido e cru e o leite e o bagaço todo não se destrói porque faz beiju e o resto se jogar fora as galinhas come.

É bem aproveitada mesmo a natureza. Só que tem derrubado bastante palmeira e isso é muito ruim para as quebradeiras de coco que não pode derrubar as palmeiras.”

Depoimento de Francisca, em Miguel Alves (PI), julho de 2019.

A variedade de aproveitamentos do babaçu no contexto doméstico por estas mulheres, aqui apresentados, reforça a importância social que estes produtos possuem para a reprodução das famílias camponesas de quebradeiras de coco. Expressado na contribuição que tem os frutos do mesocarpo, especificamente, para o combate a subnutrição (LIMA, 2016).⁸

Isto porque, ao tomarem o coco babaçu como bem comum a todas as quebradeiras, formando uma comunidade, a preocupação central de garantir que os usos deste fruto contemplem toda a unidade familiar parece estar sempre guiando a racionalidade deste extrativismo vegetal no campo. (ANDRADE, 1990; AMARAL, 2017). Tratando-se de um trabalho que historicamente representa uma estratégia de reprodução social das famílias, uma vez que complementa significativamente as necessidades do núcleo familiar das comunidades rurais na Zona dos Cocais.

“A exploração do babaçu, seja ela em forma de valor de uso ou valor de troca, está para o pequeno produtor maranhense como uma estratégia, dentre outras, criada para completar as necessidades de reprodução de sua unidade familiar, cuja totalidade não

⁸ Estudos desenvolvidos pelo MIQCB e INEAGRO/UFPI (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Negócios Criativos), incentivam que as mães utilizem os produtos do mesocarpo na alimentação das crianças, o que potencializa a relevância da contemplação das comunidades de quebradeiras de coco a programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que distribui a produção familiar as escolas da rede municipal, por exemplo.

Os trabalhos de Valverde (1957), Rego (2016) e Andrade (1990) abordam como historicamente o extrativismo do babaçu no imaginário social remeteu tal trabalho à sinônimo da pobreza e miséria, devido a importância nutritiva que este cumpriu para a reprodução material das famílias. A composição do rap “Introdu clã” do grupo maranhense Clã Nordestino, é bastante elucidativo e corrobora com o significado do extrativismo vegetal para o sustento: “Na quebradeira de coco babaçu e a fome de sua família”.

é suprida pela produção agrícola. Vale dizer que, parte desta, também é colocada no mercado, como excedente, a fim de ser comercializada”

(AMARAL FILHO, 1990, p.101).

Ressaltada a condição da quebradeira de coco em relação ao seu trabalho, uma vez que que conta com a autonomia do tempo e os meios de produção, atentei-me em analisar o significado da renda proveniente da venda do excedente do extrativismo do babaçu. Seja na forma do azeite ou das variadas possibilidades apresentadas na unidade de processamento, essas produções representam “[...] ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.” (MARTINS, 1991, p.54 apud NÓBREGA, 2017).

Nas comunidades entrevistadas, a comercialização dos produtos do babaçu, atualmente, ocorre na escala local. As camponesas quebradeiras vendem aos comércios locais do município onde estão as comunidades e às pessoas interessadas nos produtos, sobretudo o azeite.

No povoado, além das flutuações do preço do azeite no mercado, a venda deste é também atravessada pela arbitrariedade do comprador. Na medida em que o comprador estipula o preço, conforme o relato de Gean, morador do Boi Morto (PI):

“o azeite vendido no comércio ele não valoriza o trabalho das quebradeira, eles querem dar o valor porque eles pede a 30 reais no cocão que é 2 litros, e eles querem dar só 19 reais no cocão. Eles não valorizam o trabalho dela porque é muito difícil esse procedimento... Eles são vendidos aos comerciantes onde eles comprar no valor que eles estipulado.”

(Depoimento remoto de Gean, agosto de 2020)

No caso do assentamento, por meio da associação de quebradeiras de coco os produtos chegam às escolas da prefeitura municipal, mediados pelo programa de distribuição do Governo Federal, anteriormente destacado.

A renda obtida com os produtos excedentes da produção camponesa do babaçu pode ser compreendida pela renda não capitalizada (AMARAL, 2017). Nas entrevistas realizadas individualmente com as camponesas quebradeiras do povoado Boi Morto, foi possível compreender que o pagamento entre os grupos de quebradeiras de coco é uma prática bastante comum, atualmente. Isto ocorre quando uma quebradeira junta o coco mas recorre ao pagamento de outras delas para quebrar o coco, chamada de “diária”.

Este era o caso da reunião que tive a oportunidade de acompanhar no quintal da Teresinha. Essa diária mostra-se intensificada devido a dinâmica das comunidades

camponesas. A composição do núcleo familiar varia, perpassando por migrações de seus membros, ou mesmo as condições físicas para realizar o trabalho inteiramente sozinha, impossibilitando-a de trabalhar sozinha, por conta da idade. Edileusa, remotamente, explicou melhor como funcionam as diárias:

“Laura: E como são essas diárias?

Edileusa: É, uma vez na casa de uma uma vez na casa de outra, porque a gente fica ajudando assim um ao outro ne, aí tem vez que a gente troca as diárias eu quebro 10 litros para uma, 10 litros pra outra e a gente se ajuda viu?

Laura: E aí você divide o ganho com a outra?

Edileusa: não mas é assim é porque assim quando a gente vai quebrar pra uma a gente já vai ganha dinheiro ou então a gente troca a diária... assim eu quebro 10 litros assim por exemplo pra tonha, se eu vou trocar para ela ajudar aí eu quebro pra ela aí quando eu vou botar ela quebra pra mim aí então a gente vai ganhar o dinheiro a gente vai quebrar o coco a ela ganhando o dinheiro né? Aí quando ela me pagar ninguém fica devendo nada. Tá entendendo? Você entendeu?”

(Depoimento remoto de Edileusa, fevereiro de 2021)

Compreender quais são os usos do babaçu mostra-se importante, na medida em que, permite identificar o modo de vida das comunidades de quebradeiras de coco no território dos cocais piauienses. Este universo do trabalho com o coco, em ambos os casos demonstrados, está mediado no cotidiano das comunidades sobre a mesma racionalidade: a da apropriação camponesa.

Dessa forma, a persistência destas práticas no território, compreendendo toda a complexidade e valores que compõem os modos de vida, revelam que as relações capitalistas de produção não configuram a total inserção na sociedade moderna capitalista, mesmo na apropriação privada da terra.

No estudo dos dois casos, o povoado Boi Morto e o Assentamento Laginha Apolinário se tratam de espaços diferentes em relação à propriedade da terra e mostraram diferenças qualitativas nas formas de relação e aproveitamento das palmeiras. Assim, se faz necessário discutir estas diferenças a partir da terra como elemento central na análise.

3.4 - A relação entre a terra e o modo de vida agroextrativista das quebradeiras de coco

Santos (2002) utiliza a palavra rugosidade para se referir ao acúmulo de tempos materializados no espaço geográfico presente. Este conceito contribui para analisar este

capítulo, uma vez que existe uma complexidade nas relações, historicamente constituídas, de uso da terra no espaço geográfico onde estão as comunidades quebradeiras de coco.

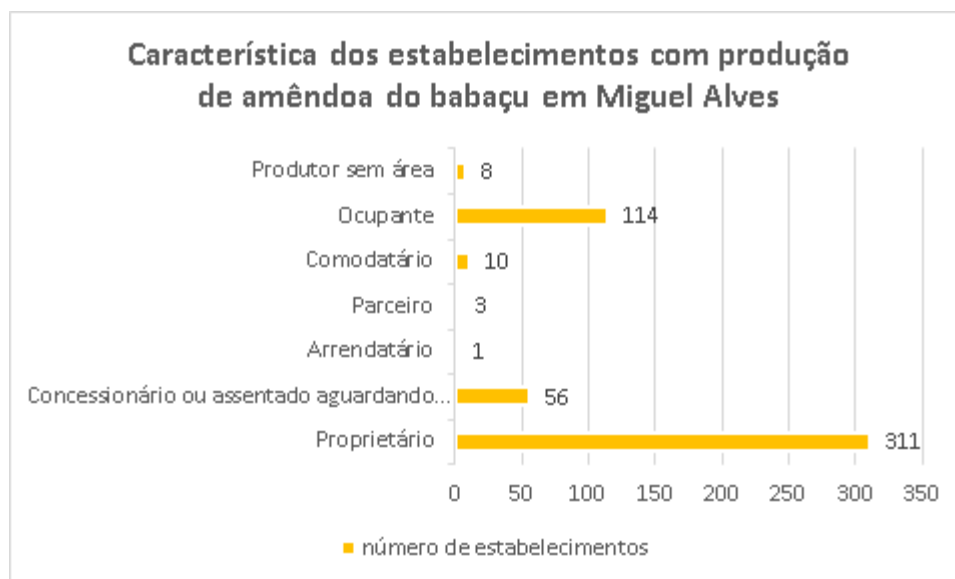
A palmeira de babaçu ser um recurso livre na natureza, isto é, não se constitui enquanto uma propriedade privada, mostra-se um elemento comum para as quebradeiras de coco. Apesar disso, Alfredo (2019) no prefácio da bibliografia de Chica Lera descreveu brevemente a forma com que as palmeiras atualmente se apresentam no espaço: “[...] a maior parte dos 26 milhões de hectares correspondentes aos babaçuais distribuídos pelos Estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos” (SANTOS, 2019).

Além disso, as comunidades de quebradeiras de coco estão inseridas em uma diversidade de relações com a terra, o que caracteriza a condição social destas mulheres e suas famílias no campo. Estas mulheres ocupam a terra sob condições de posse, assentamento, terras indígenas e quilombolas, mas também pequenos lotes de propriedades no campo. Quando perguntei às camponesas quebradeiras qual área era comum à elas, Antônia me disse "eu mesmo não tenho terreno, então eu ajunto assim na custas dos outros.", o que é bastante elucidativo sobre esta relação entre terra e trabalho para as quebradeiras de coco.

Os gráficos 2 e 3 apresentam as características fundiárias e a quantidade dos estabelecimentos com produção de amêndoa do babaçu nos municípios estudados. Verifica-se no gráfico 2 que em Miguel Alves, o extrativismo vegetal ocorre em estabelecimentos com proprietários. Destaca-se que além dessa categoria expressiva, outras duas respectivamente também se ressaltam no município: concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva e a condição de ocupante, respectivamente.

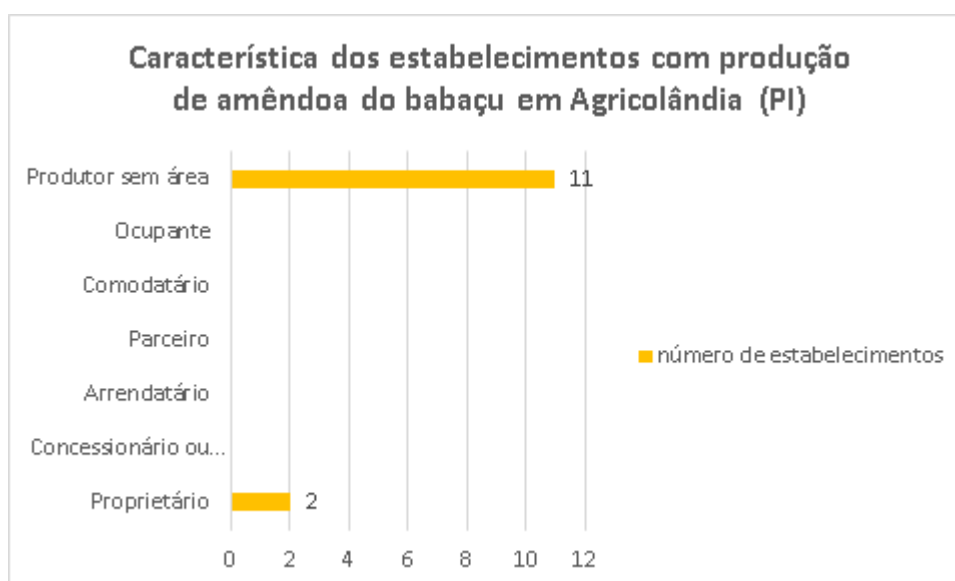
O terceiro gráfico apresenta as categorias dos estabelecimentos em Agricolândia. É possível analisar que o extrativismo do babaçu ocorre majoritariamente por quebradeiras de coco que não são proprietárias das áreas onde as palmeiras se localizam.

Gráficos 2: Características fundiárias dos estabelecimentos com produção de amêndoa do babaçu em Miguel Alves (PI)



Fonte: Censo Agropecuário 2017

Gráfico 3: Características fundiárias dos estabelecimentos com produção de amêndoa do babaçu em Agricolândia (PI)



Fonte: Censo Agropecuário 2017

O esforço mediado nesta etapa está na análise de como a terra media o modo de vida aqui discutido. Quais sujeições, conflitos são decorrentes da maneira como as quebradeiras de coco acessam as palmeiras? E sobretudo como essas relações sociais identificadas nos ajudam a contribuir para a compreensão do circuito produtivo do babaçu no Piauí?

Atentei me em buscar nas entrevistas remotas com as camponesas quebradeiras, que conheci em Agricolândia, a historicidade das informações trazidas em seus relatos. Os relatos

registrados de Francisca e Balbina, no assentamento Laginha, sempre em fazia uma comparação com as condições do extrativismo no povoado e na condição de assentadas.

Ambas relataram que “antigamente” o extrativismo tinha um principal gargalo: a sujeição da apropriação de seus trabalhos. Isto ocorreu, pois, a comercialização dos produtos do coco, realizado por estas mulheres era restrita ao proprietário da terra de onde coletavam os frutos das palmeiras, onde eram também proibidas de coletarem o coco dos babaçuais em outras terras.

Como consequência, o aproveitamento do coco esteve por muitos anos preso ao proprietário da terra. Pude registrar que nem mesmo o azeite, característico produto do extrativismo do babaçu, era produzido pela comunidade de quebradeiras de Laginha. O proprietário do terreno onde estavam as palmeiras não permitia tal uso e quando permitia, a produção era quase, em sua totalidade, apropriada pelo proprietário:

“Laura: Como era antes do assentamento para tentarem entrar em alguma propriedade que tinha o coco? Quando vocês não tinham a terra...

Francisca: Ah minha filha, entrava não. O dono da terra não deixava entrar e antigamente as pessoas, nós também antigamente não podia vender coco em lugar nenhum, era só pro dono, está entendendo? Não tinha não. Era pro dono ou vendia ou não vendia. Não podia entrar em outro terreno de jeito nenhum, agora hoje em dia não tem mais esses conflitos como teve não.

Depoimento de Francisca Torres, Miguel Alves (PI), julho de 2019

Laura: Aí viveu só de coco?

Dona Balbina: Viveu só de coco,

Laura: A senhora tirava azeite?

Dona Balbina: não nesse tempo ninguém tirava azeite ainda não, tirava azeite de jeito nenhum. O patrão não deixava ninguém tirar azeite não, o azeite era só pra... as vezes quando a gente tirava um bocadinho de azeite era sempre na semana santa, aí passava três dias sem poder pisar aí a gente... o patrão não deixava não, o patrão era tão bom que tomava o azeite das mulher e levava do interior pra comer lá na casa da cidade, morador da cidade e aí ele pegava e tomava“

Depoimento de Dona Balbina, Miguel Alves (PI), julho de 2019

Chica Lera apresentou em sua bibliografia depoimentos sobre condições semelhantes de sujeição ao proprietário da terra onde localizavam-se as palmeiras de babaçu antes do assentamento. A comercialização da produção da comunidade era restrita a um barracão no município de Esperantina. A partir dessas experiências relatadas pelas quebradeiras de coco, que convivem sobretudo ao Norte do Piauí, caracterizando a época do “coco preso”.

No embate de destinar a produção das comunidades de quebradeiras ao proprietário, apenas por possuir o terreno, estas mulheres mobilizaram lutas para vender o “coco para fora”. Isto é, fora da propriedade onde estavam as palmeiras, para além do barracão.

A partir do depoimento de Chica Lera, sobre o início da organização das quebradeiras de coco em Esperantina, é possível destacar que o a mobilização impulsionou a luta pela terra no território. É potente perceber como a mobilização pela liberdade das comunidades de quebradeiras de coco impactou positivamente na liberdade de toda a comunidade conquistar o que hoje é o assentamento do qual residem:

“Quando a gente começou a organizar o pessoal, eu junto com eles lá organizando, conscientizando como que era, o proprietário proibiu deles fazerem a roça. A gente já começou a ver como ia ser. Entrou o sindicato, a igreja e o padre para ajudar na questão da desapropriação. Foi gente preso, gente passou três meses fora de casa, porque a polícia andava atrás para prender. A gente lutando pela terra, mas nessa época quem resolvia essas coisas de terra era a polícia. Mas você sabe que eles entram no assunto que não é deles. As pessoas passaram três meses fora de casa, pois a polícia queria prender por causa do coco babaçu. E eu volto atrás um pouco: a nossa luta nessa época não era tanto pela terra, a luta era mais pelo coco babaçu, que as mulheres não tinham o direito de quebrar e vender onde queriam. Mas as palmeiras estão na terra. Nosso foco era mais na questão do coco, a palmeira ela sempre está no meio da história, mas a nossa luta era pela liberdade das mulheres apanharem o coco, quebrar e vender onde elas quisessem. Foi quando começou essa luta em 2003”

(Oliveira, 2019, p. 52) grifo meu

No povoado em Agricolândia, foi possível entender que o principal componente comercializado pela comunidade analisada é o azeite de coco. Nota-se no relato de Antônia, que mora no povoado Boi Morto há 55 anos, que este produto não foi o principal a ser comercializado historicamente. Ao compartilhar a memória de que aprendeu a trabalhar com o babaçu ainda com a mãe, Antônia também revelou que antigamente era comercializado no povoado primordialmente apenas o coco.

Antônia afirma que na época de sua mãe, era vendido o coco por quilo na comunidade. Era comum as famílias terem um “cocar”, nome nativo para a palmeira, na própria unidade camponesa.

É possível verificar com tal relato que houve uma separação espacial das duas primeiras etapas de trabalho do extrativismo do babaçu. Antigamente, a coleta e a quebra poderiam ser feitas no mesmo lugar.

Antônia revela que “o coco é mais difícil”, visto que a palmeira se encontra a determinadas distâncias do povoado atualmente. Além disso, a figura do atravessador antigamente já intermediava o transporte do coco, vendido ao quilo no povoado, para os comércios e indústrias.

“Antônia: É que na época da mãe a pessoa vendia o coco era no quilo. A pessoa quebrava e vendia na época. Então o pai da mãe tinha um cocar, aí ele quebrava e vendia no quilo mas aí o coco é mais difícil aí a pessoa quebra é pra vender o azeite

Laura: Entendi, dona Antônia... aí vocês vendem o azeite... é diferente agora

Antônia: É, aí passava aqui uns caminhão comprando coco, na época que a mãe era mais nova aí ela vendia pro caminhão que passava pra comprar.”

Entrevista remota com Antônia do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

Nesta separação, as entrevistas realizadas com as quebradeiras de coco do povoado Boi Morto permitiram confirmar que atualmente o trabalho delas está atravessado pelas práticas do “arrendamento” do coco. O arrendamento é popularmente conhecido como o “sistema de meia”. Nesse tipo de acordo, os proprietários do terreno onde estão distribuídas as palmeiras de babaçu, em maior abundância, permite a coleta do coco pelas quebradeiras. No entanto, esta coleta ocorre sob a condição de dividir a produção entre essas mulheres e o proprietário da terra.

A “meia” ou “arrendamento” revelado neste povoado, em todas as entrevistas, é a expressão da apropriação do trabalho destas pelo proprietário da terra. É um processo que priva a renda da terra à estas comunidades (OLIVEIRA, 2010). O sistema da meia se assemelha com os depoimentos das camponesas quebradeiras sobre as relações com o “patrão”, no norte do Piauí, tanto em Laginha, como a Chica Lera em seu livro sobre Esperantina.

O contexto do Boi Morto, se diferencia dos relatos sobre a sujeição do trabalho das quebradeiras de coco em Miguel Alves. No povoado analisado, apesar de dividirem a produção

com os donos da terra onde está o babaçu, estas comunidades do Boi Morto a comercializam para fora da propriedade arrendada.

Desta forma, o arrendamento não parece ser uma apropriação do trabalho extrativista naturalizada e de longa duração na comunidade do Boi Morto. Na medida em que apareceu nos depoimentos de outras camponesas quebradeiras no Piauí, se mostra como uma possibilidade de o arrendador monopolizar este trabalho enquanto for rentável manter os babaçuais em suas propriedades.

Portanto, a “situação” do arrendamento não se trata de uma fotografia do momento. Se faz necessário compreender que são relações de produção do espaço geográfico. Esta situação do arrendamento, em outros territórios ou no povoado estudado, pode vir a mudar por processos de territorialização do capital. Na continuidade do processo de acumulação primitiva e a terra enquanto reserva de valores especulativa, existe a possibilidade de deixar de ser permitida a convivência das quebradeiras de coco nas propriedades onde estão as palmeiras de babaçu.

Neste processo identificado pelo arrendamento, as comunidades de quebradeiras de coco dividem a produção com o proprietário da terra. Isso interfere diretamente sobre o ponto de partida deste trabalho, materializado na prática de coletar o coco que cai dos cachos. No entanto, elas próprias mobilizam formas de assegurar a coleta bem como garantir o modo de vida.

Buscar compreender a autonomia reinventada no território por tais mulheres permite romper com percepções unilaterais e estruturalistas. Nesta perspectiva, na medida em que o espaço condiciona a existência destas mulheres por meio da sujeição da produção, nele também é possível observar e registrar as resistências tomadas por estas mulheres.

Na medida em que as mulheres quebradeiras de coco se mobilizam para buscar o coco nestas propriedades, podem escolher onde realizar os outros ciclos do extrativismo. De forma que permanece a prática da reunião e os momentos coletivos oportunos na quebra do coco babaçu. Antônia relatou que as quebradeiras do povoado têm pago para que alguém busque o coco na propriedade do arrendatário, pois condições físicas como a idade a impedem de realizar o percurso até estes lotes.

Além disso, Antônia revelou que, devido à condição atual de precisar ajudar o marido, por questões de saúde, ela não tem se reunido com as outras camponesas quebradeiras, da forma

como pude registrar em julho de 2019. No entanto, ela mantém o trabalho com o coco no quintal de sua casa.

“Laura: onde vocês coletam o coco?”

Antônia: Eu moro aqui mas eu pego no terreno do acolá, é lá embaixo

Laura: é em Agricolândia?

Antônia: Não é aqui mesmo no Boi Morto. Aí eu vou junto e fico esperando o trator e aí fico quebrando em casa. Lá, ela ajunta e daí ela paga pra quebrar (se referindo à dona Teresinha, onde estivemos presencialmente)

Laura: E é sempre lá ou vocês mudam?

Antônia: Não, aqui no Boi Morto tem várias casas pra você quebrar, aí junto e chama as pessoas e aí as pessoas vai.

Mais a frente nesta entrevista, Antônia detalhou como solicitam esse trabalho de alguma pessoa para buscar o coco:

Antônia: [...] Agora mesmo eu to com uma tarrada la junta la no mato e ta indo o trator

Laura: Como vocês arranjam o trator?

Antônia: Aqui mesmo na comunidade tem pra tu buscar, daqui mesmo, a gente pagar lá buscar o coco. Tem gente que carrega com jumento, tem gente que carrega de moto, tem gente que carrega na cabeça quando é perto...

Laura: tudo isso aí no Boi Morto?

Antônia: É, tudo no boi morto, o Samuel mesmo (referindo ao meu colega que possibilitou as entrevistas remotas), o pai do samuel quando ele vai carregar ele carrega no jumento porque é fica no fundo da casa do Samuel, aí ele carrega no jumento. Aí o meu é mais longe e eu trago com um trator.”

Entrevista remota com Antônia do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

No povoado estudado, a relação das mulheres quebradeiras com o proprietário das terras onde estas coletam o coco babaçu não se apresentou característica de conflito aberto. Gean, em um depoimento remoto, afirmou que estes sujeitos são moradores do povoado que buscam a mão de obra feminina para realizar o trabalho extrativista. Em sua perspectiva:

“Os proprietários são moradores da comunidade que passa essas tarefas pras mulheres que cuida das tarefas feminina, que elas passam arrendamento pras quebradeiras. Os terrenos são todos particular cada quebradeira de coco trabalhar nos terrenos arrendamento com forma e feito o acordo entre os donos do proprietário.”

(Depoimento remoto, agosto de 2020)

Destaco que Gean, reafirmou como o trabalho é inteiramente conduzido pelas camponesas quebradeiras de coco: “Só que o trabalho é todo da quebradeira de coco, ela que

vai quebrar, ela que vai juntar mói, ela tira, ela só o coco dentro do litro pro dono” (depoimento remoto, agosto de 2020).

A maneira como estas mulheres conduzem o tempo de trabalho destinado a produção, a intensidade deste bem como as formas de armazenamento, aproveitamento e comercialização revelam a autonomia característica da produção camponesa.

Uma outra percepção que apareceu nas entrevistas, contribui para analisar a relação das camponesas quebradeiras em sujeições de arrendamento: a relação de domínio sobre o trabalho de alguns grupos de quebradeiras. Os proprietários estabelecem a condição para a coleta do coco nas suas propriedades à alguns grupos de mulheres quebradeiras de coco. Na medida em que outras delas, individualmente ou não, tente acessar este babaçu que já está imerso nesta relação de arrendamento entre o proprietário e outro grupo de quebradeiras, são consideradas invasoras. Esta palavra apareceu nos relatos para caracterizar tal situação, no entanto também foi ressaltado que no Boi Morto, a partir das respostas desse grupo de quebradeiras tal tipo de conflito não aconteceu diretamente, pois o trabalho sempre ocorreu sob o “acordo”:

“Edileusa: É porque se aquele lá tem aquele terreno e aquela pessoa tá apanhando, aí outra pessoa não pode ir apanhar né? só aquela pessoa que o dono mandou apanhar... aí se entrar outra pessoa tá invadindo, né? Se entrar outra pessoa sem a ordem do dono né? aí está invadindo

Laura: E isso aconteceu aí?

Edileusa: não, aqui não, aqui é só o dono que manda a pessoa apanhar aí a pessoa vai apanhar, quebra e aí divide com o dono o azeite...”

Entrevista remota com Edileusa do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

No movimento desta pesquisa, foi possível identificar mudanças no uso da terra sobre os territórios onde estão localizados os babaçuais e as territorialidades deste agroextrativismo. Sob a perspectiva da terra como mercadoria, estas mudanças estão inseridas em processos contínuos da acumulação.

A partir disso, atentei-me em buscar nas entrevistas quais são as atividades realizadas nas terras onde estão os babaçuais que este grupo tem se relacionado. Sobre tudo, analisar a historicidade destas atividades na percepção destas mulheres. Assim, majoritariamente estas mulheres o caracterizaram como “*quinta*” ou “*quinta dos cocos*”. Este é o nome nativo para o lugar no qual predominam o repouso do capim e o gado, caracterizado na pecuária.

Apesar de não ser especificamente neste mesmo local onde estão as palmeiras, foi perceptível que a “*quinta*” foi mencionada por estas mulheres para se referirem ao tipo de

atividade predominante onde elas apanham o coco. Sobre tudo no momento posterior que esse gado se alimenta do capim, onde o campo está mais livre para a coleta.

“Laura: E nesse terreno onde vocês pegam o coco, tem algum tipo de atividade?”

Antônia: tem o capim, lá tem capim da cinza. Só que é assim, por exemplo agora, que nós estamos no inverno, o capim cresce mais rápido né? aí ele bota o gado na tina aí quando o gado come aí é o tempo de nos ir ajuntar

Laura: em que período do ano?

Antônia: agora que tamo no inverno aí o capim cresce rápido. aí tem lugar que é no mato alto mesmo, é no mato alto.”

Laura: E aí nesse terreno tem o que? algum cultivo de roça ou só as palmeiras mesmo?

Edileusa: é na quinta onde nos pega é quinta de gado comer os capim, aí bota o gado e fica bom da gente andar... aí a pessoa aproveita, põe os cocos, aí depois bota na quinta aí fica bom e aí apanha... tá entendendo? é mais é quinta é onde põe o gado... têm pasto também mas a quinosa não estamos tendo não... mas é porque eles derrubam os paus, cortar os paus, bota fogo em tudo aí fica os paus e aí era pra botar o capim mas aí fica as palmeiras, aí as palmeiras bota muito pouco.”

Entrevista remota com Edileusa do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

Nos limites de uma entrevista remota, não foi possível verificar a dimensão das propriedades onde estão as palmeiras, como o trabalho de campo presencial possibilita. No entanto, foram utilizados dados secundários levantados como o mapeamento de uso da terra anteriormente apresentado para a escala municipal. Além disso, o mapeamento das propriedades registrada no SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) do Incra e CAR (Cadastro Ambiental Rural), com ressalvas a todas as problemáticas que este último dados apresenta⁹.

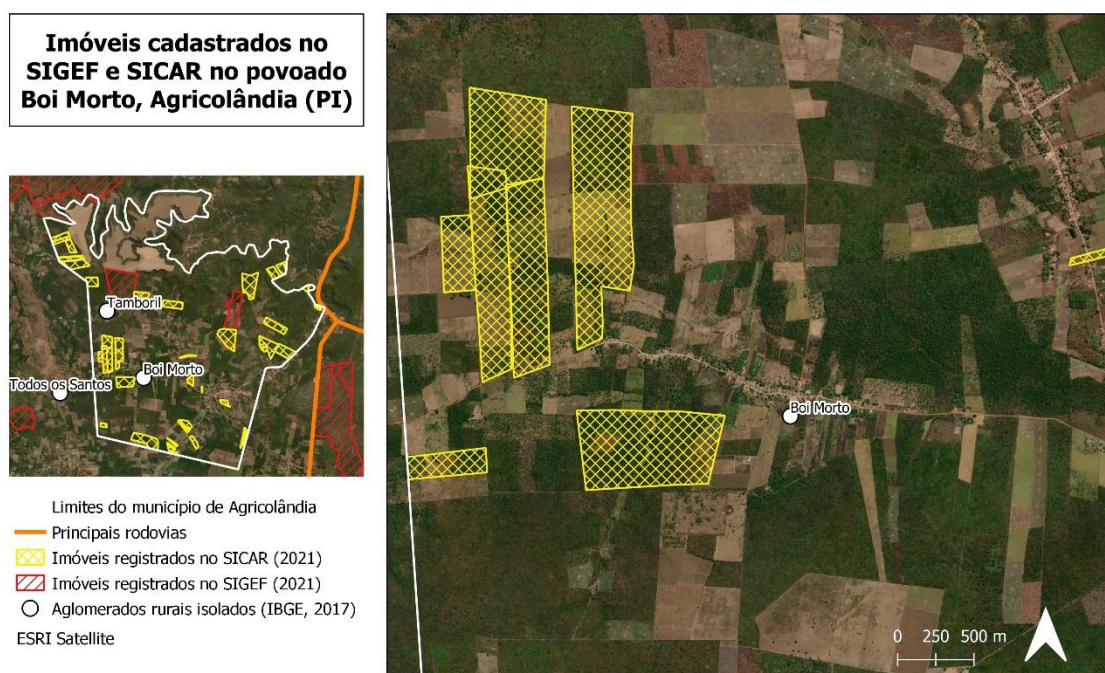
Com o mapeamento de ambos os sistemas de cadastro da propriedade rural, ao Governo Federal, é possível verificar a dimensão territorial das propriedades no povoado estudado (mapa 11). Ressalta-se que as propriedades no CAR possuem caráter auto declaratório, portanto não é um comprovante da propriedade. Dessa forma, é possível analisar se estas

⁹ O Cadastro Ambiental Rural se refere a um registro obrigatório à todas as propriedades rurais desde a Lei 12.651/2012, regulamentado pelo Ministério do Meio Ambiente, cuja finalidade é monitorar as informações ambientais e o desmatamento. Muitas são as críticas a esta lei, uma vez que há a sobreposição de cadastros, sobretudo em assentamentos e terras indígenas e as informações fornecidas sobre as propriedades são de natureza declaratória. O encaminhamento dos documentos declaratórios para o cadastramento dependem do pagamento de serviços externos como o georreferenciamento das propriedades, o que revelam a desproporção em comparação com as pequenas propriedades registradas. Fontes: [Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros - De Olho nos Ruralistas](#) e [Sicar - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural](#) acessados em 25/02/2021

propriedades encontram regularizadas, ao se sobrepor a imóveis do SIGEF ou se apresentam indícios de apropriação de terras devolutas.

No caso do povoado estudado, existem 7 imóveis rurais cadastrados no SICAR à oeste. Estes registros não se sobrepõem a propriedades do INCRA. Ao mesmo tempo, apenas com as entrevistas remotas não é possível afirmar onde estão localizadas as propriedades onde as quebradeiras coletam o coco. É possível analisar que a vegetação mais incidente na imagem de satélite, da qual pode indicar os babaçuais, encontram-se a leste do povoado. Além disso, em todo o município de Agricolândia apenas 2 propriedades estão registradas no SIGEF.

Mapa 11 – Imóveis registrados no SIGEF e SICAR no povoado Boi Morto, Agricolândia (PI).



Fonte: IBGE, 2017; SICAR, 2021; INCRA, 2021. Elaborado pela autora, 2021.

A pecuária, materializada na criação de gado, é parte da formação territorial do Piauí. Mas, também, vale ressaltar, o gado no contexto das comunidades camponesas pode ser analisado como uma fonte de renda extra, a satisfazer as necessidades da unidade familiar quando necessário. Conforme MARQUES (2000) identificou tal relação no assentamento Retiro e Retiro Velho.

Nesse sentido, novos elementos que surgiram nas entrevistas com as quebradeiras de coco do povoado. À exemplo da quinta, da caracterização do arrendamento, sobre as relações que estas estabelecem com os donos das propriedades onde estão as palmeiras. Foi possível identificar que existem diferentes formas de mediação deste arrendamento, mas que tem ocorrido por muito tempo no povoado, cujo marco inicial, tive dificuldades de localizar a partir das entrevistas.

O pressuposto de que a migração é uma estratégia de reprodução social camponesa, possibilita interpretar nessa mobilidade enquanto uma condição social historicamente determinada pelos processos de formação do latifúndio. A entrevista remota com Edileusa ao abordar como se relacionou com o babaçu nos diferentes territórios dos quais morou é fundamental para compreender a relação entre a terra e o extrativismo do babaçu.

Edileusa ressaltou que conheceu a forma de mediação característica do arrendamento apenas quando chegou no povoado Boi Morto. Ela é Maranhense, do município de Matões e morou na zona rural do município de Bom Princípio, localizado ao norte do Piauí, na microrregião do Baixo Parnaíba. Edileusa descreveu: “Aí foi quando eu vim para que tinha esse negócio dos donos, cada qual tem seus donos né? aí tive que quebrar assim pros donos...” (depoimento remoto com Edileusa do povoado Boi Morto, fevereiro de 2021).

Os territórios que Edileusa morou, antes do povoado atual, são caracterizados também pela maior incidência das florestas de babaçu (VIEIRA, 2017). Verifica-se no depoimento de Edileusa outras mediações entre o proprietário das terras e as quebradeiras de coco, pois encontrava o coco com maior facilidade e o aproveitamento dos recursos das palmeiras eram inteiramente característicos do uso doméstico, sobretudo na produção de azeite.

Nesta relação, Edileusa elucidou que “de primeiro o coco era nos matos, alto, as pessoas apanhavam quem quisesse apanhar né? ia quebrar, tirava o azeite, temperava, ninguém se importava, era tudo comum... mas agora não, cada qual tem seu dono, tudo manda né?” (depoimento remoto com Edileusa do povoado Boi Morto, fevereiro de 2021). O babaçu estava localizado em um espaço comum, onde o proprietário não exigia o pagamento da meia:

“Edileusa: “era, quando eu morava lá pra outro lugar, lá pra baixo, porque eu já morei em muito lugar... lá nós ia quebrava os coco aí a gente tirava o azeite ficava temperando, aí quando acabava ia lá de novo e quebrava... aí não vendia, era só pra temperar mesmo aí o dono não se importava né? a gente quebrava até ficava com os cocos mas era no mato mesmo, aí aqui é essa quinta né? A quinta é o que eles fazem pro gado comer, aí ele faz pro gado e aí a gente pega os cocos

Laura: E esse lugar era aqui ou no maranhão?

Edileusa: Eu quebrei lá desse jeito aí, deixava meus filhos lá com minha imã e aí eu ia pros cocos, quebrava aquele dia... tirava o azeite para temperar, mas eu nem vendia nem nada era só pra temperar, aí o dono não se importava, era só pro sustento mesmo. Aí foi quando eu vim para que tinha esse negócio dos donos, cada qual tem seus donos né? aí tive que quebrar assim pros donos...”

Entrevista remota com Antônia do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

Foi bastante enriquecedor ouvir de uma mesma quebradeira de coco suas próprias percepções sobre o trabalho do extrativismo do babaçu em diferentes territórios. Destaca-se que a racionalidade que guia o modo de viver, se apropriar do coco e outros recursos da palmeira é um ponto que reconhece estar presente tanto no Maranhão, quanto no Piauí.

Entretanto, a relação como as quebradeiras de coco se apropria das palmeiras se diferenciam por outros elementos no território. O movimento que a terra, enquanto propriedade privada, implica diferentes relações de poder, e condiciona a produção do espaço em um movimento dialético. Os recursos nela existentes são mobilizados, em diferentes momentos, a partir da possibilidade obter renda com o trabalho das quebradeiras.

No depoimento de Edileusa, verifica-se tal movimento dialético do uso do coco babaçu a partir da situação da terra onde ele se localiza. Quando o coco está disponível no “mato”, o dono da terra “não se importa” com o trabalho da quebradeira, de forma que ela podia fazer o uso inteiramente doméstico, sem repartir com tal a sua produção. Já quando o coco “tem dono”, na terra, o trabalho destas mulheres é apropriado.

É possível analisar que no contexto do qual o dono da terra não se apropria do valor de troca do babaçu, o extrativismo para a quebradeira de coco sobrepõe o valor de uso. Essa dimensão do uso está expressa no tempero para o alimento, de forma que Edileusa mencionou: “a gente tinha mais condição de quebrar pra não vender né? a gente não quebrava pra vender” (depoimento remoto com Edileusa do povoado Boi Morto, fevereiro de 2021).

Com a mudança de Edileusa para Bom Princípio, é possível observar que se refere a um contexto onde o trabalho das quebradeiras já era mais assiduamente apropriado pelo proprietário dos terrenos. Assim:

“Aí foi que eu vim do Maranhão para o Bom Princípio, um lugarzinho lá embaixo, aí lá foi que eu comecei a quebrar muito coco, mas o meu patrão que era meu cunhado era muito ruim pra mim”. Para melhorar as condições materiais de vida da família, a migração para o povoado Boi Morto foi fundamental estratégia que marcou o encontro de Edileusa com essa forma característica de trabalho com o coco

em função da “meia”, que por sua vez, evidenciou: “aqui mais é tudo é pago só as quebradeiras mesmo no terreno aí tem que quebrar pagando...”

Entrevista remota com Antônia do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

3.5 - As dificuldades

Diante desses processos de apropriação do trabalho extrativo das camponesas quebradeiras, procurei entender quais as dificuldades estas mulheres realçam atualmente. Ressalto que o trabalho com o coco babaçu pelas comunidades agroextrativistas e tradicionais é inteiramente manual, com exceções às etapas que as unidades de processamento possibilitam.

As atividades extrativas vão se intensificar conforme a necessidade familiar. Dito isso, mostra-se significativo como no povoado, o desgaste físico foi o principal componente do qual as comunidades entrevistadas atribuíram as dificuldades do trabalho. Conforme passou o tempo, as mulheres entrevistadas acumularam tempo significativo no extrativismo do babaçu:

“Antônia: “assim juntar o coco aqui é mais difícil, mas aqui não tem outro serviço aqui só tem só o coco mesmo pra gente quebrar, aí a gente não quer ficar parada aí a gente vai quebrar coco mesmo... aqui de primeira quando a gente botava assim uma quebra de coco era oito mulher, dez mulher e agora a gente encontra mais só três, quatro... as mulher vão ficando mais velha, aí não quer mais, não aguenta”

Entrevista remota com Antônia do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

“Laura: E as dificuldades?

Dona Nega: Eu tenho dificuldades pra apanhar, com o peso, porque eu pego é de pouco... a dificuldade que eu tenho é essa.

Laura: E a senhora sabe me dizer as dificuldades do coco?

Edileusa: é só pra juntar, porque a gente não tá tendo mais condições de juntar assim aí tem que pagar as pessoas pra ajuntar, porque estão junto é bom de quebrar mas o problema é mais pra juntar mesmo, porque a gente adoce, aparece uma dor de um lado e de outro, eu mesmo não quebro mais assim só quando me chamam eu quebro assim mais pouco mesmo quando me chamam “ei bora quebrar coco acolá” aí eu vou.”

Entrevista remota com Antônia do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

No assentamento, outras dificuldades foram evidenciadas pelas mulheres entrevistadas¹⁰. O desmatamento das palmeiras de babaçu mostrou-se como uma situação que ainda ocorre na região da comunidade Laginha, da qual abrange outros povoados e assentamentos. Francisca em sua fala representava politicamente a associação das quebradeiras de coco, enquanto coordenadora: “Só que tem derrubado bastante palmeira e isso é muito ruim para as quebradeiras de coco que não pode derrubar as palmeiras” (depoimento de Francisca, em Miguel Alves, julho de 2019).

Além disso, em relação à associação, a participação de todas as mulheres dos assentamentos mostrou-se também uma dificuldade no cotidiano, pois há o desânimo entre elas, compreendendo que são acontecimentos que não são alheios, mas sim parte do processo autônomo de construir a associação:

“Laura: Francisca, me disseram que hoje até que não tinham tantas quebradeiras, todas no evento né?

Francisca: É, eram bem poucas, agora tem mais mulheres. Saiu umas mais velhas mas entrou outras no lugar, outras mulheres. Agora mesmo entrou umas no lugar. Daqui pra lá é longe. Pois é minha filha, graças a Deus que hoje está bem melhor e agora é bola pra frente, não deixar a peteca cair. A gente vê uma pessoa desanimada e faz é animar mais a pessoa diz “fulana, tem que levantar...”, não vai deixar parada só porque ganhou uma unidade. Aí, sai umas e ficam botando na cabeça das outras que não vai dar certo...

Laura: Todas as quebradeiras do assentamento estão na associação hoje?

Francisca: Isso. Todas são, tem umas que é bem cabeça dura mas é assim mesmo, né? Tem umas que são mais assim, mas a gente vai a aconselhando e vai dando tudo certo.”

Depoimento de Francisca Torres, em Miguel Alves (PI),
julho de 2019

Dificuldades da participação da comunidade camponesa de quebradeiras nas associações foram também abordadas na biografia de Cledeneuza, quebradeira de coco no Pará. A existência da cooperativa e associação visam garantir a comercialização de toda a produção agroextrativista, no entanto, existem resistências. Cledeneuza destaca que com o preço final da produção marcado pela cooperativa passa a ser uma dificuldade para a quebradeira de coco vender na comunidade povoado. (OLVEIRA, 2016)

¹⁰ No assentamento Laginha, eu tive a oportunidade de conhecer mulheres jovens quebradeiras de coco, no entanto, bem como as falas das representantes, tanto da associação das quebradeiras de coco Francisca e a representante do Sindicato Rural, ressaltaram a importância de desconstruir o olhar negativo sobre o campo nos mais jovens da família, valorizar a história de luta pelo assentamento, etc. Neste dia, não pude registrar uma entrevista com camponesas quebradeiras mais jovens, pois tinha como planejado que iria voltar a comunidade para o evento de comemoração dos 50 anos da CPT.

Abordadas algumas dificuldades, o que as mantém realizando o extrativismo do babaçu? Edileusa, em sua avaliação, comparou a época que coletava o coco “no mato”, sem a sujeição da meia, e a forma como trabalha no povoado Boi Morto. Ela abordou como o trabalho na situação anterior, da forma como aprendeu, era realizado de maneira individual, enquanto em Agricolândia, este se baseia na reunião das mulheres quebradeiras de coco:

“ai eu to quebrando mesmo só pra aliviar mesmo, pra ter o divertimento mesmo mas a precisão de quebrar o coco eu não tenho nem muito mais porque eu já sou aposentada, meu marido é aposentado, meus filhos já estão tudo criado, estão tudo no mundo se divertindo, ai ta só eu mais ele, ai os filhos vem... é tudo bem graças a deus... é porque eu tenho esse jeito mesmo assim de quebrar coco mas não tenho mais precisão mesmo de quebrar porque eu to precisando né? é porque eu gosto mesmo, eu acho bom de quebrar mais as amigas...”

Entrevista remota com Edileusa do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

Dona Nega, de 77 anos, conforme ela mesma descreveu, já quebrou coco toda a vida e, hoje em dia, quando estas mulheres do povoado a chamam para participar dos momentos coletivos, participa.

“Aí eu quebro mais com as outras pra ganhar assim, as vezes eu vou pro rumo com as outras pra eu quebrar mais um pouco pra mim ganhar o dinheiro... É aquela folia boa, quatro a cinco dia arrumando o coco e as outras tudo quebrando. Elas se admira do tanto que eu quebro... tem gente que diz assim: “sem nem precisar porque já é aposentada” eu digo assim: “eu vou porque eu gosto é da folia... o encontro da gente todo mundo junto lá, conversando e trabalhando... quebrando coco, o dia todinho conversando, quebrando, aí almoça, merenda e aquela folia toda... é bom, eu gosto, enquanto eu puder eu vou”

Entrevista remota com Dona Nega do povoado Boi Morto,
fevereiro de 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender, primordialmente, o modo de vida das quebradeiras de coco babaçu e interpretar, a partir de duas territorialidades diferentes, como o acesso à terra perpassa este modo de vida.

Em primeiro lugar, concluo que se faz necessário interpretar com ressalvas a produção camponesa e de comunidades tradicionais de quebradeiras de coco a partir de dados secundários, unicamente.

A Pesquisa sobre Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) do IBGE, não contempla a diversidade de usos do coco pelas comunidades camponesas, na medida em que registra apenas a amêndoa ou o coco. Em campo e na literatura levantada, foi possível registrar usos do coco como o adubo, carvão vegetal, cestas artesanais, sabão, biscoito e azeite vegetal.

A avaliação da produção camponesa a partir de dados estatísticos, produzidos pelo Estado Nação priorizam a dimensão econômica da existência das quebradeiras de coco. Este aspecto releva contribui para invisibilização este modo de vida no território.

A interpretação do trabalho das quebradeiras de coco que desconsidera a dimensão cotidiana e a reprodução familiar em que está situada, pode inferir indevidamente a diminuição dessas comunidades. Tal interpretação corrobora com a leitura que prevê a extinção das comunidades camponesas e tradicionais no campo a longo prazo em um processo de proletarianização.

O extrativismo do babaçu está inserido no universo do modo de vida da camponesa quebradeira de coco. Isto inclui todos os valores de uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor (MARQUES, 2008). Com as entrevistas foi possível identificar que este modo de vida é constituído pelo aspecto coletivo do trabalho, em etapas como a coleta e a quebra do coco, mesmo que seja em benefício da reprodução da família da quebradeira de coco.

O encontro das quebradeiras de coco nos momentos coletivos desse trabalho extrativista é quando ocorre o compartilhamento de saberes. As mulheres quebradeiras de coco que pude conhecer aprenderam tais saberes com outras mulheres da comunidade, outras ainda na infância, outras já adultas, tanto no assentamento como no povoado Boi Morto.

Além disso, os valores que circundam esse modo de vida particularizam essa classe social camponesa na sua relação com a natureza (AMARAL, 2017). Os depoimentos referentes a organização do trabalho com o babaçu a partir do ciclo natural de safra da palmeira nos mostra que, manter palmeira em pé significa reafirmar a lógica do bem comum e a garantia da reprodução de todas as famílias envolvidas. Esta é uma pauta reivindicada pelos movimentos de quebradeiras de coco pela ampliação da lei do babaçu livre em diferentes municípios.

Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa, a notoriedade acadêmica e midiática sobre do avanço da fronteira agrícola no Piauí me levou a investigar os elementos externos que interferem no acesso as palmeiras pelas quebradeiras de coco.

Tais elementos podem ser compreendidos pela expansão da área plantada de monoculturas, instalação de fazendas destinadas a agricultura capitalista, entre outros contextos que podem levar a privação da palmeira ou mesmo a sua supressão no território.

Foram identificadas mudanças de uso da terra significativas nos últimos 10 anos em direção ao Norte do Piauí. Entretanto com as entrevistas, tais elementos não estão interferindo diretamente no acesso à terra para as quebradeiras de coco. A dinâmica interna das comunidades, bem como as condições pesadas de coleta e transporte do coco até os quintais das quebradeiras mostraram-se as maiores dificuldades do trabalho com o babaçu no povoado Boi Morto, sobretudo devido a idade das quebradeiras.

A distância entre o local da coleta até o povoado onde as quebradeiras de coco estudadas realizam todas as outras etapas do trabalho também se mostrou uma dificuldade. Esta é contornada na medida em que as mulheres se organizam para mobilizar o próprio transporte do coco até o povoado, mas em muitos casos pode ser um impeditivo devido à falta de recursos para a fase inicial deste trabalho que é a coleta do coco.

Não ter realizado outros trabalhos de campos presenciais, em função da pandemia, durante esta pesquisa colocou muitas dificuldades para as considerações aqui feitas. Não foi possível entrevistar e conhecer as demandas de quebradeiras de coco jovens, tanto no assentamento como no povoado. Além disso, sem o campo presencial, houveram dificuldades em demarcar o início das práticas conhecidas como a “meia” e o “arrendamento” no povoado estudado.

A prática do arrendamento não se mostra como realidade única no estado. Conforme os relatos de Edileusa, que tinha o acesso livre ao babaçu em outros territórios por onde morou também como quebradeira de coco. Esta informação foi extremamente importante para concluir que é possível generalizar a territorialidade camponesa das comunidades de quebradeiras de coco no campo, sobretudo por compartilharem valores e modo de vida pautados na reprodução social das famílias. No entanto, a territorialização das comunidades está atrelada às diferentes relações que estabelecem à terra.

Foi possível notar a diferença qualitativa no aproveitamento do babaçu no assentamento, lugar onde as quebradeiras entrevistadas possuem o acesso à terra onde estão as palmeiras, e no povoado, onde o acesso se dá mediante a repartição do resultado do trabalho com o proprietário da terra.

Leis como a do Babaçu Livre que garantam o acesso das comunidades locais às palmeiras independentemente do uso da terra, sem dúvidas, se mostram primordiais para

a reprodução familiar das camponesas quebradeiras. Isso porque a expansão espacial da apropriação capitalista da terra e sua transformação em propriedade privada pode impactar o uso das áreas onde estão essas palmeiras e impedir o trabalho destas mulheres.

Além disso, mostra-se necessário mapear no sentido de registrar as comunidades existentes nos povoados piauienses. Este levantamento contribuirá para reforçar a presença das quebradeiras de coco no Piauí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilização e Modernização nos Cerrados: Formação Territorial no Império do Agronegócio. São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/SP.

_____(2003). As bases históricas da formação territorial piauiense In Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus. PPGSCA/UFAM.

AMARAL, Mayka Danielle de Brito. Reforma Agrária e reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Maria Paula. Terra de Índio: terras de usos comum e resistência camponesa. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/SP.

_____(2005). Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. In: Lusotopie Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l’histoire et de la colonisation portugaises. XII (1-2), 2005. P. 175-189.

ANDRADE, Manuel Correia. Paisagens e problemas do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo: 1993.

ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste: contribuição no estudo da questão agrária no Nordeste. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dona das árvores. Revista Retratos. nº 15. p. 8-13. Jan. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (1996). A agricultura camponesa no Brasil. 2ed. São Paulo: Contexto. 1996.

_____. (2015). A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

AMARAL FILHO, Jair do. A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís. SIOGE. 1990
Banco de Dados Agregados – SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), do IBGE: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>

ARAÚJO, C. F. S. ; OLIVEIRA, A. M. S. ; MONTEIRO, M. S. L. (2017). A expansão do agronegócio sucroenergético no Estado do Piauí-Brasil. ESPACIOS (CARACAS) , v. 38, p. 23-29, 2017.

BRITO, Élide Maria Cardoso. SANTOS, Francisca Rodrigues dos. Chica Lera: a história dos movimentos sociais e a luta das Quebradeiras de coco babaçu no Piauí. LIMA, Carmen Lúcia Silva Lima; GAIOSO, Arydimar Vasconcelos (Orgs.). ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Ed.) Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2019. 121p. EntreRios – Revista do PPGANT -UFPI -Teresina • Vol. 3, n. 2 (2020).

COLEÇÕES MapBiomias. 2019. Disponível em:
<<https://mapbiomas.org/colecoesmapbiomas-2-1>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CORBANI, Ana Lúcia; MENEZES, Teresinha. (2018) Quebradeiras de coco babaçu inauguram duas unidades de beneficiamento em Miguel Alves (PI). maio 2018. Disponível em < <https://www.cptpiaui.org.br/artigo/quebradeiras-de-coco-babacu-inauguram-duas-unidades-de-beneficiamento-em-miguel-alves-pi> > Acesso em 04 de agosto de 2021

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista. De moradores/as a assentados/as: trajetórias e identidades sociais no centro do designo, em Miguel Alves, no Piauí. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. (2000) O mito moderno da natureza intocada — 3.a ed. — São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. Bibliografia: p. 161. ISBN 85-271-0345-1

EMBRAPA. (2007) Oleaginosas Potenciais do Nordeste para a Produção de Biodiesel, por Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão. Campina Grande, 2007 53p. (Embrapa Algodão. Documentos, 177) 1. Planta oleaginosa 2. Óleo vegetal 3. Biocombustível I. Beltrão, N.E. de M. II. Oliveira, M.I.P de. III. Título. IV.

RUFO, Tiago Fernandes. A inserção dos Cerrados Piauienses na dinâmica da agricultura moderna no Brasil Central: transformações na rede urbana do Sudoeste do Piauí. 2015. xvii, 270 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CAVALCANTE, Luzia Ferreira. O agronegócio do eucalipto e a organização socioespacial resultante do processo territorial recente em Matões/MA e Parnarama/MA. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

FEDERIC, Silvia. (2019) Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. CANDIANI, Heci Regina (trad.). 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158p.

FILHO, Djalma Nunes. A cidade e o rio: a navegação fluvial e o extrativismo vegetal na organização do espaço de Floriano – PI (1890-1950) Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

Gouveia, Vera Maria. (2017) Dinâmica espaço-temporal da produção de amêndoas de babaçu e da utilização das terras no Maranhão. / Vera Maria Gouveia... [et al.]. – São Luís, MA: Embrapa Cocais, 2017. 35 p. il. color. (Embrapa Cocais / Documentos, 02; ISSN 2594-8523 Impresso). 1. Babaçu. 2. Hot spot. 3. Uso da terra. I.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi; CONTE, Osmar; PRANDO, André Mateus; CASTRO, César de; BALBINOT JUNIOR, Alvadi Antônio. Diagnóstico da produção de soja na macrorregião sojícola 5 - Londrina: Embrapa Soja, 2018. PDF (120 p.) : il. (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 2176-2937; n.405).

LIMA, Débora Assumpção. Terra, trabalho e acumulação : o avanço da soja na região Matopiba – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

LIMA, Layanna Giordanna Barnardo. Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

LIMA, C. L. S.; PEREIRA J., D.; GAIOSO, A. V. (2017) Piauí empreendedor e a questão dos babaçuais: contradições e problemas de um projeto de desenvolvimento. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - VIII JOINPP, 2017, São Luís - MA. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: 1917-2017 : um século de reforma e revolução, de 22 a 25 de agosto de 2017, São Luís, MA. -- São Luís : Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2017.. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2017., 2017. p. 1449-1464.

MARCOS, Valéria. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. *Agrária (São Paulo. Online)*, (7), 182-210. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i7p182-210>.

MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques. A atualidade do uso do conceito camponês. REVISTA NERA – ANO 11, N. 12 – JANEIRO/JUNHO DE 2008 – ISSN: 1806-6755 _____. (2005) Campesinato Sertanejo e sua relação com a terra ao longo do tempo em Ribeira-PB. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Acesso aos babaçuais. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia. pp. 43-64, 2000.

MARTINS, José de Souza. (1991) Expropriação e Violência: a questão da violência no campo. São Paulo, Hucitec.

_____. (2006) Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto.

_____. (2000) O cativo da terra. São Paulo: Hucitec.

Martins, Thaís Ibiapina. (2012) Palheiro/as da carnaúba em Campo Maior-PI: uma etnografia / Thaís Ibiapina Martins. – 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, 2012.

MESQUITA, Benjamin Alvino. (2000). Relações de produção e o extrativismo. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia. pp. 43-64, 2000.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Promoção Nacional da Cadeira de Valor do Coco Babaçu. Brasília: MMA, 2019

MORAES, Maria Dione Carvalho de. (2006) Ainda queremos ser...tão? ISSN 1519-5481. O Público e o Privado (UECE) , v. único, p. 15-36, 2006.

_____(2016).O canto das Quebradeiras de Coco Babaçu: entre a poética e a política. In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016, Natal, RN. VII encontro da Rede de Estudos Rurais: Olhares conflitantes sobre o mundo rural: territorialidades, conhecimentos e ações de desenvolvimento. Natal-RN: Rede de Estudos Rurais, 2016. v. -. p.

NOVAES, Jurandir Santos de. (2017) QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: anotações para reflexão sobre a desnaturalização da impressão visual dos babaçuais. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - VIII JOINPP, 2017, São Luís - MA. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas : 1917-2017: um século de reforma e revolução, de 22 a 25 de agosto de 2017, São Luís, MA. -- São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2017. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2017. p. 26-35.

OLIVEIRA, Cledeneuza Maria Bezerra. Sou filha de quebradeiras de Coco. Alfredo Wagner Berno de Almeida (ed.) - Rio de Janeiro. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (1991). A agricultura camponesa no Brasil. 2ed. São Paulo: Contexto. 1996.

_____(2011). A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geosp-Espaço e Tempo (Online), v.19,n.2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PAOLIELLO Pacheco de Oliveira, Tomas. Desbravar, mapear e integrar os sertões: discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964) - Rio de Janeiro, 2017.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luísa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Estudos Internacionais, v. 5 n.2(2017), p. 155 - 179. Belo Horizonte.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não

capitalistas. Geousp – Espaço e Tempo(Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PORRO, Roberto. (2019) A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr. 2019

PORTO-GONÇALVES, C. (2001) Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.v. 1.

_____(2006). Globalização da natureza e a natureza da globalização ed. Civilização brasileira.

_____(2006). De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. GEOgraphia v. 8, n. 16.

_____(2019). Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico / Organizadoras: Diana Aguiar (FASE) e Valéria Pereira Santos (CPT); Autor: Carlos Walter Porto-Gonçalves (LEMTO-UFF) – Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. 48p. Inclui bibliografia. Prefixo Editorial: 86471 ISBN: 978-85-86471-94-0

_____(2020). Uma Bolívia Profunda Para Além das Eleições. <https://iela.ufsc.br/noticia/uma-bolivia-profunda-para-alem-das-eleicoes>.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. (2005). FASCÍCULO 1. Quebradeiras de coco babaçu do Piauí.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão emoção. São Paulo. HUCITEC, 2002.

RATTS, A. (2004) As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. Rio de Janeiro: Espaço e cultura, UERJ, RJ, N 17-18, dez. 2004.

SANTOS, Francisca Rodrigues dos. Chica Lera: a história dos movimentos sociais e a luta das Quebradeiras de coco babaçu no Piauí. LIMA, Carmen Lúcia Silva Lima; GAIOSO, Arydimar Vasconcelos (Orgs.). ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Ed.) Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2019. 121p.

SANTOS, Milton. (1986) Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). A construção do espaço São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

_____(1996). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

SEABRA, O. “A insurreição do uso”. In MARTINS (org). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 71-86.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luiz: MIQCB/Balaio Typhografia. pp. 43-64, 2000.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, Miriam Rodrigues da. Distribuição do babaçu e sua relação com fatores geoambientais na bacia do Rio Cocal, Estado do Tocantins. (Dissertação de Mestrado), Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2008. 91f.

SILVA, Carla Taís Pereira da Babaçu livre: entre o racismo ambiental e a proteção ao modo de vida das quebradeiras de coco babaçu. / Carla Taís Pereira da Silva. __ São Luís, 2020.

SILVA, Simone Rezende. Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza. 2008 Tese (Doutorado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A fronteira da territorialização do capital. In A necessidade da geografia – São Paulo: Contexto, 2019. 256 p.

VIEIRA, Valdira de Caldas Brito. Sistema de Informação geográfica para o agronegócio do babaçu. São Luís. 2005. [recurso eletrônico]: SIG Geobabaçu / Valdira Caldas Brito Vieira; Maurício Alves Moreira. - 2. ed. rev. e ampl. - Teresina: IFPI, 2017.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Lima; LIMA, Débora Almeida. Dona Francisca: Entre Cabaças, Caminhos De Luta e Sementes de Resistência. Revista NERA. v. 22, n. 47, pp. 413-433. Presidente Prudente. 2019.